

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



**Crianças de Rua na Ilha do Cabo em Luanda, Angola.
O Reconhecimento da Realidade e Contributos para a sua Prevenção.**

Ângelo Garcia Manuel Cambundo

ORCID: 0000.0001.8707.1001

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
Especialidade em Criminologia e Investigação Criminal

Orientador:

Professor Doutor José Fontes (Academia Militar/ISCPSI)

Co-orientadora:

Professora Doutora Maria de Fátima Amante (ISCSP/UL)

Lisboa, 29 de Outubro de 2020



DEDICATÓRIA. 1

Ao meu pai, Manuel Cambundo (1925 – 1990), em memória, que foi meu professor primário, por ser o meu apoio espiritual e a minha referência intelectual.

A minha mãe, Maria da Conceição Martins, que aos 90 anos de idade, para mim, continua a ser um exemplo de persistência e determinação.

Aos meus filhos António, Adão, Fábio, Yonara, Diogo, Guilherme, André, e Maria para que desta realização tirem as ilações que quiserem.

A Linete Cambundo, minha estimada esposa, pela atenção que merecia e não pude dar, mas também, pela inabalável compreensão pelo tempo que me ausentei para me dedicar a mais um curso de mestrado, desta feita em Ciências Policiais.

DEDICATÓRIA. 2

A todos os que acreditam que é possível “*combater*” a fome, a pobreza e as desigualdades sociais que, diariamente, levam para as amarguras da rua um número infinito de crianças.

“ Parece-me também a mim conveniente descrevê-los a ti, ó excelente Teófilo, por sua ordem, havendo-me já informado minuciosamente de tudo desde o princípio”; Para que conheças a certeza das coisas de que já estás informado”.

LUCAS 1: 3 - 4

AGRADECIMENTOS

A todos os participantes que, com o seu contributo, tornaram possível este estudo, com destaque para os que confirmaram o teor das suas entrevistas.

A Exm.^a Sr.^a Professora Doutora Maria de Fátima Amante a quem impõe-se-me um agradecimento especial pela paciência e rigor científico na coorientação deste trabalho, uma pessoa da qual nunca me irei esquecer.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor José Fontes pelos ensinamentos, conselhos, rigor científico e pela pronta disponibilidade para me orientar neste trabalho.

As autoridades administrativas do Distrito Urbano da Ingombota, pela receptividade no contacto inicial e em todo o processo de recolha de dados.

As autoridades policiais do Distrito Urbano da Ingombota com especial atenção aos Inspectores e Intendentes da 1.^a Esquadra da Polícia Nacional na Ilha do Cabo pela informação privilegiada relativamente ao objecto deste estudo.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras pela capacidade de escuta, e me ter ajudado a encontrar a pessoa certa para coorientar este trabalho.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães, pelo exemplo, rigor, disciplina e pela forma digna como nos tratou a todos, enquanto alunos do Curso de Mestrado em Ciências Policiais.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor Luís Manuel André Elias, pela forma como me fez compreender os labirintos da Criminalidade Organizada e Transnacional, nos nossos tempos.

Aos ilustres docentes da Unidade Curricular de Criminalística (Polícia Científica), nomeadamente Exm.^o Sr. Professor Doutor Ezequiel Agostinho Maciel Rodrigues e Exm.^o Sr. Professor Doutorando Luís Filipe Jorge de Almeida Guerra, pelo rigor, pelas valiosas críticas e recomendações que tanto me serviram para a elaboração do projeto e finalmente, para a redação deste relatório final.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor João José Rodrigues Afonso, pela forma como passou os ensinamentos no âmbito das Unidades Curriculares de Direito Penal, Direito

Processual Penal, e Técnicas de Investigação Criminal, no Curso de Mestrado em Ciências Policiais no ISCPSI.

Ao Exm.º Sr. Professor Doutorando Nuno Ricardo Pica dos Santos, primeiro, pela forma elucidativa e interativa como ministrou as Unidades Curriculares de Direito Penal e Direito Processual Penal, segundo, pelo sentido de partilha e humanismo, principalmente pela capacidade de compreender o próximo independentemente da sua origem ou estatuto social.

Ao Exm.º Sr. Professor Doutorando Rui Manuel Álvaro Marta pela interação e disponibilidade demonstradas no âmbito do Seminário de Dimensão Externa da Segurança.

Aos funcionários do ISCPSI, desde a portaria à direção geral, com destaque para Licínio Guímaro, Florêncio Neto, Jaime Henriques, António Fialho, Manuel Silva, João Canas Mendes, Augusto Andrade, Teresa Antunes, Helena Ribas, Conceição Pires, Anabela Machado, Filomena Cordeiro, Jorge Carvalho, Bruno Silva, Fátima Nunes, pela cordialidade, disponibilidade e profissionalismo com que fui tratado.

A todos os colegas do Curso de Mestrado em Ciências Policiais nas especialidades de Criminologia e Investigação Criminal e Segurança Interna do ano 2018/2020, pelo convívio e pela permanente partilha de conhecimento.

A colega Leila Carvalho, pela amizade pura que se estendeu além do curso de Mestrado em Ciências Policiais.

A colega Inês Vieira, minha estimada afilhada, pela generosidade, companheirismo e amizade sincera desde o primeiro dia de aulas do curso de Mestrado em Ciências Policiais.

Ao colega Alberto Silva, pelo exemplo de perseverança, companheirismo e grande disponibilidade para com o próximo.

Ao colega Hernâni Pinto, pela simplicidade, humanismo e grande capacidade de interajuda que se destacou enquanto distinto integrante da turma de Criminologia e Investigação Criminal do curso de Mestrado em Ciências Policiais.

Ao colega José Garcia, igualmente pela simplicidade, humanismo e grande capacidade de interajuda no âmbito do curso de Mestrado em Ciências Policiais.

Ao colega e compatriota Dianguenda Dionísio Kai Neto meu companheiro de viagem à visita ao parlamento Europeu em Bruxelas, que me incentivou e ajudou imenso no início desta investigação.

Ao colega e compatriota Celso Tadeu, pelo companheirismo com destaque para as muitas horas que juntos dedicamos ao estudo inclusive aos Domingos, nas salas de aula do ISCPSI, emprestadas pela coordenação do curso de mestrado.

Ao Exm.^o Sr. Professor Doutor João António Pascoal da subdireção académica do ISPCPC de Angola, pela forma distinta como me tratou enquanto cidadão angolano e candidato a docente no Instituto Superior de Ciências Polícias e Criminais.

Ao general e médico Dr. Raúl Hendrick da Silva, meu amigo, um verdadeiro líder, por ter acreditado em mim, e me ter convencido a regressar à terra natal (Angola) em 2007 e, a partir desta data, concretizei muitos sonhos.

A Direção do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, no Campus de Tagus Park em Oeiras, com especial atenção a Exm.^a Sr.^a Dr.^a Maria de Fátima Fernandes da Silva Beleza, pelo acesso concedido à biblioteca do IST, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A Exm.^a Sr.^a Professora Doutora Tânia Maia, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela amizade e pelo apoio na literatura atinente ao estudo das metodologias qualitativas.

A Sr.^a Eng.^a Cláudia Marisa Viliotis pela amizade sincera e pela excelente contribuição na revisão do texto do presente relatório final.

A Sr.^a Eng.^a Andrea Patrícia Coelho Igreja pela amizade e pelo apoio na execução das figuras cartográficas.

A Sr.^a Dr.^a Margaret Sanregue, minha médica de família, pela atenção incondicional a minha família nos momentos de doença.

Ao Leopoldo Nunda “tinho”, pela amizade sincera, disponibilidade incondicional desde aquele natal de 2007, um verdadeiro irmão mais novo.

Ao Sílvio Lemos “vino”, meu padrinho de casamento, pela amizade sincera que perdura e une as nossas famílias desde 2007.

Ao Edson Costa “jica”, pela amizade e presença na minha família desde 2007.

A Carly, Telma e Tatiana, minhas estimadas noras, pelo carinho e estima e, por serem muito importantes no processo de perpetuação da nossa família.

A Yada, Emily e Victória, minhas netinhas, em especial a Victória que, nos seus primeiros dias de vida me ensinou a ser mais forte nos momentos difíceis e a acreditar sempre.

Ao Pedro Cossengue António Hossi, um verdadeiro irmão mais novo, pela permanente prontidão em apoiar a minha família, especialmente a minha mãe.

Ao Carlos Alberto Chilola Domingos “carlitos”, meu querido sobrinho, pela perseverança e dedicação que, simplesmente, contagia qualquer estudante.

Ao Jorge Silveira, meu estimado primo, cujo agradecimento se estende, obviamente, à sua esposa Elsa Silveira, pela amizade sincera e apoio aos meus durante a minha ausência.

A Sr.^a Dona Margarida dos Santos e ao Sr. Dr. João Pereira dos Santos, meus estimados sogros, pela estima e consideração.

Ao Valdemar dos Santos, meu caro cunhado, e a sua estimada esposa, pelo apoio aos meus e pela amabilidade ao longo destes anos.

A Dina, Danilde e Solange, minhas caríssimas cunhadas, pela fraternidade, espírito de equipa e familiaridade.

Ao Victorino Neto, meu estimado concunhado, pela amabilidade e estima.

Ao Melquisideke Cahungo, meu caríssimo concunhado, pelo carinho e conforto que emprestou à minha família em Angola, durante a minha ausência, bem como pela partilha de literatura em direito penal angolano.

Ao Exm.^o Sr. Dr. Jaime Madaleno da Costa Carneiro, pela amizade sincera e pela forma como nos faz sentir Angola, a pátria dos heróis do 4 de Fevereiro que jamais esqueceremos.

A Sr.^a Dr.^a Mónica Luena Ferreira Carneiro, minha estimada comadre, pela amizade pura e inabalável solidariedade nos momentos em que mais precisamos.

Ao Carlos Simões, meu compadre, pela consideração, disponibilidade e apoio que empresta à minha família na minha ausência.

Os meus agradecimentos.

RESUMO

Com o presente trabalho pretendemos investigar a realidade das Crianças de Rua na Ilha do Cabo em Luanda, Angola, diagnosticando o problema de modo a retirar conclusões e apresentar soluções. Assim, foi conduzido um estudo de cariz qualitativo do tipo interpretativo, cujos instrumentos de recolha de dados foram a entrevista, a observação participante e as conversas informais, que permitiram estudar o problema em ambiente natural.

Conscientes da complexidade da realidade estudada, num país erguido das peripécias da guerra civil em que as crianças foram as principais vítimas, pretendemos compreender a razão por que um elevado número de menores vive da rua e perceber se o fenómeno tem a ver unicamente com a fome e a pobreza.

Os resultados demonstram que a fome e a pobreza não são as únicas causas do fenómeno pois, a essas acrescem outras que se encontram explanadas ao longo deste relatório, designadamente, os maus tratos em contexto familiar e escolar, a desestruturação familiar e a falta de um sistema eficaz de segurança social para as famílias mais carenciadas, o desemprego, a guerra civil que forçou o êxodo rural, o abandono familiar, as desigualdades sociais, a violência doméstica associada ao alcoolismo, a falta de habitação social, a ineficácia das autoridades administrativas e policiais, o deficiente sistema de educação, saúde e justiça, o analfabetismo e o baixo nível de escolaridade das famílias e a requalificação da nova marginal de Luanda que piorou ainda mais as já difíceis condições de habitabilidade dos moradores da Ilha do Cabo. Indicam, ainda, que as Forças de Defesa (militares) poderiam ser um parceiro estratégico das Forças de Segurança (polícias) na prevenção situacional da criminalidade.

Palavras-chave: Criança de Rua; Família; Delinquência; Prevenção

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the reality of the street children in Ilha do Cabo in Luanda, Angola, diagnosing the problem in order to draw conclusions, find and give solutions. Thus, a qualitative study of the interpretive type was conducted, whose instruments of data collection were the interview, observation and informal conversations with locals, which allowed to study the problem in a real environment.

We acknowledge the complexity of this study in its real circumstances, a country that faced civil war for more than 30 years, where children were the main victims. We intend to understand the reasons why a high number of minors live on the streets and to understand if the phenomenon is related to hunger and poverty that many faces in the country.

The result of the research demonstrates that not only hunger and poverty are the reasons why a high number of minors live on the streets, but to these are added other reasons that are explained throughout this report, namely, the mistreatment in the family and school context, the family breakdown and the lack of an effective social insurance system for the most deprived families, unemployment, the civil war that forced rural exodus, family abandonment, social inequalities, domestic violence associated with alcoholism, the lack of social housing, the inefficiency of administrative and police authorities, inefficient education system, health system and justice system, illiteracy, low level of education of families and the requalification of the new Marginal of Luanda that worsened the existing difficult living conditions of the residents of Ilha do Cabo. The study concluded, that the defense forces (military) could be a strategic partner of the security forces (police) in order to prevent crime and other related issues.

Keywords: Street children; family; delinquency; prevention

LISTA DE TERMOS EM DIALETO

A

(Avilo), amigo, comparsa, cúmplice, companheiro

(Azulinho), carrinha de marca Toyota geralmente usado como Táxi

B

(Banda), lugar, local, sítio, bairro, quarteirão, freguesia, zona, setor

(Bandeados), indivíduos marginais, sem abrigo, sem paradeiro, sem família

(Batular), usurpar, subtrair, receber à força, roubar

(Barrado), de barra, impedido, não aceite, ser rejeitado, bloqueado, expulso

(Bravar), estar furioso, chateado

(Bazar), ir embora, tirar o pé, ausentar-se rapidamente, fugir, dar à sola, zarpar

(Becos), espaços estreitos entre casas construídas desordenadamente

(Biscatos), prestação de serviço espontâneo, trabalho temporário sem vínculo

(Bué), muito, vários (as), imenso, demais, para além de

C

(Caçumbulam), de caçumbular, ou seja roubar, subtrair, receber à força

(Cambas), amigos, companheiros, pares, pessoas próximas, convivas

(Candengues), meninos, crianças, jovens, menores, miúdos

(Candongueiros), motorista de táxi, automobilistas

(Cassule) o último filho, o filho mais novo da família

(Chatas), embarcações de pesca artesanal, de dimensões reduzidas

(Chibo), bufo, informador, aquele que colabora com a polícia, denunciante

(Cooperas), estrangeiro que ganha o seu salário em moeda estrangeira

(Cubico), deriva de cubar, dormir, casa com dimensões reduzidas, casebre

(Cumbú), dinheiro, nota, moeda, papel com valor monetário, grana no Brasil

F

(Faturar), prática consumada de um furto ou de outro tipo de ilícito do género

(Filipado), sem condições, situação caótica, sem os mínimos, péssima, difícil

I

(Ilhéus), nascidos e criados na Ilha do Cabo

K

(Kuduro), tipo de dança desenvolvida por gentes de Angola

(Kianda), sereia ou sirena dos mares, senhora do mar da Ilha do Cabo,

(Kialumingo Ki Mene Mené, Piô, Piô), Domingo de manhã, prioridade às crianças.

(Kibeu), pão, alimento do dia-a-dia, sustento individual ou familiar.

L

(Liamba), cannabis, erva, droga leve

M

(Malaiques), furiosos, maldispostos, enfurecidos, coisa feia, indesejada

(Mambo), coisa, fenómeno, situação, artigo, ambiente, o clima, realidade

(Madiés), companheiros, indivíduos sem paradeiro, sem família, sem norte

(Monandengue), filho pequeno, criança, menor de idade

(Mô brada), meu irmão, amigo, meu companheiro de luta, próximo, Avilo

(Musseques), bairros suburbanos da cidade de Luanda

N

(Ndengues da Rua), Criança da Rua, Menino da Rua

(Nhête), nada, nenhum(a), inexistente

(Na boa), sem stress, calmamente, como se nada se passasse

R

(Roboteiros), indivíduos que empurram carros de mão carregados de mercadoria

S

(Surra), tareia, coça, violência física, pancada, açoite

T

(Telelé), telefone celular, telemóvel, telefone portátil

(The Best), tipo de whisky vendido na rua em pacotes de 100ml

(Tungo), castigo, porrada forte, surra, tareia, sova, pancada

Y

(Yá), sim, de acordo, exclamação

Z

(Zimbora), ato de ir, partir, deslocar-se, ausentar-se de um sítio rapidamente

(Zungueira), de zungar, pessoa que a pé, pratica venda ambulante pelas ruas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

(AGO), entrevista realizada no mês de agosto

(art.º), artigo

C

(CDC), Convenção dos Direitos da Criança

(CH), Setor Chicala, um dos quatro setores mais populacionais da Ilha

(CH1), Setor Chicala número um

(CH2), Setor Chicala número dois

(Codificação do entrevistado, exemplo): (MVJ,41ª,M,SG,Luanda), Manuel Vunda Jorge, 41 anos de idade, sexo masculino, entrevistado no Setor da Salga na Ilha do Cabo, residente em Luanda

(CFA), Código da Família de Angola

(CP), Código Penal

(CPA), Código Penal de Angola

(CPP), Código Processual Penal

(CPPA), Código de Processo Penal de Angola

(CRA), Constituição da República de Angola

(CRP), Constituição da República Portuguesa

D

(DOM), observação realizada num domingo

(DP), Direito Penal

(DPP),Direito Processual Penal

E

(EUA),Estados Unidos da América

F

(F), sexo feminino

G

(GNR), Guarda Nacional Republicana

I

(ISCPC), Instituto Superior de Ciências Polícias e Criminais, Angola

(ISCPSI), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Portugal

K

(Kafala), termo do direito islâmico que juridicamente significa adoção legal, tomar conta de, garantir

(Kz), Kwanza, é a moeda oficial de Angola (AOA)

L

(LL), Setor Lello, um dos quatro setores populacionais da Ilha de Luanda

(LJM), Lei sobre o Julgado de Menores

(LPCJP), Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

(LPI), Lei de Proteção da Infância

(LTE), Lei Tutelar Educativa

(LVD), Lei contra a Violência Doméstica

M

(M), sexo masculino

(MP), Ministério Público

N

(n.º), número

O

(OP), observação participante

(OP1), observação participante número um

(ONU), Organização das Nações Unidas

(OPC), Órgãos de Polícia Criminal

P

(parte temática 1), Conceitos, Idade, Género, Quotidiano, Envolvimento familiar, Razões, Proveniência

(parte temática 2), Educação, Comportamentos, Delinquência juvenil; Valor sociocultural, Intervenção administrativa e policial

(parte temática 3), Realidade social, Envolvimento comunitário, Prevenção criminal, Principais fatores, Políticas públicas

(parte temática OB1), Crianças de Rua na Ilha do Cabo

(parte temática OB2), Realidade social

(parte temática OB3), Crítica social

(PI), Setor Ponta da Ilha, um dos quatro setores populacionais da Ilha

(PSP), Polícia de Segurança Pública

(Plano SERE+), Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, Mais

(PNA), Polícia Nacional de Angola

Q

(QUI), observação realizada numa quinta-feira

R

(RASl), Relatório Anual de Segurança Interna, Portugal

(REPC), Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade

S

(SAB), observação realizada num sábado

(SET), observação realizada no mês de setembro

(SEX), observação realizada numa sexta-feira

(SG), Setor Salga, um dos quatro setores populacionais da Ilha de Luanda

U

(UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice

DEDICATÓRIA. 1	ii
DEDICATÓRIA. 2	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE TERMOS EM DIALETO	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xii
INTRODUÇÃO	1
Interesse e pertinência do estudo	1
Definição do problema	2
Objetivos do estudo	3
Hipóteses de estudo	3
Estrutura do estudo.....	4
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	6
1.1. Crianças de Rua	6
1.1.1. Crianças de Rua em Luanda (Angola)	8
1.1.2. Rua e Pobreza	10
1.1.3. Sociedade, Família e Rua.	11
1.2. Comportamento antissocial.....	12
1.2.1. Delinquência juvenil.....	15
1.2.2. Desvio	17
1.2.3. Violência.....	18
1.3. Trajetórias de desenvolvimento da atividade antissocial	22
1.3.1. Cidadania e educação para a não-violência.....	24

1.3.2. Prevenção criminal	31
1.3.3. Direitos da criança em risco	33
CAPÍTULO II. REVISÃO DE LITERATURA	38
2.1. A Bio - Psico - Sociologia do crime	38
2.1.1. Da Criminologia tradicional (teorias de consenso)	41
2.1.2. Da Criminologia tradicional (teorias de conflito)	43
2.1.3. Da Criminologia ambiental	44
2.2. Das outras perspetivas teóricas	45
CAPÍTULO III. MÉTODO	48
3.1. A escolha do método	48
3.2. A justificação para a escolha do método.....	49
3.3. Amostra.....	50
3.4. Instrumentos de recolha de dados	52
3.5. A análise dos dados.....	55
3.6. Principais dificuldades.....	55
Capítulo IV. ESTUDO EMPÍRICO	58
4.1. Estratégias analíticas	58
4.2. Análise de dados qualitativos.....	59
4.3. Apresentação e discussão dos resultados.....	60
4.3.1. Crianças de Rua na Ilha do Cabo: perfil sociológico	61
4.3.2. A Rua como espaço e modo de vida: motivações e razões	68
4.3.3. Educação: limites, políticas e prospetivas	74
4.3.4. As Crianças de Rua, a Comunidade Local e o Estado.....	79
4.3.5. Quem são as Crianças de Rua da Ilha do Cabo: Da observação participante às conversas informais	89

CONCLUSÃO	97
BIBLIOGRAFIA.....	100
LEGISLAÇÃO	108
DOCUMENTAÇÃO DE IMPRENSA	108
REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS.....	109
ANEXOS E APÊNDICES	110
Apêndice.1. Carta de apresentação as entidades oficiais	110
Apêndice. 2. Carta a Administração Distrital: recolha de dados	111
Apêndice. 3. Guião de entrevista	112
Apêndice. 4. Grelha de observação.....	113
Apêndice. 5. Figura com os limites geográficos de Angola.....	114
Apêndice. 6. Figura geográfica do Bairro da Ilha do Cabo, Luanda.....	115
Apêndice. 7. Figura cartográfica do Distrito Urbano da Ingombota.....	116
Apêndice. 8. Modelo: declaração do revisor as entrevistas transcritas.....	117
Apêndice.9. Quantificação das respostas : razões/causas do fenómeno	118
Apêndice.10. Quadro explicativo do desenvolvimento de uma análise	119
Apêndice.11. Quadro explicativo do processo para obtenção de resultados	120

INTRODUÇÃO

Interesse e pertinência do estudo

Nas ruas da capital de Angola vagueiam menores que demonstram claramente dificuldades sociais extremas, alguns deles órfãos de guerra, os chamados “*meninos de rua*”.

Apesar de Angola, atualmente, estar a atravessar um contexto socioeconómico desfavorável, justifica-se compreender a razão por que um elevado número de menores vive na rua e da rua e perceber se o fenómeno tem que ver unicamente com a questão da pobreza. O fenómeno das Crianças de Rua em Angola, particularmente na cidade de Luanda, tem justificado diversos estudos (Roca, 2000; Kanoquela, 2009; Koppele, 2012). Esses estudos têm contribuído tanto para a caracterização do fenómeno, quanto para a avaliação que dela fazem os angolanos. Segundo Koppele (2012) a sociedade angolana trata as “*Crianças de Rua*” como não-crianças, considera-as “*lixo*”, seres sem educação, imbuídos numa realidade onde as drogas são fáceis de obter, e em que o roubo e a agressividade são uma estratégia para viver. Os referidos autores são unânimes em considerar a multiplicidade de fatores que devem ser chamados à discussão quando se trata o tema. A presente dissertação de mestrado visa contribuir para aumentar o conhecimento do fenómeno e fornecer algumas recomendações que possam vir a ser orientadoras de medidas de política pública. Para tal, situamos a nossa atenção numa comunidade em particular: a Ilha do Cabo em Luanda.

Esta comunidade foi escolhida por razões estratégicas. Tratando-se de um espaço turístico, são muito evidentes aos olhos do observador as diferenças sociais nesse espaço. Para além das inúmeras Crianças de Rua, aí vivem, residem e interagem pessoas de origem diversa, aí se desenvolvem diversas atividades socioculturais, económicas e turísticas. A procura da compreensão deste fenómeno será, como veremos adiante, a pergunta de partida.

Os resultados da presente investigação, além de ajudarem a compreender o fenómeno, poderão, eventualmente, servir de indução para outras pesquisas e, desta

forma, chamar a atenção dos decisores públicos angolanos e da sociedade civil para o fenómeno das Crianças de Rua.

Esta realidade, convidou-nos a refletir imenso e apaixonadamente sobre o fenómeno e a partir para a execução deste trabalho de investigação. Nesta perspetiva, tornou-se pertinente socorrer-mos da Sociologia que, no seu campo de ação, sinaliza problemas sociais e sociológicos como os das crianças que pretendemos estudar, bem como da Criminologia e de alguns ramos do Direito para elucidar alguns conceitos teóricos.

Definição do problema

Em Angola, a maior parte das crianças e jovens oriundos de famílias monoparentais e em dificuldades extremas – alguns deles até mesmo “*órfãos de guerra*”, são chamados de “*meninos de rua*”. A estas crianças não lhes foram dadas opções, tendo os mesmos acabado por sucumbir à vida na rua, enveredando muitas das vezes pelo mundo da delinquência, ou seja, viver à margem da sociedade.

Sabendo que as crianças vivem à mercê e dureza da rua, tentar-se-á compreender de que forma a circunstância de viver fora da família e do seu controlo, designadamente não frequentar a escola, a igreja ou outros locais de ensino e formação, e, assim, perceber quais as consequências que contribuem para o risco de viver “na rua e da rua” e as consequências dos atos antissociais que advêm desta “opção”. Se de fato praticam atos antissociais, tentar-se-á identificar e descrevê-los.

O estudo pretende, por um lado, “*compreender*” o fenómeno das Crianças de Rua num bairro urbano da cidade de Luanda e, por outro, caraterizar estas mesmas crianças de modo a sugerir recomendações que possam ajudar nas políticas públicas de prevenção e redução da criminalidade associada a crianças e jovens. Assim, servimo-nos da ideia de que “*...não é possível combater a criminalidade sem se começar por combater a violência que ocorre no espaço doméstico que é, ainda hoje, o espaço essencial de socialização, ou se quiserem de primeira socialização, do primeiro espaço de formação dos futuros adultos*” (Lourenço, 2005, p.28 citado em Poiares, 2016, p.5). Na perspetiva de apresentar eventuais recomendações que contribuam para

reduzir a possibilidade de ocorrência de comportamentos antissociais, desviantes e violentos colocamos, o nosso problema de investigação do seguinte modo: ***Quais são os principais fatores que conduzem as crianças da Ilha do Cabo à rua?***

Objetivos do estudo

Com base na questão supra introduzida e na breve introdução que lhe antecede, definimos os seguintes objetivos:

O1). Conhecer os principais motivos que levam as crianças da Ilha do Cabo a escolher a vida da rua;

O2). Identificar e caraterizar os principais comportamentos antissociais, desviantes e violentos;

O3). Compreender a proporção de Crianças de Rua da Ilha do Cabo que eventualmente praticam atos antissociais;

O4). Entender se as instituições do Estado desenvolvem o seu papel de prevenção e de que modo tal é realizado.

Hipóteses de estudo

De acordo com os objetivos anteriormente definidos e para responder à pergunta de partida, formulamos as seguintes hipóteses:

H1). A pobreza por si, não é o fator determinante que leva as crianças da Ilha do Cabo a não terem opção de escolha, se não a vida da rua;

H2). As estruturas sociais (escola e família) não são suficientemente fortes para impedir que as crianças da Ilha do Cabo optem pela rua;

H3). Os maus tratos a que são submetidas as crianças no ambiente familiar e não só, conduzem geralmente a comportamentos antissociais, desviantes e violentos;

H4). As instituições do Estado nas suas políticas públicas não são eficazes para prevenir e mitigar os comportamentos antissociais;

H5). As relações sociais entre as Crianças de Rua e as autoridades administrativas e policiais não são eficazes na atenuação do fenómeno.

Existe a convicção e a esperança de que os resultados do trabalho que se pretende desenvolver, venham a demonstrar um nexo causal entre os efeitos da aplicação das políticas públicas do Estado angolano e a prevenção e redução dos comportamentos antissociais da população em estudo.

Com vista ao estudo do fenómeno das Crianças de Rua da Ilha do Cabo, e buscando sobretudo a sua compreensão, optamos pela metodologia qualitativa, cujo procedimento detalharemos em capítulo próprio (cf. Capítulo 3). Cabe, porém, e de forma antecipada, justificar que a nossa opção foi orientada pelas características que são reconhecidas ao método qualitativo e que acordamos serem as mais adequadas ao trabalho que desenvolvemos. Segundo Coutinho (2018, pp. 328-329), as metodologias qualitativas *“incorporam complexidade, subjetividade, descoberta e lógica indutiva”*. Citando Miles e Huberman (1994), a autora considera que os planos de investigação qualitativa apresentam características individualizadoras que determinam essa qualidade, nomeadamente, a investigação é conduzida num contacto intenso e prolongado com uma situação real refletindo-se o dia-a-dia de indivíduos, grupos ou sociedades; o objetivo do investigador é o de conseguir uma visão holística, sistemática, integrada do contexto em estudo; o investigador procura captar os dados partindo das percepções dos próprios atores, deixando de parte preconceitos e ideias feitas; a análise dos dados não desvirtua a originalidade dos mesmos; os instrumentos de recolha de dados podem ser não estandardizados, sendo o investigador o principal instrumento de medida do estudo; os dados tomam quase sempre a forma de palavras obtidas através de observações diretas ou indiretas, entrevistas ou documentos; as palavras são analisadas de forma a permitir ao investigador contrastar, comparar, analisar e desvendar padrões dentro delas.

Estrutura do estudo

O presente relatório abarca quatro (4) capítulos e respetivas secções. Tal como sugere Coutinho (2018), preferimos uma estrutura alternativa que considera a Introdução e Conclusão como secções autónomas independentes dos capítulos. Na Introdução, destaque para o interesse e a pertinência do estudo, para a definição do

problema, os objetivos e as hipóteses bem como os aspetos ligados à planificação global dos conteúdos do presente trabalho de investigação. No primeiro capítulo, o do Enquadramento Teórico e Conceitual destaque para a sistematização teórica e concetual, para ajudar a responder à pergunta de partida (o problema). No segundo capítulo, estão revistas as definições, conceitos, legislação e doutrina relevantes e com grande afinidade ao tema e às palavras – chave. No terceiro capítulo, destacam-se a justificação pela escolha do método, as técnicas de recolha de dados, e os modelos teóricos e explicativos para o tratamento e análise dos dados. No quarto capítulo, é feito o desenvolvimento, com relevo para a apresentação e discussão dos resultados. Finalmente, a conclusão onde incorporaremos eventuais recomendações.

CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1. Crianças de Rua

Nessa secção, daremos tratamento conceitual às palavras-chave e outras que achamos pertinentes, com intuito de responder à nossa pergunta de partida pois, ao estudarmos um fenómeno social e atual, estamos cientes de que a investigação remeter-nos-á para uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e de indagação, que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais (Coutinho, 2018).

O termo "*Crianças de Rua*" refere-se a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e 16 anos, os quais não têm acesso ao sistema formal de educação e que passam a maior parte do tempo na rua. Eles dependem principalmente das suas próprias estratégias de sobrevivência, uma vez que suas famílias e parentes, ou quaisquer outras pessoas, não assumem essa responsabilidade (Roca, 1998). O autor considera ainda que, as "*Crianças de Rua*" pertencem basicamente aos seguintes grupos: "*Crianças da Rua*", aquelas que passam todas as 24 horas do dia na rua, porque não querem, não lhes é permitido, ou não têm família e casa a que regressar; "*Crianças na Rua*", as muitas milhares que "*trabalham*" ou "*as crianças vadias*", que regressam a casa só no final do dia (embora muitas tenham grande potencial em se tornarem "crianças da rua") mas que passam a maioria do tempo envolvidas em atividades económicas marginais, fora do controlo paternal e das lides domésticas.

A Convenção da Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC), no seu art.º 1.º define que a criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da Lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo. O art.º 32.º e 36.º, desta convenção, reforçam a proteção contra a violência, negligência e exploração da criança. Apesar deste reconhecimento, a sua negação pode ser observada em contextos muito variados. A situação das Crianças de Rua é a confirmação desta situação.

Segundo a UNICEF (1989), Crianças da Rua, são as que vivem sem teto, com idades menores de 18 anos, em habitações desocupadas, em que a rua se torna a sua fonte de sustento, que estão inadequadamente protegidas ou supervisionadas ou seja, em situação vulnerável, o mesmo é dizer em situação de risco. Esta organização acrescenta que algumas são crianças que foram expulsas de casa, frequentemente suscetíveis de virem de lares monoparentais, sujeitas a abusos, negligência, exploração de grupos criminosos locais ou da Polícia.

Para Daniel (2012), o fato de inúmeras crianças no mundo viverem na pobreza, não terem acesso à educação ou cuidados de saúde adequados, ficando mais expostas e sensíveis aos esquemas organizados de tráfico de crianças e outras formas de exploração infantil, foram de entre outras as razões impulsionadoras da elaboração da CDC, documento elaborado com o objetivo de focar total atenção nas crianças.

De acordo com a UNICEF (1989), os principais motivos para as crianças optarem pela rua são: (i) a frequente discussão com os pais e irmãos; (ii) serem vítimas de violência doméstica por parte de padrastos/madrastas; (iii) fazerem uso de drogas e álcool; (iv) os pais serem alcoólatras; (v) sofrerem abandono dos pais; (vi) estarem perante uma situação de aumento da pobreza; (vii) terem sonhos e quererem também vida digna.

Para Sebastião (1998), ser criança da rua é viver excluído da escola, sem idade para trabalhar até porque não possuem habilitações estando, desta forma, presos num círculo do qual têm dificuldade em sair. São maioritariamente oriundos de grupos sociais pobres. A fuga para a rua lança-os numa situação marcada pela precariedade, violência e a ausência de perspetivas de futuro deixando-os ao abandono e à capacidade de sobrevivência que consigam demonstrar.

Como refere Negreiros (2001), são múltiplos os motivos que poderão estar na origem da atenção crescente atribuída à investigação sobre a delinquência. O autor acrescenta que, parece indiscutível que o interesse pela delinquência e pela criminalidade decorre de fatores socioculturais mais gerais, relacionados, nomeadamente, com o reconhecimento segundo o qual a violência e outras formas de comportamento antissocial atingem níveis elevados nas sociedades atuais. O autor

adianta que, um início precoce nas atividades antissociais, está associado a formas de delinquência mais graves e persistentes.

1.1.1. Crianças de Rua em Luanda (Angola)

Segundo Tavares (2016), o crime praticado por adolescentes e jovens angolanos, é socialmente preocupante por variadíssimas razões, sendo que, a exclusão social, o desemprego, a fraca abrangência das políticas públicas face à educação, à saúde e à habitação, são as mais relevantes. Na sociedade angolana, a delinquência juvenil é uma realidade cada vez mais explícita desde os acordos de paz em 2002, fruto da crescente desigualdade social a qual se acresce, a disfunção familiar, a desvinculação familiar, os ambientes familiares pautados por atos de violência e os maus tratos no seio familiar (Tavares, 2016). Segundo o autor, os bairros suburbanos em Angola caracterizam-se pela degradação e é lá onde reside a maioria dos jovens delinquentes e a maior parte da população pobre. Nesta perspetiva, Elias (2018), considera que as zonas de exclusão social são o meio próprio e privilegiado para a atuação das associações criminosas.

De acordo com Dumbo (2012, p.84), *“a problemática da delinquência juvenil em Angola está a atingir proporções preocupantes, uma vez que o número de menores em conflito com a Lei aumenta vertiginosamente”*. A conduta delituosa destes menores inicia muito cedo, praticando pequenos delitos no seio familiar, na escola ou nos mercados informais, onde, agregados em grupos muitas vezes violentos e agressivos subtraem das bancadas das vendedoras objetos e produtos alimentares (Dumbo, 2012). Para se ter uma ideia da gravidade e preocupação dos comportamentos antissociais de crianças e jovens delinquentes, os dados fornecidos pelo Segundo- Comandante Geral da Polícia Nacional de Angola, citados em Dumbo (2012), referem que, entre os meses de janeiro a junho de 2009, foram registados 442 crimes envolvendo menores, nomeadamente, furtos, ofensas corporais, roubos e violações sexuais, sendo que dos 546 autores identificados, 407 eram jovens com 15 anos de idade.

Em Angola, a pobreza, o desemprego, as péssimas condições de habitabilidade e insalubridade, a escassez nos cuidados de saúde, a escassez de alimentação, e o

não acesso a determinados direitos, são indicadores de exclusão social que promovem a dessocialização dos indivíduos o que leva à perda de civismo. Estes indicadores de exclusão têm implicância na vidas das “Crianças de Rua”, na medida em que as empurra para o trabalho infantil para se poderem alimentar, ou para a procura incessante de comida na lixeira (Koppele,2012). A maioria das “Crianças de Rua” são rapazes (Koppele, 2012), sendo 71% na faixa etária dos 13 aos 18 anos de idade e 29% na faixa etária dos 6 aos 12 anos de idade (Kanoquela, 2009 citado em Koppele, 2012).

Segundo Koppele (2012), os ralhetes, as agressões e as dificuldades de acesso ao sistema de ensino, fazem parte do ambiente familiar das crianças pobres em Luanda (Angola). A autora acrescenta que a maioria destas crianças são obrigadas a trabalhar precocemente para ajudar as suas famílias pois, a falta de comida, de proteção e atenção faz com que uma parte delas, nos grandes meios urbanos, decidam desistir duma vida em família e prefiram uma vida de rua, onde ganham o rótulo e o estigma de “*Crianças de Rua*”. Algumas, durante o dia vivem na rua e à noite regressam à casa de familiares; outras, durante o dia vivem na rua e à noite regressam à casa de acolhimento e, outras ainda que, residem permanentemente na rua durante o dia e à noite.

Na parte baixa da cidade de Luanda, existem dois tipos de crianças e jovens: as Crianças de Rua, aquelas que passam todas as 24 horas do dia na rua porque não têm família e casa para regressar, contabilizando-se cerca de 300 a 400, sendo na sua maioria rapazes com idades compreendidas entre os 9 e os 15 anos (as raparigas são geralmente prostitutas ou trabalham como criadas), e ganham dinheiro com lavagens de carros, vendas de jornais e como mendigos (Roca,2000).

No estudo realizado com 28 crianças angolanas, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos, (Dumbo,2012), concluiu que quatro delas exerciam atividades laborais, nomeadamente, lavagem de carros, arrumador de sacos no mercado e “*chamador*” de táxi.

Em Luanda, encontram-se na rua as crianças que durante o dia vivem na rua e à noite regressam à casa de familiares e/ou à casa de acolhimento e outras que residem permanentemente na rua, dia e noite. Tendo em conta a sua mobilidade espacial, não é

conhecida a quantidade exata de crianças que, na rua, encontram os meios para sobreviver, sejam eles lícitos ou não (Kanoquela, 2009 citado em Koppele, 2012). É incumbência do Estado traçar políticas que integrem várias estruturas sociais e permitam a criação de Centros de Reintegração e Inserção de Menores para acolher e educar e/ou reeducar estes menores, ao invés de Centros Prisionais de Menores (Tobias, 2012).

1.1.2. Rua e Pobreza

A condição de viver na rua associa-se facilmente à pobreza e à exclusão social. Segundo Costa e Melo (1999), a pobreza designa a qualidade ou estado de pobre, escassez, necessidade, indigência, miséria, penúria, pouca abundância. Segundo a Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais das Nações Unidas (ONU), (2001), a pobreza define-se como a condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.

Pensando sobre o caso dos jovens que vivem na rua, diz Sebastião (2013), que a rua é um elemento desestruturante, elemento de desvio pois, ela distancia o jovem da família e da escola, tornando-se um processo de exclusão e separação, onde os valores dos grupos que habitualmente cultivam o sentimento de pertença são, geralmente, distintos daqueles da família e da escola. Esse afastamento condiciona o seu percurso de vida, e, em muito casos, para sobreviverem na rua, as crianças e os jovens mantêm-se no caminho dos furtos e roubos sob múltiplos aspetos e, mais tarde, no das agressões noturnas levados pela necessidade de dinheiro (Chazal, (s/d)). Segundo o autor, estas necessidades alimentam as profundas tendências de uma criança ou de um jovem entregue a si mesmo, enquadrando-se no caminho da anti-socialibilidade. Neste sentido, para conter ou desencorajar o fenómeno “delinquência infantojuvenil”.

1.1.3. Sociedade, Família e Rua.

Segundo Elias (1980), todo o indivíduo, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos faz parte do seu ambiente, da sua família, da sua sociedade. A literatura tem mostrado o modo como contextos sociais influenciam comportamentos e biografias. A este propósito, cabe referir o exemplo do estudo realizado com menores dos 9 aos 18 anos em 14 instituições sociais em Portugal, com o propósito de perceber a delinquência, o desvio e o delito (Carvalho, 2005), no qual se concluiu que de entre os vários fatores, em primeiro lugar está a rejeição dos pais, em segundo a negligência dos pais e em terceiro lugar a perda dos pais muitas vezes por falecimento, que os remete para o abandono e a opção pela rua, onde iniciam um percurso de vida sem acompanhamento e entregues a si próprios. A família, ou a ausência dela, surge como fator maior para a compreensão de um determinado tipo de comportamento. Mas, para além da família, outros grupos sociais podem ser chamados à discussão. A autora elucida que o absentismo escolar é, no caso estudado, influenciado pelos pares e pelo contexto social em que estas crianças e jovens estão inseridos, sendo que os atos desviantes por estes praticados são fruto das necessidades básicas de que padecem, pela necessidade supérflua de praticar crimes e satisfazer outras necessidades ou ainda de satisfazer a sua autoestima.

O valor da família, enquanto grupo social primário, é reconhecido pelo Estado angolano que, através da Lei n.º 1/88 de 20 de fevereiro que aprovou o Código da Família de Angola (CFA), determina no seu n.º 1 do art.º 1.º (epígrafe proteção da família), a família como núcleo fundamental da organização da sociedade, é objeto de proteção do Estado, quer se fundamente em casamento, quer em união de fato. No n.º 1 do art.º 2.º (epígrafe harmonia e responsabilidade no seio da família), determina que a família deve contribuir para a educação de todos os seus membros no espírito do amor ao trabalho, do respeito pelos valores culturais e do combate às conexões ultrapassadas no seio do povo, da luta contra a exploração e a opressão e da fidelidade à pátria e à revolução. No n.º 2 do referido artigo, determina que a família deve contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todos os seus membros,

para que cada um possa realizar plenamente a sua personalidade e as suas aptidões no interesse de toda a sociedade.

O CFA determina, no seu art.º 6.º (epígrafe nova moral social), que os membros da família contribuirão para a criação de uma nova moral no seio da família e da sociedade, baseada na igualdade de direitos e deveres, no respeito pela personalidade de cada um, na especial proteção à criança e no espírito de colaboração e entreaajuda. Na linha da solidariedade social, o art.º 22.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, prolongado pelo art.º 9.º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, entende que toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social de acordo com a organização e os recursos de cada país, uma solidariedade entre homens na sua mais completa expressão tanto de umas gerações para as outras como, os que podem em favor dos que precisam (Faria, 2001).

Para Carvalho (2005), a delinquência e o desvio estão relacionados com o fator abandono, negligência dos pais como pilar da família e com as necessidades básicas das crianças e jovens para sobreviver. Considera o autor que o contexto em que vivem ou sobrevivem os menores, influencia o comportamento desviante sendo também, uma das causas da delinquência. E conclui afirmando que, numa família desorganizada, torna-se muito difícil proporcionar um ambiente que ajude a criança a transformar-se num bom homem para a sociedade em que estiver inserida.

1.2. Comportamento antissocial

De acordo com Negreiros (2001, p.7), nas sociedades atuais, *“as manifestações de agressividade e violência tornam-se cada vez mais frequentes. Quando comportamentos violentos são praticados por jovens é quase inevitável perguntar porque é que isso acontece e o que pode ser feito para diminuir a sua probabilidade de ocorrência”*.

O termo comportamento antissocial, refere-se a *“uma vasta gama de atividades como atos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expetativas socialmente estabelecidas”* (Negreiros, 2001, p.12). O autor acrescenta que são comportamentos

que não assumem necessariamente a forma de infrações penais, mas que contribuem para a criação de um clima de tensão ou sentimento de insegurança e são, de certo modo, precursoras ou propiciadoras da criminalidade. Alerta ainda para que não olhemos para o comportamento antissocial como um conceito estático, minimizando a importância de o analisar na sua relação não só com as descontinuidades que ocorrem nas trajetórias de vida dos indivíduos mas igualmente com as transformações resultantes da passagem do tempo, e elucida que, é importante investigar os efeitos dos fatores explicativos sejam eles biológicos, individuais, familiares ou do grupo de pares e, se tais fatores se aplicam ao início, continuação ou desistência da atividade antissocial, assumindo que tais fatores exercem uma influência invariante ao longo da vida do indivíduo.

De acordo com Chazal (s/d), para os jovens socialmente desfavorecidos em consequência de uma carência de controlo familiar, a maior parte das vezes num quadro imperfeito de habitação, em dissociação familiar, mergulhado num irregular comportamento dos pais, são depressa solicitados por um grande número de prazeres fáceis. Para o autor, este terreno vazio, que se torna ponto de partida para as aventuras e explorações como as festas com álcool à mistura, a farra e o bando ou o grupo, são ocasiões fascinantes para o jovem porque caminham no sentido do seu hedonismo, da necessidade de movimento, da aventura, do gosto pelo que brilha, pela preocupação de fazer batota e de enganar tanto a autoridade como a família.

Os termos crime, comportamento antissocial, delinquência são conceptualmente distintos, porém Negreiros (2001), considera a expressão comportamento antissocial a mais adequada neste âmbito, já que os termos crime ou delinquência referem-se frequentemente a comportamentos que podem ser objeto de uma sanção penal pois, muitos comportamentos antissociais ocorrem antes de o indivíduo ter atingido a idade da responsabilidade criminal.

O Código de Processo Penal (CPP), na sua alínea a) do seu art.º 1.º (com epígrafe disposições preliminares e gerais), determina que, o crime é o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais e na sua alínea f) considera a criminalidade violenta, as condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade

pessoal ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão máxima igual ou superior a 5 anos.

O Código Penal de Angola (CPA), no seu art.º 1.º (com epígrafe dos crimes em geral e dos criminosos) determina que, o crime ou delito é o fato voluntário declarado punível pela Lei Penal, e no seu art.º 5.º, (*nullum crimen sine lege*), considera que nenhum fato, ou consista em ação ou em omissão, pode julgar-se criminoso, sem que uma Lei anterior o qualifique como tal.

Ao debruçar-se sobre a teoria do crime como parte da ciência do Direito Penal que se ocupa de explicar o que é o crime (Da Silva, 2015), numa visão sintética, considera quatro elementos do crime, nomeadamente ser um fato humano, típico, ilícito e culpável. O fato, enquanto elemento do crime, é sempre um feito da vontade do seu autor, um produto da sua vontade; a tipicidade é a expressão da conduta da vida real a um tipo legal de crime ou seja, um modelo do comportamento proibido, abrange o sujeito com os seus elementos objetivos e subjetivos; a ilicitude é a contrariedade entre o fato, o comportamento da vida real e o ordenamento jurídico; a culpabilidade, culpa ou censurabilidade é o juízo de reprovação jurídica ao agente por ter perpetrado o fato ilícito.

Segundo Negreiros (2001), o termo delinquência pode ser definido em função de critérios jurídico-penais, sendo delinquente o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação pelos tribunais. Para o autor, a delinquência é baseada num contacto oficial com os tribunais, os comportamentos considerados delinquentes incluem delitos que são crime, se cometidos por um adulto, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais. Por sua vez (Pimenta, 2018), considera que delinquente, é todo o indivíduo que comete delitos ou pratica atos ou comportamentos à margem das normas, leis e regulamentos sociais.

Para Afonso (2019), as incivildades como as grafites, a acumulação de lixo na via pública, a degradação de edifícios, o vandalismo em mobiliário urbano, a reiteração de atividades ruidosas, as pessoas alcoolizadas vagueando pelas ruas, são comportamentos antissociais, que não assumem necessariamente a forma de infrações penais, mas que contribuem para a criação de um clima de tensão ou sentimento de insegurança e são, de certo modo, precursoras da criminalidade.

1.2.1. Delinquência juvenil

Para Tavares (2016), a delinquência juvenil, é um conjunto de atos ou comportamentos sociais desviantes cometidos por jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, suscetíveis de serem criminalizados por Lei. Segundo o autor, em Angola, os fatores impulsionadores da delinquência juvenil são a disfunção familiar; a desvinculação familiar e os ambientes familiares conturbados.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna, (RASI, 2018), o conceito de criminalidade grupal traduz a ocorrência de um fato criminoso praticado por três ou mais suspeitos, independentemente do tipo de crime, das especificidades que possam existir no grupo, ou do nível de participação de cada interveniente. Acrescenta que, em Portugal, a delinquência juvenil representa a prática de um fato qualificado como crime nos termos da Lei Tutelar Educativa, por indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e 16 anos. A delinquência juvenil em Portugal mantém a tendência de descida desde 2015 com menos 142 registos face ao ano de 2017 (RASI, 2018).

O CPA determina, no seu art.º 69.º (com epígrafe menores imputáveis), que os delinquentes menores de 21 anos e maiores de 16 cumprirão as penas ou medidas de segurança privativas de liberdade com o fim especial de educação, em prisão-escola ou em estabelecimento prisional comum, mas neste caso, separados dos demais delinquentes. No seu n.º 2, determina que os maiores de 16 anos e menores de 18, com bons ascendentes, condenados pela primeira vez a pena de prisão ou à medida de segurança, poderão ser internados num instituto de reeducação pelo tempo de duração da pena ou medida de segurança, mediante decisão de tribunal competente.

O CPA, no seu art.º 70.º, define que são medidas de segurança, o internamento em manicómio criminal; o internamento em casa de trabalho ou colónia agrícola; a liberdade vigiada; a caução de boa conduta e finalmente a interdição do exercício de profissão. No art.º 71.º, o seu n.º 2, determina que as medidas de segurança são aplicáveis aos indivíduos aptos a ganharem a sua vida pelo trabalho que se dediquem, injustificadamente, à mendicidade ou explorarem a mendicidade alheia; No seu n.º 3, aos rufiões que vivem total ou parcialmente a expensas de mulheres prostituídas. No

seu n.º 5, às prostitutas que sejam causa de escândalo público ou desobedeçam continuamente às prescrições policiais. No seu n.º 8, aos indivíduos suspeitos de adquirirem usualmente ou servirem de intermediários na aquisição ou venda de objetos furtados ou produto de crimes, ainda que não tenham sido condenados por receptadores, se não tiverem cumprido as determinações legais ou instruções policiais destinadas à fiscalização dos receptadores. No seu n.º 9, a todos os que tiverem sido condenados por crimes de associação de malfeitores ou por crime cometido por associação de malfeitores, quadrilha ou bando organizado.

A delinquência nas suas diversas manifestações, (furto, roubo, fraude, violência, tráficos ilícitos), constitui uma forma de desviância, porque faz parte dos atos que transgridem as normas e que são sancionados (Cusson, 2007). O autor refere ainda que um crime é um crime, pelo fato de ser sancionado pelo direito penal e, isso, justifica a reação social à desviância e a estigmatização dos desviantes. Para Nunes (2008), o fenómeno da delinquência juvenil na Europa e na América do Norte nos últimos 50 anos, foi consequência de fatores bastante heterogêneos nomeadamente a violência veiculada pelas redes sociais; uma socialização familiar menos consistente; a disponibilidade de automóveis e armas e uma fraca identificação com categorias sociais que no passado, reprimiram e evitaram comportamentos desviantes.

Já no caso de Angola, outros fatores podem ser chamados à discussão como a guerra civil a que Inácio (2013), acrescenta o meio familiar, e a comunidade escolar e social como causas para a delinquência juvenil em Luanda, referindo que, existem várias famílias com fraco poder financeiro, decorrente da falta de emprego, o que eleva os atos de violência no seio familiar e o trabalho precoce das crianças, levando-as a ter comportamentos delinquentes consubstanciando-se a uma profunda crise moral observada nas famílias angolanas.

Para Tavares (2016), a delinquência em Angola, tornou-se cada vez mais explícita e com contornos preocupantes, devido à pobreza dos mais desfavorecidos pois, apesar de reconhecer as medidas que o poder político tem implementado para que as condições dos angolanos melhore, são parcas as melhorias e a delinquência juvenil alastra com a prática de crimes na maioria das vezes caracterizados por roubo em veículos estacionados e até em movimento com recurso à arma de fogo, assaltos

em residências com violência à integridade física ao ponto de alguns cidadãos perderem a vida de forma bárbara. Para Medina (2008, citado em Dumbo, 2012), a delinquência juvenil é a terminologia atribuída ao indivíduo sujeito a jurisdição de um tribunal de menores, entre a faixa etária dos 12 e os 16 anos.

1.2.2. Desvio

De acordo com a literatura (Cusson, 2007; Becker, 1963), o desvio caracteriza-se como um conjunto de comportamentos e de situações não conformes às expectativas, normas ou valores duma sociedade e que por isso, são suscetíveis de condenações ou sanções. O desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. *“Desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal”* (Becker, 1963, p.22).

Considerando que a vida em sociedade é determinada pela interação entre pessoas, o desvio é entendido como um processo que resulta da interação entre desviantes e não desviantes, entre normais e estigmatizados (Goffman, 1982, 1993, citado em Carvalho, 2018). O autor acrescenta que, tal como no caso do doente é o médico quem lhe atribui o rótulo, no caso do delinquente o rótulo é atribuído por quem impõe as definições de moralidade (as camadas superiores da hierarquia social ou as forças da ordem). Uma vez rotulado, o delinquente é socialmente levado a assumir esse rótulo e consequentemente a reincidir na prática desviante.

Segundo Negreiros (2001), a diversidade de manifestações na atividade antissocial dos jovens, pode ser igualmente avaliada se tomarmos como critério não apenas determinados atos transgressivos mas certos padrões individuais de funcionamento ou seja, não apenas a diversidade da atividade antissocial em termos de maior ou menor agressividade mas igualmente, a persistência ou permanência desses atos ao longo do tempo. Finaliza dizendo que, a maioria dos adolescentes poderá envolver-se ocasionalmente em atividades antissociais contudo, só um número muito restrito apresentará comportamentos delinquentes graves e persistentes ou seja,

poderemos estar em presença de um processo de interação entre desviantes e não-desviantes.

Em jeito de consideração final e de acordo com o dizer de Giddens (2009), seria um erro olhar para o crime e o desvio numa perspetiva totalmente negativa pois, qualquer sociedade que reconheça que os seres humanos têm valores e preocupações diversas, deve encontrar espaço para os indivíduos ou grupos cujas atividades não estão em conformidade com as normas seguidas pela maioria.

1.2.3. Violência

Reportando-se ao século XVII, Lourenço e Lisboa (1998), referem-se à violência pessoal ou privada (voluntária) a qual se sobrepunha uma violência institucionalizada das polícias, tribunais que utilizavam a pena capital como principal instrumento de punição mesmo para crimes menores, à qual não escapavam as crianças.

O aumento da criminalidade e da delinquência, medida pelo aumento do número de furtos em residências e de roubos de automóveis a partir dos anos 60, segundo Lourenço e Lisboa (1998), poderá estar na origem do aumento do sentimento de insegurança conhecido nas sociedades industriais. Os autores adiantam que, estes fatos foram percecionados como a violação de intimidade pessoal e considerados como um dos elementos mais ativos deste sentimento de insegurança, cada vez mais estimulados pela imagem de um crescendo de violência social que a televisão transmite. Numa clara extensão do significado do termo violência,

Durkheim (1984 citado em Lourenço e Lisboa, 1998, p.17), diria estar perante a *“síndrome da insatisfação relativa”*, isto é, *“quanto menor for a violência maior será a intolerância à violência e, conseqüentemente, maior o sentimento de insegurança”*.

Na visão de Carvalho (2018), existem várias formas de violência a saber, a política ou ideológica, a doméstica, a violência sobre determinados estratos da população (sobre a mulher, sobre a criança, ou sobre os idosos por exemplo), a violência juvenil, a violência criminal (que pode atingir o homicídio) e, ultimamente nas cidades ocorre a violência difusa que é sem limites, que se difunde em várias direções,

atinge vários estratos sociais e se faz acompanhar de um elevado sentimento de insegurança e de elevada dose de imprevisibilidade.

A desestruturação familiar (Carvalho, 2007; Chazal, s/d) e violência em âmbito familiar, aparecem associadas a comportamentos juvenis antissociais. As sociedades contemporâneas estão particularmente atentas ao caso da violência doméstica. A Assembleia Nacional de Angola reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e consequentemente da sociedade, aprovou a Lei n.º 25/11, de 14 de julho, Lei contra a Violência Doméstica (LVD). O n.º 1 do seu art.º 3.º define como violência doméstica, toda a ação ou omissão que cause lesão ou deformação física e dano psicológico temporário ou permanente que atente contra a pessoa humana. O n.º 2 do referido artigo, classifica a violência doméstica em sexual, patrimonial, psicológica, verbal, física e finalmente o abandono familiar (qualquer conduta que desrespeite, de forma grave e reiterada, a prestação de assistência nos termos da Lei). O seu art.º 2.º refere que a LVD aplica-se aos fatos ocorridos no seio familiar ou outro que, por razões de proximidade, afeto, relações naturais e de educação, tenham lugar, em especial: a) nos infantários; b) nos asilos para idosos, c) nos hospitais; d) nas escolas; e) nos internatos femininos ou masculinos; f) nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social.

Para Afonso (2019), a violência, está presente em certos meios nomeadamente escolas e estádios de futebol que, no fundo, consubstancia-se num ou mais tipos incriminadores tais como ofensas à integridade física, participação em rixa, coação e ameaça. Para Vasconcelos e Costa (2005, citados em Carvalho, 2018), quando nos referimos aos processos e às relações interpessoais em que se empregam diferentes formas para coerção ou para aniquilamento de outrem, causando-lhes danos físicos, mentais ou morais, estamos a falar de violência.

Segundo Negreiros (2001), nas sociedades atuais, em que a manifestação de agressividade e violência tornam-se cada vez mais frequentes, é quase inevitável perguntar porque é que isso acontece e o que pode ser feito para diminuir a sua probabilidade de ocorrência quando envolve jovens. Prosseguindo, o autor refere que atos como furtar num supermercado ou agredir violentamente alguém representam

comportamentos antissociais bastante diferentes e, embora ambos tenham em comum o fato de envolverem uma transgressão de normas sociais ou legais, uma agressão violenta constitui, indiscutivelmente, um ato de maior gravidade do que furtar algo num supermercado.

Referindo-se às conclusões de um estudo realizado por Guerra e colaboradores (1995), que procurou examinar a situação económica desfavorável, os acontecimentos geradores de *stress* e as crenças individuais, considerados como os que podem aumentar o risco de agressão em crianças em Portugal, Negreiros (2001), considera que os resultados indicaram claramente que as crianças com níveis mais elevados de comportamentos agressivos pertenciam a estratos sociais economicamente desfavorecidos e, os efeitos da situação económica pareceriam estar largamente associados a acontecimentos geradores de *stress*, bem como às crenças sobre a agressão. Para o autor, as crianças mais pobres não só acumulavam um maior número de situações geradoras de *stress*, como defendiam crenças que iam no sentido de aceitar a prática de comportamentos agressivos que, segundo o autor, explicariam a emergência de comportamentos agressivos numa idade precoce e a sua continuidade no tempo.

Como alerta Sebastião (2013), nas atuais sociedades modernas mas egoístas, em que nalgumas escolas se gera a violência e se lida bem com ela, noutras se omite e nada se faz, não deve recair apenas aos intervenientes diretos da ação educativa o papel de guardiões da escola e reitera que todos os intervenientes, (pais, encarregados de educação, educadores, psicólogos, sociólogos), devem prevenir a violência.

No âmbito da investigação criminal (Costa, 2008), considera que determinado fato ou conduta como crime implica sempre a averiguação dos pressupostos da punição criminal ou seja, para lhe que seja atribuída existência jurídico-penal, o mesmo tem de ser percecionado e recebido pelo sistema de administração da justiça penal mediante a iniciativa do desencadeamento da investigação da sua prática e, posteriormente, a decisão de o submeter, ou não, a julgamento. Para o autor, a investigação criminal visa reunir um conjunto de dados e elementos que possam comprovar os fatos denunciados ou de que se teve conhecimento, a identificação dos respetivos intervenientes, o grau de responsabilidade na sua prática e o apuramento

dos seus efeitos em ordem ao correspondente enquadramento na tipologia descrita na Lei.

Para Costa (2008), as designações pelas quais se distinguem os crimes tendo em conta os respetivos requisitos para instauração do processo penal são doutrinárias isto é, não constam da lei substantiva ou processual penal para instauração de procedimento criminal, classificando-os como públicos, semipúblicos, e particulares.

Para Simas Santos e Leal-Henriques (2003 citado em Costa, 2008), respeitando o princípio da oficialidade, em regra, a iniciativa e o impulso processuais da investigação prévia e da submissão a julgamento das infrações criminais competem oficiosamente às entidades públicas de acordo com a Lei. Segundo Costa (2008), este princípio sofre limitações, dado existirem, crimes em que o procedimento criminal é desencadeado oficiosamente pelo Ministério Público MP, que exerce a ação penal com plena autonomia, os chamados crimes públicos, quando basta a notícia do crime, através da denúncia, para que o MP exerça a ação penal, independentemente de qualquer manifestação de vontade por parte do ofendido (art.º 48.º do CPP). Por seu turno, crimes que pela sua natureza, se exige diferentes requisitos para nas situações previstas no n.º 5 do art.º 113.º do CP, são crimes cujo procedimento criminal depende de apresentação de queixa por parte do ofendido, que é o titular do interesse que a lei especialmente quis proteger com a incriminação de acordo com art.º 68.º, n.º 1, alínea a), ou de terceiros que para tal tenham também legitimidade, e as pessoas referidas nas alíneas b) a e) do n.º 1 do art.º 68.º do CPP, nas quais se incluem os representantes legais dos incapazes, designadamente dos menores de 16 anos, conferindo assim legitimidade ao MP para exercer a ação penal em conformidade com o art.º 49º do CPP; finalmente, os crimes em que a ação penal necessita de ser integrada não só com uma queixa, mas também com uma acusação particular, sendo necessário que o ofendido se constitua assistente de acordo com o art.º 50.º do CPP. O autor refere ainda que, para os crimes particulares, o pagamento da taxa de constituição de assistente ou a sua isenção mediante requerimento de apoio judiciário na Segurança Social, para a grande maioria dos cidadãos, se tem constituído um fato difícil de conseguir.

Reportando-se ao impulso processual nos crimes públicos e semipúblicos (Costa, 2008), refere que a denúncia pode ser feita por qualquer pessoa, sem prejuízo da existência de denúncia obrigatória para certas entidades e categorias de pessoas (art.º 386.º do CP) porém, a queixa consiste em dar-se conhecimento ao MP ou à autoridade judiciária ou de polícia que o transmitirá àquele do fato para que seja promovido o respetivo processo, sendo um ato pessoal que deve ser praticado pelo titular dos interesses que a Lei quis especialmente proteger com a incriminação (art.º 113.º, n.º 1 do CP) ou, no caso de este ser incapaz, por uma das pessoas elencadas no n.º 3 do art.º 113.º do CP, agindo em representação daquele (representante legal, cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens, descendentes e na falta deles, aos ascendentes, irmãos e seus descendentes).

Em Angola, o CP, salienta no seu Capítulo I (com epígrafe do furto e do roubo e da usurpação de coisa móvel), o furto (art.º 421.º, 427.º e 428.º), o furto qualificado (art.º 426.º), o furto doméstico (art.º 425.º e 453.º), ferimentos, contusões e outras ofensas corporais voluntárias (art.º 359.º, 360.º, 362.º e 407.º), estupro (art.º 392.º), a violação (art.º 393.º), a violação de menores de doze anos (art.º 394.º), o roubo (art.º 432.º), roubo concorrendo com crime de homicídio (art.º 433.º), roubo qualificado (art.º 435.º), de entre outros. Relativamente aos crimes semipúblicos a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro elencou as ofensas à integridade física simples (art.º 143.º do CP), os crimes de natureza sexual contra maiores (art.º 163.º a 165.º do CP). Por sua vez, a parte especial do CP relativamente aos crimes semipúblicos destaca a ofensa à integridade física por negligência (art.º 148.º), a ameaça (art.º 153.º), a violação de domicílio ou perturbação da vida privada (art.º 190.º), o furto (art.º 203.º), o abuso de confiança (art.º 205.º), o dano (art.º 212.º), a burla (art.º 217.º), de entre outros.

1.3.Trajétórias de desenvolvimento da atividade antissocial

Para Loeber (1988, citado em Negreiros, 2001), a noção de trajetória, não implica a mera identificação de uma sequência específica de evolução da atividade antissocial mas, a atividade transgressiva poderá organizar-se segundo trajetórias distintas de evolução e obedecer a dois princípios inter-relacionados: o padrão criminal

individual, algo não uniforme, mas especializado como no crime de colarinho branco, onde a prática de delitos aparece associada ou não ao uso de drogas; o segundo em que, comportamentos desviantes com certas manifestações antissociais na infância, como o consumo de drogas ou a atividade delinquente na adolescência, constituem domínios de expressão da desviância com evidentes conexões.

Ainda na perspectiva das trajetórias da atividade antissocial Loeber (1988, citado em Negreiros, 2001), considerou três domínios: dos comportamentos antissociais, do consumo de drogas, e da delinquência juvenil, sendo que para cada um deles enunciou três dimensões de trajetórias antissociais nomeadamente a dimensão agressiva, caracterizada pelos problemas de comportamento durante a infância tais como comportamentos agressivos, problemas de hiperatividade, baixo rendimento escolar, competências sociais deficientes, relações interpessoais pobres com pares e adultos; a dimensão não agressiva, na fase final da infância e início da adolescência nomeadamente a associação com pares desviantes; e finalmente a trajetória exclusivamente de abuso de drogas, na fase final da adolescência, com a eventualidade de ocorrer problemas de internalização.

Segundo Inácio (2013), a delinquência juvenil em Luanda, tem uma trajetória que começa no próprio bairro nomeadamente com pequenas lutas, pelo furto de pequenos objetos e valores monetários no seio familiar, arremesso de pedras aos carros que passam na via pública e às janelas e portas dos vizinhos, para posteriormente passarem ao crime organizado nomeadamente com assaltos a residências, na via pública e nos estabelecimentos escolares.

Para Negreiros (2001), a taxa de delinquência varia consideravelmente com a idade, sendo que a adolescência, apesar de não constituir um período unitário da vida do indivíduo é um período de desenvolvimento humano marcado por mudanças biopsicossociais profundas, sendo plausível supor que os processos de mudança possam também alterar-se nas diferentes fases etárias do adolescente.

Referindo-se ainda a um outro aspeto além da relação entre a idade e a delinquência que é a idade de início da atividade delituosa (Negreiros, 2001), considera que o fato de um início precoce na atividade antissocial estar associado a formas de delinquência mais graves e persistentes, levanta questões relevantes para a

compreensão dos processos de início, manutenção e desistência da atividade delituosa.

Segundo Negreiros (2001), estudos conduzidos em países e contextos muito diversos, revelam em termos gerais um aumento abrupto do número de detenções entre os 12 e os 17 anos, após o que se verifica um declínio, bastante acentuado a partir do fim da adolescência o que levou o autor a concluir que “*a frequência da atividade antissocial parece aumentar fortemente entre os 12 e os 17 anos*” (Negreiros, 2001, p.48). Embora a atividade antissocial seja flutuacional, instável e polimórfica, para Negreiros (2001), existe uma forte evidencia que sugere a possibilidade de, ao longo de diferentes períodos de desenvolvimento do indivíduo, o processo antissocial se organizar segundo trajetórias distintas, a que corresponderiam idades de início e formas específicas de atividade antissocial, destacando-se para o efeito, duas trajetórias de evolução distintas dessa atividade nomeadamente, a de início precoce, que representaria os indivíduos em maior risco de evoluir para a criminalidade adulta, e a de início mais tardio, caracterizada pela ausência de persistência da atividade antissocial e pelo caráter relativamente benigno das suas manifestações.

1.3.1. Cidadania e educação para a não-violência

Nesta secção, por razões históricas e de proximidade sociocultural, optou-se por um ligeiro paralelismo entre a realidade portuguesa e angolana ao nível de alguns princípios legais e constitucionais, destacando a perspetiva de alguns autores no que se refere à cidadania, segurança e à educação para a não-violência.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), desde logo, fixa o regime de detenção e, é este regime que norteia todo o CPP. No seu art.º 27.º, n.º 1, 2 e 3 referem respetivamente que, todos os cidadãos têm direito à liberdade e à segurança; ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por Lei com pena de prisão ou aplicação judicial de medida de segurança. Excetua-se deste princípio a privação da liberdade pelo tempo e nas condições que a Lei determinar por exemplo: n.º 3, alínea a), detenção em flagrante delito, n.º 3, alínea b), detenção ou prisão preventiva por

fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão superior a três anos; n.º 3, alínea e), sujeição de um menor a medidas de proteção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente; n.º 3, alínea g), detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários. No n.º 4, refere que toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.

O Código Penal, (CP), determina, no n.º 1 do seu art.º 1.º (com epígrafe princípio da legalidade) que, só pode ser punido criminalmente o fato descrito e declarado passível de pena por Lei anterior ao momento da sua prática. No seu n.º 2 que, a medida de segurança só pode ser aplicada a estados de perigosidade cujos pressupostos estejam fixados em Lei anterior ao seu preenchimento e, no seu n.º 3, determina que não é permitido o recurso à analogia para qualificar um fato como crime, definir um estado de perigosidade ou determinar a pena ou medida de segurança que lhe corresponde.

A CRP determina, no n.º 1, do seu art.º 13.º (com epígrafe princípio da igualdade), que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei. No seu n.º 2, determina que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual. No n.º 2 do seu art.º 25.º (epígrafe princípio da igualdade) determina que, ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos. A propósito, o CPP, determina no seu n.º 1, do art.º 250.º (com epígrafe Capítulo II, das medidas cautelares e de polícia), que os Órgãos de Polícia Criminal OPC, podem proceder a identificação de qualquer pessoa encontrada em lugar público, aberto ao público ou sujeito à vigilância policial, sempre que sobre ela recaiam fundadas suspeitas da prática de crimes. No seu n.º 1, do art.º 251.º, determina que para além dos casos de terrorismo, criminalidade violenta e altamente organizada que ponha em grave risco de vida de qualquer pessoa, os OPC, podem proceder, sem previa autorização da autoridade judiciária, revistas e buscas de suspeitos.

O CPP determina, no seu n.º 1, do art.º 256.º (com epígrafe flagrante delito), todo o crime que se está cometendo ou se acabou de cometer. O n.º 2 refere que reputa-se também o caso em que o agente for, logo após o crime, perseguido por qualquer pessoa ou encontrado com o objeto ou sinais que mostrem claramente que acabou de o cometer ou nele participar.

Em Portugal, relativamente a menores, considera-se a Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, também designada por Lei Tutelar Educativa (LTE), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro. No seu art.º 1.º, determina que a prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de fato qualificado pela Lei como crime, dá lugar à aplicação de medida cautelar educativa em conformidade com as disposições da referida Lei.

O CPP determina, no seu n.º 1, do art.º 51.º (com epígrafe pressupostos para a detenção de menores em flagrante delito), que a detenção do menor é efetuada: a) Em caso de flagrante delito, para, no mais curto prazo, sem nunca exceder quarenta e oito horas, ser apresentado ao juiz, a fim de ser interrogado ou para sujeição a medida cautelar; b) Para assegurar a presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, sem nunca exceder doze horas, perante o juiz, a fim de ser interrogado ou para aplicação ou execução de medida cautelar, ou em ato processual presidido por autoridade judiciária; c) Para sujeição, em regime ambulatorio ou de internamento, a perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade. O n.º 2, do referido artigo, determina que a detenção fora do flagrante delito, tem apenas lugar quando a comparência do menor não puder ser assegurada pelos pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de fato e, faz-se por mandato do juiz a requerimento do Ministério Público. No seu n.º 1 do seu art.º 52.º (com epígrafe pressupostos para a detenção de menores em flagrante delito), que o menor só pode ser detido em flagrante delito, por fato qualificado como crime punível com pena de prisão, sem prejuízo do disposto no número seguinte. No n.º 2, a detenção só se mantém quando o menor tiver cometido fato qualificado como crime contra pessoas, a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão igual ou superior a três anos ou tiver cometido fato qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável. O n.º 3, considera que fora dos casos referidos no número anterior, procede-se apenas a identificação do menor.

Debruçando-se sobre a criminalidade juvenil e a insegurança nas comunidades contemporâneas portuguesas (Nunes, 2008), considera que o regime consagrado pela LTE, não deixa de ser antinómico a Lei pretender simultaneamente garantir a defesa social e a educação do menor. Segundo o autor, expressa-se a vontade de educar e não punir, pretendendo acentuar finalidades pedagógicas e não retributivas, apesar de que estas aparentes antinomias reforçarem a convicção de que não se pode escamotear a necessidade de ponderar as consequências concretas dessa intervenção seja ela repressiva ou educativa.

O CPA no n.º 1 do seu art.º 291.º (com epígrafe abusos de autoridade), considera que será punido com pena de prisão de três meses a dois anos, podendo agravar-se com a multa correspondente, qualquer empregado público que prender ou fizer prender por sua ordem alguma pessoa, sem que poder tenha para prender; no seu n.º 2, o que, tendo este poder, o exercer fora dos casos determinados na Lei ou contra alguma pessoa, cuja prisão for da exclusiva atribuição de outra autoridade.

De acordo com Carvalho (2005), mais do que uma questão de natureza jurídica, os comportamentos desviantes que proliferam nas nossas urbes, são um problema social que cada vez mais coloca em jogo as condições ecológicas, económicas, sociais, ideológicas de uma sociedade.

Justificando-se um paralelismo em matéria de normas e princípios, a Constituição da República de Angola (CRA), (2010), determina no seu n.º 1, do art.º 13.º (com epígrafe princípio da igualdade), que todos os cidadãos são iguais perante a constituição e a Lei. No seu n.º 2, refere que ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão. No seu art.º 24.º, determina que a maioridade é adquirida aos 18 anos. O CPA, no seu art.º 7.º (com epígrafe disposições preliminares), considera que a maioridade civil produzirá todos os seus efeitos nas relações da Lei Penal aos 18 anos.

A CRA determina, no n.º 2, do seu art.º 36.º (epígrafe princípio da liberdade), que ninguém pode ser privado da liberdade, exceto nos casos previstos pela CRA e pela Lei. No seu n.º 3, alínea a) determina que o direito à liberdade física e à segurança

individual envolve o direito de não ser sujeito a quaisquer formas de violência por entidades públicas ou privadas; na alínea b), o direito de não ser torturado nem tratado ou punido de maneira cruel, desumana ou degradante.

A CRA determina, no art.º 63.º (epígrafe direitos dos detidos e presos), que, toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada, no momento da sua prisão ou detenção, das respetivas razões e dos seus direitos; na alínea a) ser-lhe exibido o mandado de prisão ou detenção emitido por autoridade competente, nos termos da Lei, salvo nos casos de flagrante delito; na alínea b), ser informada sobre o local para onde será conduzida; h) ser conduzida perante o magistrado competente para a confirmação ou não da prisão e de ser julgada nos prazos legais ou libertada; alínea i) comunicar em língua que compreenda ou mediante intérprete. No art.º 64.º, n.º 1, determina que a privação da liberdade apenas é permitida nos casos e nas condições determinadas por Lei e no seu n.º 2, que a polícia ou outra entidade apenas podem deter ou prender nos casos previstos na constituição e na Lei, em flagrante delito ou quando munidas de mandado emitido pelas autoridades competentes.

O Código de Processo Penal de Angola (CPPA), no seu art.º 288.º (epígrafe da prisão), define flagrante delito todo o fato punível que se está cometendo ou que se acabou de cometer. Repute-se também flagrante delito, o caso em que o infrator é, logo após a infração, perseguido por qualquer pessoa, ou foi encontrado a seguir à prática da infracção com objetos ou sinais que mostrem claramente que a cometeu ou nela participou. No seu art.º 287.º considerando prisão em flagrante delito a que corresponda pena de prisão, todas as autoridades ou agentes de autoridade devem, e qualquer pessoa do povo pode deter os infratores. No seu art.º 289.º, determina que para a prisão dos réus em flagrante delito e quando a infração corresponder a pena de prisão é permitida a entrada tanto na casa ou no lugar onde o fato se está cometendo, ainda que não seja acessível ao público, como naquele a que o infrator se acolheu, independentemente de qualquer formalidade.

Em Angola, relativamente à infância, a CRA, determina no n.º 1, do art.º 80.º (epígrafe direito da criança), que, a criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla proteção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão,

exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições. O n.º 2, determina que as políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural. No seu n.º 3, o Estado deve assegurar especial proteção à criança órfã, com deficiência, abandonada ou, por qualquer forma, privada de um ambiente familiar normal. No seu n.º 5, determina que é proibido, nos termos da Lei, o trabalho de menores em idade escolar. No seu art.º 85.º, determina que, todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

O CFA determina, no n.º 1, do seu art.º 4.º (epígrafe proteção e igualdade das crianças), que, as crianças merecem especial atenção no seio da família, à qual cabe, em colaboração com o Estado, assegurar-lhes a mais ampla proteção e igualdade para que elas atinjam o seu integral desenvolvimento físico e psíquico e, no esforço da sua educação, se reforcem os laços entre a família e a sociedade. No seu art.º 5.º (epígrafe educação da juventude), determina que, à família, com especial colaboração do Estado e organizações de massas e sociais, compete promover de forma integral e equilibrada a educação dos jovens em ordem à sua realização e integração na sociedade.

Para Sebastião (2013), a escola passou a ser um local de risco quando antes era um local de proteção, e o quadro relacional onde a criança se insere conta com grupos de pares que ao invés de pacificar estimulam e intensificam os atos e comportamentos desviantes e antissociais, numa sociedade egoísta onde as escolas de zonas desfavorecidas e com menos recursos omitem a violência que nela se pratica e nada ou quase nada fazem para a erradicar, sendo as escolas frequentadas maioritariamente pela classe média que se preocupa em comunicar atos violentos.

Para Clemente (2015), a segurança começa na prevenção, alertando que, a ação policial deve ser sobretudo preventiva contudo, a responsabilidade da segurança pertence a todos, nomeadamente ao Estado e à sociedade. O autor acrescenta que, a dimensão positiva da segurança traduz-se no direito à proteção do cidadão, através da ação policial, contra a agressão ou a ameaça e a dimensão negativa consubstanciam-se no direito de defesa, perante os atos injustos da administração pública. As Forças de Segurança respondem em primeira linha pela manutenção da ordem pública, aplicando certas medidas legais, incluindo o emprego proporcional da força física porém, a

aplicação equilibrada dos meios auxiliares de coação são exigências crescentes aos serviços policiais europeus (Clemente, 2015).

Segundo Afonso (2019), a tridimensionalidade da atividade policial (polícia administrativa, polícia judiciária e de ordem e tranquilidade públicas), é característica fundamental de uma força de segurança. A atividade da polícia administrativa desenvolve-se através de agentes policiais (qualquer funcionário com funções policiais pertencente aos quadros duma polícia com competências administrativas. A polícia judiciária compete exercer a função de prevenção reativa à lesão do bem jurídico e a prevenção dos efeitos negativos colaterais da lesão do bem jurídico, reprimindo os crimes que escapam à função de vigilância e atuar nos domínios da inteligência, da investigação criminal e da cooperação internacional, com o propósito de apresentar os suspeitos perante a justiça. A atividade da polícia de ordem e tranquilidade pública centra-se na ação policial preventiva de vigilância, de manutenção da ordem pública e da sua reposição caso tenha sido perturbada. Para o autor, são tarefas que cabem à polícia de ordem e tranquilidade pública, patrulhar as ruas e lugares, acompanhar e/ou conter manifestações, policiar eventos desportivos ou culturais, manter a tranquilidade das pessoas através da proximidade, prosseguir programas de segurança escolar ou de idosos.

Relativamente à educação para a não-violência, em Angola, a LVD no seu art.º 7.º (com epígrafe medidas de prevenção e apoio), incumbe ao Estado integrar, nos programas curriculares de ensino, matérias que visem prevenir crimes de violência doméstica, proporcionando às crianças e aos jovens, conceitos básicos especiais nomeadamente sobre o fenómeno da violência e as suas diversas manifestações, origens e consequências; sobre o direito e o respeito à intimidade e à reserva da vida privada; sobre os comportamentos parentais e o inter-relacionamento na vida familiar; sobre a violência institucional; sobre as relações de poder que marquem as interações pessoais, grupais e sociais e sobre o relacionamento entre crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas.

Em jeito de consideração final, colocamo-nos de acordo com Lourenço (2010), quando refere que o crime impõe à sociedade um pesado ónus pelo seu impacto na qualidade de vida e na saúde física e mental dos indivíduos, que a criminalidade

contribui ativamente para desviar recursos essenciais ao desenvolvimento dos países e ao bem-estar dos cidadãos quer pela sua apropriação ilegítima, quer pelos meios necessários à sua prevenção e ao seu combate e, finalmente, que a criminalidade e o sentimento de insegurança a ela associada têm um impacte negativo marcante na democracia ou seja, nos direitos liberdade e garantias dos cidadãos.

1.3.2. Prevenção criminal

De acordo com Costa e Melo (1999), a prevenção, é o ato ou efeito de prevenir, significa aviso prévio, precaução, antecipação – refere-se à polícia que permanece nas esquadras pronta a intervir em caso de necessidade.

Em Portugal, o CPP, no seu art.º 1.º, define crime, como o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais.

Reportando-se sobre a prevenção (Poiares, 2016), apresenta-nos duas perspetivas, uma criminal e outra social. Para melhor entendimento sobre a temática, o autor alerta que importa compreender os conceitos de (in) segurança, risco, e prevenção. O conceito de segurança (Poiares, 2016), é indissociável do conceito de sociedade dentro dos padrões civilizacionais mínimos para o funcionamento regular das instituições e por forma a garantir uma qualidade de vida condigna aos cidadãos de forma a exercer os seus direitos, liberdades e garantias. Para Oliveira (2006, citado em Poiares, 2016), a insegurança, compreende por um lado a situação resultante do estado objetivo da delinquência e por outro, a insegurança que se sente, e que traduz a ideia de um sentimento de insegurança, que se manifesta por sensações de angústia e medo. Segundo Poiares (2016), o risco é contextualizado como um perigo externo, *“rebatizado como risco”* Carapinheiro (2002, citado em Poiares, 2016, p.96), sendo que a consciência do risco andou sempre de mãos dadas com a história do homem e é uma característica intrínseca à vida em sociedade (Ekberg, 2007, citado em Poiares, 2016).

Considerando que policiamento deve tratar acima de tudo, da comunicação do conhecimento/informação sobre o risco entre as instituições da sociedade que a solicitem (Poiares, 2016), alerta que atualmente, é cada vez mais consensual que a

resposta a esta realidade passa pela consolidação de respostas integradas e em parceria materializando uma verdadeira governança em rede envolvendo forças policiais, associações de moradores, câmaras municipais, Ministério Público, assistentes sociais etc.

Segundo Gomes (2005), as causas profundas da criminalidade são de natureza ambiental e social e, das diferentes tipologias de prevenção da criminalidade destaca duas, nomeadamente a prevenção social, que age sobre as motivações criminais do pró-delinquente e do delinquente, e a prevenção situacional, que visa reduzir a oportunidade de passagem ao ato e aumenta o risco de deteção, caso a dissuasão falhe. O autor considera que a prevenção situacional também designada por prevenção da insegurança (prevenir o sentimento de insegurança), surge como reação à pequena e média criminalidade nas sociedades de consumo e põe o seu tónico na redução das oportunidades.

Para Gomes (2005), a prevenção situacional deverá proceder a análise detalhada da forma como, em certas zonas, certos crimes são cometidos; definir o modo de agir sobre as condições ligadas ao ambiente e à situação a fim de reduzir as oportunidades de passagem ao ato e determinar as entidades que podem implementar essas medidas de redução. O autor salienta ainda que, o objetivo é massificar as técnicas de prevenção situacional que facilita enormemente o trabalho policial e faz com que, sempre que possível, a missão das Forças de Segurança, seja aliviada por dispositivos técnicos, invertendo a dinâmica do terror: “ *é preciso que seja o ladrão a ter medo e não as potenciais vítimas*” (Gomes, 2005, p.171).

De acordo com Inácio (2013), a Polícia Nacional Angolana (PNA), face à problemática da delinquência juvenil, deveria optar por estratégias de proximidade, atuando sobretudo junto das famílias (das crianças), com intuito de recolher informações sobre o seu estado e, ao nível dos estabelecimentos de ensino, adotar uma intervenção junto da comunidade educativa, nomeadamente no policiamento saturado com vista a eliminar as fontes de vulnerabilidade existentes nos estabelecimentos escolares.

Ainda na mesma perspetiva impõe-se referir a teoria das janelas partidas, (*broken windows theory*), inspirada pela Escola de Chicago de Becker (1996), que,

numa abordagem neo-retribucionista (*a Lei e a Ordem, Tolerância Zero*), vista por muitos como a da prevenção geral, reduz consideravelmente os índices da criminalidade na cidade de Chicago porém, verifica-se a prisão em massa nomeadamente de sem-abrigo, prostitutas, mendigos, ainda assim, a principal contribuição dessa teoria ter-se dado no campo da metodologia por se basear na observação e experimentação das vivências e na política de prevenção criminal e redução da repressão policial.

1.3.3. Direitos da criança em risco

O Jornal de Angola de, 8 de junho de 2019, no seu artigo de opinião estampado em primeira página e assinado pelo seu diretor, Victor Silva, relativamente à proteção da criança e o papel do Instituto Nacional da Criança (INAC), refere que em Angola, está a assistir-se a um aumento do número de crianças na rua e envolvidas na prostituição, preocupando as instituições especializadas em proteção de menores, uma dessas instituições é a INAC que pretende criar centros integrados de reabilitação para albergar menores em situação de risco. O artigo destaca que a pobreza é uma das causas de fenómenos como a desestruturação das famílias e que importa, atacar as causas que levam os menores a saírem dos seus lares para se entregarem ao consumo de drogas e à prostituição. Curiosamente, e para merecer destaque nesse estudo, o artigo salienta os maus tratos e o trabalho de escravo a que muitos menores são submetidos e critica a não cultura da denúncia imediata de casos de violações de direitos da criança, sobretudo nas situações em que os crimes cometidos contra menores ocorrem no seio familiar, onde esses são incapazes de fazer chegar a sua situação às autoridades.

Por maus tratos o CP (português) no n.º 1, do art.º 152.º - A, define quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez e lhe inflija, empregue, sobrecarregue os fatos descritos nas sua alíneas a, b e c respetivamente.

Não encontramos igual definição no CPA porém, em Angola, a Lei n.º 9/96, de 19 de abril, publicada no Diário da República, I série, n.º 16, Lei sobre o Julgado de Menores LJM, atribui competências para decidir as questões relativas a menores que estejam em situação de perigo social ou de pré-delinquência, prevendo a aplicação de medidas tutelares que visem a proteção, assistência e educação do menor cuja situação de perigo clama por uma intervenção. Segundo a LJM, a sociedade deve proteção social ao menor. No seu art.º 12.º, alínea b), determina que compete ao julgado de menores aplicar medidas de prevenção criminal aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, inclusive. No seu art.º 16.º, determina que as medidas de prevenção criminal são aplicáveis aos menores que pratiquem fatos tipificados na Lei como delitos. No seu art.º 17.º, enumera as seguintes medidas de prevenção criminal: a) repreensão; b) imposição de regras de conduta; c) condenação do menor ou do seu representante legal em multas, indemnizações ou restrições; d) prestação de serviços à comunidade; e) liberdade assistida; f) semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo; g) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

Segundo Robin; Starr e Wolfe (1991 citados em Daniel, 2012), o conceito de mau trato não é consensual e tem merecido uma particular atenção devido às variações culturais, práticas educativas ou origem étnica ou seja, o que para uns significa mau trato, para outros poderá ser considerado apenas como uma prática de disciplina e/ou normativa. Neste prisma, particular atenção a Calheiros (2006, citado em Daniel, 2012), que alerta para o fato de que, para algumas culturas e etnias, alguns comportamentos como bater na criança poderem ser considerados normativos e aceites e, nessa perspetiva, reforça a sua tese citando Giovani e Bezerra (1979) que consideram que as definições do mau trato devem advir sobretudo daquilo que é consensualmente aceite e não aceite enquanto prática educativa numa mesma sociedade.

O conceito de mau trato significa, *todas as ações dos pais, familiares ou outros que provoquem danos físicos, psicológicos ou sexuais não acidentais, ou que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo* (Alberto, 2010; Roig e De Paúl, 1993 citados em Daniel, 2012).

Segundo Daniel (2012), não existem estudos sobre o que os angolanos pensam em relação à questão do mau trato, uma vez que a literatura demonstra escassez de investigação feita nesse âmbito em Angola no entanto, a autora acrescenta que a literatura existente sobre o conceito, identifica diferentes tipos de maus tratos nomeadamente o mau trato físico, o mau trato psicológico, a negligência e o abandono e o abuso sexual que podem ocorrer de forma isolada ou em simultâneo, num mesmo sujeito, tornando-se difícil estabelecer fronteiras entre os mesmos.

Relativamente aos fatores que despoletam os maus tratos (Azevedo e Maia, 2006; Garfield, 1981, 1989 citados em Daniel, 2012), referem que algumas teorias centram-se na criança (nos fatores idade, o estado e aspeto físico, e no comportamento); outras apontam para os pais como fatores principais na origem dos maus tratos (personalidade dos mesmos, problemas com alcoolismo e toxicodependência), e por último na transmissão intergeracional do abuso infantil.

Referindo-se à aplicação da Lei para grupos vulneráveis nas questões afetas aos Direitos Humanos (Moreira, 2016), considera que a criança precisa de cuidados e proteção especiais, incluindo proteção jurídica adequada, devido à sua vulnerabilidade, e tais cuidados deveriam provir primeiramente da família, principalmente nos primeiros anos da sua existência. Para o autor, em muitos lugares, especialmente em lugares de crises, as crianças e adolescentes não são capazes de enfrentar esses ambientes, sendo na maioria dos casos marginalizados e as suas vidas colocadas em risco, por esta razão, em 20 de novembro de 1989, a Organização das Nações Unidas (ONU), institui a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

Numa perspetiva conceptual e simultaneamente contextual relativamente ao modelo de justiça da infância e juventude mencionamos (Henriques, Bento Martins e Gomes-da-Costa, 2014), que consideram que a primeira Lei portuguesa em matéria de infância e juventude em situação de institucionalização surgiu com a implantação da República, e tratou-se da Lei de Proteção da Infância (LPI), publicada no Diário do Governo em 27 de maio de 1911 ou seja, uma Lei bastante antiga o que nos parece ser também antiga, a preocupação com os direitos das crianças e jovens.

Atualmente, a par da LTE, existe a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), que, consagra princípios fundamentais no domínio dos

direitos das crianças, previstos em instrumentos internacionais a que os Estados, como Portugal e Angola, devem obediência. Esta Lei consagra o acolhimento institucional da criança em perigo em casas de acolhimento. O n.º 2 do art.º 53.º da LPCJP, determina que o regime aberto implica a entrada e saída da criança e do jovem da instituição, de acordo com as normas gerais de funcionamento tendo apenas como limites os resultados das suas necessidades educativas e da proteção dos seus direitos e interesses. A CDC determina no n.º 1 do art.º 20.º que *“a criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente, tem direito à proteção e assistência especiais do Estado”*

Em Angola, no quadro da aplicação dos tratados internacionais ratificados pela Assembleia Nacional, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos no combate à violência doméstica e sexual, os dados e informações recolhidos do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher e do Ministério do Interior, indicam 16.237 casos registados em 2014, 25.414 casos em 2015 e 42.437 casos em 2016 (Os Direitos da Mulher, 2018).

Para Henriques, Bento, Martins e Gomes-da-Costa (2014), na pedagogia do acolhimento residencial de crianças e jovens ao abrigo da Lei n.º 147/99 de 01 de setembro LPCJP, deve-se ouvir a criança através de uma escuta ativa e ter em consideração os seus pontos de vista, dando-lhe vez e voz, sendo que o lugar do Eu deve ser encarado como uma oportunidade de reorganização e reconstrução própria, em que a elaboração do projeto de vida é feita com a criança e não em vez da criança, tratando-se assim, de uma ocasião de crescimento e responsabilização. O n.º 3 da referida Lei refere outras formas de proteção alternativa nomeadamente a colocação familiar, a kafala do direito islâmico, a adoção ou a colocação em estabelecimentos adequados de assistência a crianças.

Segundo Tomás, Malheiro, Costa, Rodrigues, Luís e Gonçalves (2014), a Convenção dos Direitos da Criança, ainda que não isenta de críticas, continua a ser uma marca incontornável quando se trata de direitos da criança, basta ter em atenção os seus princípios, nomeadamente o da não discriminação no seu art.º 2.º, 7.º, 8.º, 23.º e 30.º; o do superior interesse da criança no seu art.º 3.º, 9.º, 19.º, 20.º, 25.º e 39.º; o da

sobrevivência e desenvolvimento no seu art.º 6.º,16.º,24.º,27.º,28.º e 31.º; e finalmente o da participação no seu art.º 12.º,13.º,14.º e 17.º.

CAPÍTULO II. REVISÃO DE LITERATURA

Para o presente trabalho, procurou-se alargar o espectro da literatura numa visão diacrónica (dos fenómenos especialmente estudados do ponto de vista da sua evolução no tempo), em várias áreas do saber, com destaque para a Sociologia já que no seu campo de estudo sinaliza problemas sociais e sociológicos, mas, sintetizando igualmente teorias, modelos e perspetivas teóricas da Criminologia e do Direito Penal que deram corpo ao enquadramento teórico e conceptual.

Apesar de serem muito poucos os estudos empíricos realizados por investigadores angolanos com similaridade ao presente trabalho, destacamos o trabalho de Carvalho (2018); Dumbo (2012); Pimenta (2018); Tavares (2016) e Tobias (2012). Dos autores portugueses, destaque para Negreiros (2001); Lourenço e Lisboa (1998) e Sebastião (1998), sendo este último, um sociólogo de referência com estudos que nos inspiraram imenso para iniciar este trabalho.

2.1. A Bio - Psico - Sociologia do crime

O estudo científico do crime começou por ser avocado por ciências como a biologia, a psicologia e a sociologia, que cedo se implantaram no campo criminológico e, nos tempos atuais segundo Dias e Andrade (2011), mais do que Criminologia se vem praticando a Biologia criminal, Psicologia criminal e Sociologia criminal.

Para Palma (2018), a Criminologia é uma ciência de base descritiva e não normativa, que não pretende mostrar nem o que deve ser crime nem como se deve responder com justiça ao crime, mas pretende apenas compreendê-lo e explicá-lo. A autora sistematizando o entendimento sobre o crime como objeto da Criminologia referindo-se a Hassemer (1984), considera que, distinguir-se-ão concepções que identificam o crime com deficiências biológicas ou psicológicas do agente, concepções que assinalam deficiências da socialização ou mesmo, da estrutura social e outras concepções que destacam a natureza social e até funcional do crime.

Quanto às teorias psicológicas (Pinatel, 1960, Born, 2005, citados em Carvalho, 2018), destacam duas abordagens, uma psicopatológica (a chamada perturbação antissocial da personalidade) e outra de personalidade que está relacionada com caracteres específicos da personalidade criminosa, que por sua vez, identifica quatro traços na personalidade criminal nomeadamente *“o egocentrismo, percepção do mundo em função dos seus próprios interesses; labilidade, dificuldade em seguir uma linha de conduta estável e de assumir as consequências dos seus atos; agressividade, tendência para reagir com violência; e indiferença afectiva, dificuldade em assumir ligações afectivas com outras pessoas e insensibilidade ao sofrimento dos outros”* (Pinatel, 1960, Born, 2005, pp. 226-229 citados em Carvalho 2018).

Para Negreiros (2001), as conceptualizações sobre o crime e a delinquência centram-se usualmente num único fator explicativo como por exemplo, a associação a pares delinquentes ou a própria personalidade criminal do agente sendo que, as principais formulações teóricas atuais sobre a delinquência revelam a tendência para valorizar uma constelação específica de fatores explicativos quer estes se situem aos níveis biológicos, psicológicos ou sociológicos, quer resultem de uma combinação de qualquer destes fatores. O autor alerta para o fato de que o comportamento antissocial é frequentemente definido como um conceito estático, minimizando a importância de o analisar na sua relação não só com as descontinuidades que ocorrem nas trajetórias de vida dos indivíduos mas igualmente com as transformações resultantes da passagem do tempo e, elucida que, é importante investigar os efeitos dos fatores explicativos sejam eles biológicos, individuais, familiares, do grupo de pares etc., e, se tais fatores se aplicam ao início, continuação ou desistência da atividade antissocial, assumindo implicitamente que tais fatores exercem uma influência invariante ao longo da vida do indivíduo.

Segundo Afonso (2019), é comum recortar a noção de criminalidade em sentido amplo (atos delituosos), dividindo-a em criminalidade em sentido próprio, que abrange os crimes mais graves nomeadamente o homicídio, a violação, o tráfico de drogas, de armas ou de seres humanos e a delinquência, que identifica a criminalidade menos grave, embora mais frequente designadamente furto, receptação, ofensas à integridade

física, burlas sendo usual preferir o conceito de delinquência juvenil ao de crime quando os seus agentes sejam jovens ou menores inimputáveis em razão da idade.

Segundo Chazal (s/d), em todos os países beligerantes ou que sofreram os efeitos da guerra, circunscreveu um considerável aumento do número de jovens delinquentes, fruto da dissociação que inúmeras famílias foram sujeitas. O autor refere ainda que, essa desagregação que por sua vez é agravada pelo nervosismo familiar devido às inquietações provocadas pela separação das famílias, cria frequentemente o delito na sua forma de furto, roubo, prática do mercado negro, fomentando a destruição e a miséria que frequentemente provocam na criança e no jovem graves traumatismos afetivos, que arrastam por vezes os rapazes para a fuga e as raparigas à prostituição. Para o autor, os fatores da delinquência juvenil são essencialmente a situação familiar; as condições socioeconómicas e o ambiente sociocultural.

Para Da Silva (2015), a temática da delinquência juvenil, refere-se logicamente ao crime que, além de fenómeno social, é um comportamento humano e como tal, não há dois que sejam iguais. O autor, salienta que o crime é um fato humano voluntário que lesa ou põe em perigo de lesão bens jurídicos protegidos pela ordem jurídica, que cada crime tem a sua história e a sua individualidade e, assim sendo, só é possível conhecer o comportamento humano através de uma elaboração conceptual da atividade social do homem na sua singularidade concreta.

Para Cohen e Felson (1979, citados em Carvalho 2018, p.269), *“é o aumento da oportunidade de roubo, desordem e outros distúrbios (seja no que respeita a uma maior exposição daquilo que há para roubar, seja em relação ao fato de o desempenho policial não acompanhar o aumento da criminalidade), que provoca o aumento da delinquência juvenil, da criminalidade e da violência urbana”*.

Ainda reportando-se à delinquência juvenil, a criminalidade e a violência urbana Wilson e Kelling (1982 citados em Carvalho, 2018), consideram que um dos fatores para o seu incremento é o baixo grau de civismo que caracteriza as comunidades urbanas e as famílias que, cada vez mais, renunciam a manutenção das normas de boa conduta e ao respeito pelos princípios asseguradores da ordem social.

2.1.1. Da Criminologia tradicional (teorias de consenso)

No campo da Criminologia tradicional, o pensamento criminológico moderno, é influenciado pelas visões das teorias do consenso, e do conflito. Neste estudo, relativamente as teorias de consenso, destacam-se a escola de Chicago, anomia, a subcultura delinquente e a das janelas partidas.

Segundo Vila Nova (1998), a cidade de Chicago, no seu momento de acelerado processo de expansão, viu-se cheia de imigrantes provenientes da Irlanda, Polónia, Itália e de negros oriundos do sul dos Estados Unidos da América (EUA). A pobreza das barracas (*slums*), despertava a indignação moral da classe política e a curiosidade de contribuir cientificamente para a erradicação da injustiça social e, desta forma, foi um desafio e um estímulo aos propósitos de Albin Small e seus pares, na altura, o líder do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundada em 1892. Na visão deste autor, aos sociólogos de Chicago, não interessava simplesmente o estado da cidade mas, a compreensão científica dos seus problemas sociais que eram muitos e gritantes em consequência do rápido crescimento demográfico, da forte presença de imigrantes europeus, da exacerbação dos choques entre brancos e negros e da ostensiva pobreza das zonas das barracas. O autor acrescenta que, o trabalho de Small e seus pares prepararam as bases que permitiram à Sociologia de Chicago tornar-se hegemónica no ambiente universitário dos EUA a partir de 1915.

A escola de Chicago de Becker (1996), considera que o crescimento desordenado das cidades faz desaparecer o controlo social informal, as pessoas tornam-se anónimas e, a polícia, a família, a igreja, as associações locais não conseguem impedir os comportamentos antissociais - uma sensação de anomia e insegurança potenciando o surgimento de grupos armados e delinquentes. Acrescenta que, combater a criminalidade por via desta teoria, implicaria a alteração efetiva da situação socioeconómica das crianças, fomentar programas comunitários para o tratamento e prevenção da criminalidade (recreação, desporto, escutismo, artesanato, excursões, reurbanização dos bairros pobres e a melhoria da estética e do modelo de casas).

Referindo-se à violência associada à delinquência e à criminalidade (Carvalho, 2018, p.264) destriça a delinquência da criminalidade considerando que “*todo o criminoso é delinquente mas nem todo o delinquente comete necessariamente crimes*” e reitera que, quando se fala de criminalidade, estamos a referir-nos a comportamentos que não estão de acordo com as normas legais ou seja, as infrações à Lei que estão juridicamente tipificadas como crimes. Em contrapartida, falamos de delinquência quando estamos diante de comportamentos ilícitos que perturbam a ordem social e não estão de acordo com os códigos de conduta socialmente estabelecidos. Para Carvalho (2018), delinquente é aquele indivíduo que comete delitos infringindo simultaneamente códigos de conduta moral. Acresce que, somente no caso de o delito ser tipificado como crime, o delinquente é também criminoso, acrescentando existir várias teorias para a abordagem da delinquência e da criminalidade, nomeadamente as teorias biológicas, psicológicas e sociológicas.

Segundo Dubar (2007, citado em Carvalho, 2018), a teoria da subcultura delinquente, é uma visão culturalista da delinquência, baseada no princípio segundo o qual a delinquência é gerada por fatores como a pobreza e a desigualdade, em que as subculturas são produzidas por diversas formas de marginalidade, de exclusão e de deterioração social, que recorrem à violência, ao roubo e ao tráfico como práticas compensatórias. Para o autor, é o meio social que determina a conduta delinquente e, é com base nas características desse meio social que a delinquência se difunde e se reproduz para as gerações seguintes.

A teoria do controlo social ou da anomia, é uma visão funcionalista da delinquência, que considera a anomia (estado patológico) como causa do crime, visto pressupor a ausência de conformidade com as normas vigentes numa sociedade (Durkheim, 1984, citado em Carvalho, 2018), sendo um dos fatores que originam violência, homicídios e até suicídios (Durkheim, 2001, citado em Carvalho, 2018).

Para Dubar (2007, citado em Carvalho, 2018), a teoria das janelas partidas, inspirada pela escola de Chicago, também conhecida como a teoria da oportunidade, defende que existe uma relação direta entre a aparência de desordem e o aparecimento da delinquência. Segundo Becker (1996), se uma janela permanece sem ser reparada num dado bairro, constitui uma mensagem aos potenciais delinquentes de

que nem a polícia nem os residentes se preocupam em manter a comunidade em boas condições e, a área começará um processo gradual de decadência, os residentes normais começam a abandonar o bairro e são substituídos por desviantes.

O pensamento de (Shutherland,1939,1973), corroborado pela escola de Chicago de (Becker,1996), apresenta conceitos como a associação diferencial, uma teoria de consenso cujos pressupostos referem que as causas da criminalidade não se encontram nas características pessoais dos sujeitos, quer sejam biológicas ou psicológicas e, desta forma, os criminosos são indivíduos normais com uma origem social. Segundo esta teoria, o crime é uma conduta que, como qualquer outra, se aprende ou seja, não é hereditária, qualquer pessoa pode chegar a cometer um ato criminoso o que leva a pensar tal como (Shutherland,1947), que a aprendizagem do crime ou de qualquer conduta, dá-se basicamente mediante processos de interação, de comunicação com as pessoas, especialmente nos pequenos grupos íntimos e nas relações pessoais.

Em jeito de consideração final (Becker, 1996), refere que as teorias de consenso, entendem que os objetivos da sociedade só são atingidos quando os indivíduos convivem segundo regras de convívio harmoniosas e as pessoas e instituições partilham os mesmos valores.

2.1.2. Da Criminologia tradicional (teorias de conflito)

Reportando-se à teoria da rotulagem (Becker, 1963), adianta que as pessoas rotuladas de desviantes têm em comum, no mínimo, o rótulo e a experiência de serem rotuladas como desviantes. Sendo assim, uma questão se poderá levantar: depois de alguém ser rotulado de desviante, começa a fazer coisas desviantes? No entender de (Becker, 1963, p.181), “ *um registo de passagem pela prisão torna mais difícil ganhar a vida numa ocupação convencional, predispondo assim o sujeito a ingressar numa atividade ilegal*”. O autor considera a teoria da rotulação como teoria interacionista do desvio por ser uma maneira de considerar um domínio geral da atividade humana isto é, considera o desvio como uma ação coletiva em que as pessoas tendem a reproduzir o comportamento de outros que os circundam.

Para o presente estudo, das teorias de conflito, destaque apenas para a teoria da rotulagem também designada por labelling approach por (Erving Goffman e Howard Becker, 1996), que segundo (Dubar, 2007, citado em Carvalho, 2018), é uma visão interacionista da delinquência, que estabelece o vínculo entre o desvio e o rótulo que se atribui ao desviante. Esta teoria considera que a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo de estigmatização ou seja, o criminoso se torna diferente do homem comum em razão do estigma que sofre e da rotulagem que lhe é dada na sua interação com a família, escola, amigos e acaba por sofrer a reação da sociedade que o marginaliza onde quer que se encontre.

Para Dias e Andrade (1997), a teoria labelling approach, incorpora em si a criminalização primária, que provém geralmente de polícias, procuradores, juízes (numa versão mais radical e formal) mas também, de familiares e colegas de escola. Ela produz o rótulo que, por sua vez, produz a criminalização secundária (reincidência), que acentua negativamente o indivíduo, causando a expectativa social de que a conduta venha a ser praticada, perpetuando o comportamento delinquente e aproximando os indivíduos rotulados uns dos outros.

2.1.3. Da Criminologia ambiental

A Criminologia ambiental em alternativa à criminologia tradicional que no entender de (Clarke e Felson, 1998), enfatiza o ambiente onde o crime é cometido e as oportunidades nele presentes.

Para este estudo, é dada primazia à teoria das atividades rotineiras (*Routine Activities Theory*), que segundo Clarke e Felson (1998), o comportamento individual é resultado da interação entre indivíduos e o ambiente. Para os autores, um crime ocorre quando existe a convergência no espaço e no tempo de pelo menos três dos elementos essenciais nomeadamente, um provável agressor (infrator motivado); um alvo adequado/vítima (pessoa, local ou produto) e na ausência de um guardião capaz de o impedir nomeadamente, uma pessoa ou equipamento, um polícia, vigilante, sistema de segurança, amigos, colegas, professores. Os referidos autores consideram ainda que, o agressor motivado pode sofrer de alguma patologia, pode pretender maximizar o lucro,

pode ser subproduto de um sistema social perverso ou deficiente, pode estar inserido num ambiente de desorganização social ou pode estar num meio com inúmeras oportunidades de praticar o crime.

2.2. Das outras perspectivas teóricas

O médico, psiquiatra e político, Cesare Lombroso (1855-1909), considerado o pai da antropologia criminal, na sua obra intitulada “*o Homem delinquente*” publicado em (1876), começou por justificar a origem biológica ou hereditária da criminalidade pois, para o autor, segundo Carvalho (2018), quando a pessoa nasce, traz consigo aquilo a que se considera o “*chip*” da delinquência e refere que há criminosos-natos e que cada um nasce com menos ou mais predisposição para o crime.

Ao estabelecer parâmetros na delinquência (Negreiros, 2001), fê-lo centrado nos processos de continuidade por um lado, e nos de mudança por outro. No primeiro, o autor define três concepções distintas aplicadas à atividade delituosa nomeadamente, a continuidade como expressão de estabilidade da atividade delinquente; a continuidade como coocorrência de comportamentos desviantes, e a continuidade como diversificação e progressão na atividade delituosa. Para o parâmetro de mudança, o autor considera essencialmente, a relação entre a idade e a delinquência; a progressão na atividade delinquente, e os tipos e trajetórias de desenvolvimento da atividade antissocial.

Segundo Dias e Andrade (1992), a Criminologia a par da História e da Antropologia cultural demonstraram que o crime constitui preocupação de todas as sociedades, apesar das representações mais ou menos implícitas e difusas sobre as causas do crime. Os autores começam por referir Platão, que viu o crime como sintoma duma doença cuja causa provinha da inveja, ciúme, ambição, fúria, da procura do prazer e pela ignorância, e nesta conformidade Platão, encarava a pena como um remédio destinado a libertar o delinquente do mal, podendo chegar à sua eliminação se aquele se mostrasse refratário ao tratamento à luz das leis. Em oposição, os mesmos autores referem Aristóteles, na sua obra “*Ética e Nicómano*” que considera o criminoso um inimigo da sociedade, que deveria ser castigado tal qual se bate num animal bruto

preso ao jugo, embora atribuísse politicamente, grande relevo à miséria como causa do crime e fator de revolta.

Entre os anos 384 e 322 a.C., durante o período clássico na Grécia antiga, viveu Aristóteles, um filósofo que além de ter sido aluno de Platão, influenciou vários pensadores desde a ética e política ao conhecimento da verdade e a formação das ideias. Um destes foi São Tomás de Aquino um frade italiano (1225 – 1274), que imputaria à miséria a causa do crime (Blasco Vallês e Costa, 2010). Thomas Morus, um humanista e diplomata inglês (1478-1535), que escreveu a obra “*Utopia*” em 1516, consideraria o crime como reflexo da própria sociedade. Nesta obra, o autor descreve um imaginário reino situado numa Ilha onde vive uma sociedade ideal que pode ser vista como o oposto idealizado da Europa contemporânea, uma sátira da referida sociedade ou seja, um lugar feliz que não existe (Dias e Andrade, 1992).

O nome de B. Della Porte, o fundador da Fisionomia humana (1536), que, numa das suas obras refere que a partir da observação e estudo de cadáveres de vários criminosos concluiu pela existência de conexões entre as formas do rosto e o crime, abrindo a porta às teorias craneoscópicas ou frenologias que segundo Dias e Andrade (1992), seriam mais tarde defendidas por outros autores. Nesta perspetiva, tal como sugerem Dias e Andrade (1992, p.20), “*a sociedade contém em si própria os germes de todos os crimes, não passando o culpado de um mero instrumento que os executa*”. E acrescentam, a Criminologia pode ser mais abrangente ao englobar também as circunstâncias sociais, culturais, socioeconómicas, a própria vítima, o próprio agente criminoso, bem como as emoções e as sensações em que os ilícitos são cometidos.

Neste contexto, torna-se importante incluir (Beccaria, 1766), considerado um “*sopro de alma*” para as ideias da justiça, igualdade, liberdade e para o modelo das garantias dos cidadãos nas relações com o Estado (detentor do poder de punir), que na sua obra “*Dos Delitos e das Penas*”, revela-se marcante e não só, para a ilustração dos problemas do direito penal mas para toda uma forma de compreensão integral do pensamento iluminista.

Segundo a Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, nas sociedades europeias atuais, as infrações no meio urbano são geralmente cometidas contra a propriedade e envolvem frequentemente violência física. O relatório desta Comissão

acrescenta que a criminalidade de massa (crimes graves e violentos), constitui, frequentemente, o primeiro passo que os jovens dão antes de participarem em formas de criminalidade ainda mais graves, incluindo a criminalidade organizada. Deste modo, o investimento dos Estados europeus na prevenção da criminalidade de massa, apesar dos elevados custos financeiros para a sociedade, contribuiria também para reduzir a criminalidade mais grave, e consequentemente a criminalidade organizada vista numa perspetiva mais elevada.

CAPÍTULO III. MÉTODO

3.1. A escolha do método

Neste capítulo, destacam-se os procedimentos metodológicos utilizados, os instrumentos usados e a maneira como os dados foram recolhidos. Para Felgueiras (2016), o método é a noção de caminho, o processo que permite alcançar o conhecimento científico a partir de uma pergunta e como tal, ilustra o esforço e a dedicação desenvolvida pelo investigador na construção, garantia e na validação do trabalho realizado. Conforme Santo (2010, citado em Felgueiras, 2016, p.419), “o método científico percorre um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação, incluindo a definição e operacionalização de conceitos e a formulação de hipóteses”.

Recorreu-se à abordagem de cariz qualitativo que, pela sua natureza, nos permite a observação direta dos contextos em estudo, permitindo igualmente, a relação dinâmica do mundo real e o sujeito, procurando analisar os dados de forma indutiva (Reis, 2010). Segundo Serrano (2004), a abordagem qualitativa designada igualmente como perspetiva hermenêutica e interpretativa dos fenómenos, pretende interpretar e compreender a realidade tal como ela é experienciada pelos sujeitos a partir do que pensam e como agem, tendo em atenção os seus valores, crenças, opiniões, atitudes e hábitos.

As investigações qualitativas, conforme referem Bogdan e Biklen (1994), privilegiam, essencialmente, a compreensão dos problemas a partir da perspetiva dos sujeitos da investigação e, neste contexto, os autores consideram que esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos ou seja, compreender, com pormenor, as perspetivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto.

Ouvidos os sujeitos da pesquisa, na fase de análise optou-se pelo método qualitativo na sua *nuance* análise de dados para uns ou de conteúdo para outros, porque, de acordo com (Bardin, 2009, p11), remete-nos para procedimentos de

objetividade porém é a subjetividade do analista que prevalece ou seja, “*enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo, oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade*”.

Desde a recolha de dados até a redação deste trabalho realizaram-se várias e fastidiosas etapas nomeadamente, a transcrição das entrevistas, descrição das observações, leitura e releitura das transcrições e das descrições, sumarização das transcrições e das descrições, seleção de novas categorias mercê das observações diretas, codificação dos dados, ligação dos temas e categorias, seleção das citações, abreviaturas, afirmações e sentimentos a partir dos dados.

3.2. A justificação para a escolha do método

A investigação de tipo qualitativa/ interpretativa é desafiante na medida em que o trabalho de recolha e análise de dados é uma atividade sempre diversificada, que coloca frequentemente problemas inesperados, o que requer criatividade e flexibilidade e, quer os instrumentos e a conduta do investigador são difíceis de formalizar num conjunto de normas universalmente aplicáveis a todas as situações de pesquisa (Coutinho, 2018).

Segundo Miles e Huberman (1994, citado em Coutinho, 2018), nas metodologias qualitativas, é normal fazerem-se constar ideias como a complexidade, subjetividade, descoberta e lógica indutiva. Para os autores, o plano de investigação qualitativa apresenta características próprias dado que refletem o quotidiano de indivíduos, grupos ou sociedades, em que o objetivo do investigador é conseguir uma visão holística (sistemática e integrada) do contexto em estudo e, os dados recolhidos, poderão tomar quase sempre a forma de palavras obtida através de observações, entrevistas ou documentos e, da análise das palavras, o investigador poderá contrastar, comparar, analisar e desenvolver padrões ou teorias. Ora o objetivo do trabalho era o de compreender o fenómeno das Crianças de Rua na Ilha do Cabo, como chegaram lá, como é o seu dia-a-dia, que relações estabelecem. Justificava-se que fossem eles os protagonistas e descrevessem nas suas palavras este quotidiano. Era preciso observá-las, no seu contexto habitual. Era necessário ouvir as entidades que regulam o espaço

que elas ocupam e assim, destacar a participação de associações de moradores, das Forças de Segurança, de transeuntes anónimos, de crianças, jovens e adultos residentes na Ilha do Cabo e para quem o fenómeno das Crianças de Rua é familiar. Considerando as correntes interacionistas que privilegiam a compreensão dos universos simbólicos dos atores sociais e das suas práticas quotidianas como refere Machado (2008), optou-se por tentar compreender e caraterizar os sujeitos a partir dos seus quadros de referência, daí a opção pela investigação de cariz predominantemente qualitativa.

3.3. Amostra

A primeira tarefa de campo serviu por um lado, para a identificação de informadores qualificados (saber se a população detinha conhecimento suficiente sobre a realidade e o fenómeno que nos propusemos a estudar) e por outro, circunscrever a área de estudo o que ajudou imenso na escolha do método.

No presente estudo, para determinar o perfil dos participantes (informantes, sujeitos), tendo em conta o nível em que se pretendeu trabalhar e os recursos disponíveis, não vimos necessidade para que a amostra fosse representativa para a população. Aliamo-nos a Coutinho (2018, p.330), ao referir que *“num estudo qualitativo, a amostra é sempre intencional, porque não há qualquer razão para que seja representativa da população”*. Relativamente à amostra intencional, a autora refere que pode ser do tipo bola de neve com o objetivo de identificar casos de interesse a partir de pessoas que conhecem casos ricos e difíceis de alcançar; do tipo intensivo, quando se escolhe os casos mais ricos e informativos que manifestem o fenómeno sem exageros e combinado, quando se pretende triangular e flexibilizar com o objetivo de responder a necessidades e interesses múltiplos.

Para a recolha de dados, optou-se por selecionar crianças de entre os 5 e os 16 anos de idade porque, para além de constituírem uma importante fonte de informação qualificada, pela sua conduta e dispersão pela área em estudo, mostraram-se potenciais suspeitos de atividade antissocial à primeira vista. O leque de participantes considerados informantes qualificados, incluiu também elementos da Polícia Nacional

de Angola, do Serviço de Investigação Criminal, da Administração Comunal e da Comissão de Moradores.

As informações sobre o número de ocorrências criminais envolvendo menores do sexo masculino no Distrito Urbano da Ingombota onde se insere o território em estudo, influenciou a opção de privilegiarmos esse género e referidas idades. Em relação às pessoas adultas, privilegiamos os que residem e/ou trabalham na Ilha do Cabo há mais de dois anos, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos, com alguma vivência da realidade social do território e das suas gentes, e disponíveis para voluntariamente fornecerem a sua perceção sobre a vida das Crianças de Rua. Para a definição da nossa amostragem isto é, a seleção dos nossos participantes, beneficiamos da análise das informações obtidas nos primeiros momentos de contacto e exploração junto dos nossos potenciais informadores qualificados.

Cientes de que, como reforçam Bogdan e Biklen (1994), a amostra deve ter as mesmas características das da população de onde foi extraída e, convém escolher um grupo suficientemente grande para que o investigador não sobressaia, mas suficientemente pequeno para que não se deixe submergir pela tarefa, estabelecemos inicialmente como objetivo uma amostra de dimensão superior àquela com que viemos a trabalhar.

Preferiríamos uma amostra maior e que abrangesse mais crianças e de ambos os sexos, todavia, o tamanho da nossa amostra reduziu-se consideravelmente de 30 inicialmente previstos para 13, por nos depararmos com inúmeras repetições à medida que íamos conduzindo as entrevistas, obrigando-nos a terminar o trabalho de recolha. Por outro lado, o critério de escolha das idades para os participantes pareceu-nos que satisfizesse os nossos intentos na medida em que, ficamos com a sensação de que havia espontaneidade na forma como as informações nos foram fornecidas. À luz dos resultados obtidos no trabalho exploratório que antecedeu o trabalho de campo, a seleção dos participantes foi um sucesso na medida em que, os mesmos sabiam sobre a temática que estava em causa e foram capazes de funcionar como verdadeiros informadores qualificados (alguns com histórico na execução e comissão de ilícitos).

3.4. Instrumentos de recolha de dados

Para a realização da pesquisa socorremo-nos da entrevista, da técnica de observação participante e das conversas informais (entrevistas exploratórias). A razão pela escolha da entrevista como um dos instrumentos de recolha de dados prende-se com o fato de, a entrevista, na investigação em Ciências Sociais e Humanas surgir associada a planos de investigação qualitativa já que fornece ao investigador informação detalhada e profunda sobre um dado tópico e deve ser realizada à partida, junto de participantes cuidadosamente selecionados, isto é, uma amostra intencional sem obrigatoriedade que seja representativa da população (Coutinho,2018).

Para Sebastião (1998), a escolha das técnicas de recolha de dados quando estamos a trabalhar com crianças a viver na rua ou que aí passam uma parte significativa do seu tempo, precisa ser flexível. Assim, e de acordo com o autor, antes da aplicação do inquérito social por entrevista e a realização das observações, encetamos contactos prévios por etapas e em meses distintos, nos quatro setores da Ilha do Cabo nomeadamente Chicala 1 e 2, Lello, Salga e Ponta da Ilha, com indivíduos e grupo de indivíduos que viriam a constituir-se nos nossos principais participantes.

Nesse trabalho, recorreu-se a um guião de entrevista e a uma grelha de observação com as categorias e temas que permitiram a condução das mesmas. O protocolo especificou o participante e o ambiente observado, a natureza do problema, o contexto e o ambiente dos participantes, as lideranças e as características dos participantes e do grupo observado, o clima da sessão de observação, os valores, as atitudes e sentimentos que emergiram, e as interações que achamos importantes. O guião de entrevista, permitiu conduzir as entrevistas de forma organizada e harmoniosa permitindo que o participante exprimisse livremente as suas ideias, emoções, ansiedades, sentimentos e pensamentos sobre o fenómeno em estudo.

A opção pela realização do inquérito social por entrevista, como um dos meios de recolha de dados, deveu-se por um lado, ao tipo de estudo (exploratório, interpretativo e descritivo), a facilidade da sua aplicação e adequação às crianças algumas iletradas e por outro, com a nossa falta de à-vontade para aplicar outras técnicas.

Como orienta Coutinho (2018), as observações podem ser materializadas em notas de campo, do tipo descritivas (notações e descrições), descritas tão precisas e minuciosas quanto possível do ambiente ou seja, realizadas em contexto (daquilo que dizem, como dizem e de como atuam), com o objetivo de compreender melhor o fenómeno e por vezes o investigador pode colocar-se como observador participante ativo interagindo com os participantes. Assim sendo, o registo dos dados na sua maioria foi feito em notas de campo sendo o recurso à gravação áudio uma alternativa em casos onde os participantes se mostraram mais descontraídos, tarefa que se repetiu na observação direta e participante.

A observação foi um meio importante para aferir e analisar a forma como os participantes se relacionam e interagem na sua zona de atuação designadamente nos parques de estacionamento, entradas de edifício comerciais, residências, praias e bares, discotecas, restaurantes, hotéis e mercados informais.

A presença regular e sistemática do investigador nos locais predefinidos possibilitou uma aproximação física com os participantes e essa familiarização, possibilitou um clima de alguma confiança para a aplicação das técnicas de recolha de dados seja por entrevista, observação ou conversa informal. De acordo com Denzin (1970), existe uma curiosa mistura de técnicas na observação participante, ou seja, nela, entrevistam-se pessoas, analisam-se documentos, e realiza-se a observação direta. O autor define a observação participante como uma estratégia de campo que combina simultaneamente a entrevista, a participação, a análise de documentos e a introspeção. A grelha de observação ajudou a sistematizar as observações e a interagir com os participantes criando um clima de aproximação espontânea.

As notas de campo, os registos escritos e áudios, e as reflexões do investigador, foram o tónico nesta pesquisa e descreveram detalhadamente situações e ocorrências durante o período em que a recolha de dados foi realizada, constituindo-se desta forma numa sequência de informações qualificadas, que permitiram como veremos adiante, realizar uma exaustiva análise de dados.

Um cronograma definiu as tarefas para a recolha de dados (condução das entrevistas e a realização das observações); para a organização e tratamento dos dados nomeadamente a transcrição das entrevistas, a descrição das observações, a

organização das categorias e a codificação dos dados); para a análise de dados que permitiram a síntese e a interpretação dos mesmos e por sua vez permitiram que se apresentassem mais adiante em forma de resultados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, referir que de 28 de janeiro a 21 de fevereiro de 2019, encetou-se o primeiro momento de entrevistas exploratórias junto daqueles considerados informadores qualificados. Seguidamente, estabeleceu-se uma rede de contactos incluindo polícias, funcionários administrativos, residentes jovens e adultos que foram a principal fonte de informação. De 16 a 28 de abril de 2019, voltamos ao trabalho de campo para o segundo momento incluindo conversas informais com vista a recolha de dados e observações diretas. De 1 a 8 de agosto de 2019, foram realizadas com sucesso cinco entrevistas. De 10 a 15 de agosto de 2019 foram realizadas com sucesso oito entrevistas, num total de treze. De 16 de agosto a 7 de setembro de 2019, foram realizadas com sucesso as observações diretas e participante. Em todos os momentos de campo, foi garantida a confidencialidade sobre os dados recolhidos.

Para Coutinho (2018), uma das maneiras de credibilizar ou validar internamente um estudo qualitativo, é o “*member checks*”, que se traduz na revisão pelos participantes, que consiste em devolver aos participantes do estudo os resultados da análise feita pelo investigador às informações que lhe forneceram em entrevistas, observações diretas ou indiretas, para que estes possam confirmar se as interpretações do investigador refletem de fato as suas expectativas, ideias ou sentimentos.

Relativamente às entrevistas, das treze, apenas cinco mereceram a confirmação dos participantes ou seja, depois de transcritas, os referidos participantes tiveram a oportunidade de revisar e confirmar se o teor estava em conformidade com as informações por eles fornecidas. Assim, uma cópia da declaração foi-lhes entregue e outra consta dos anexos do trabalho. Realçar que o primeiro momento de entrevistas exploratórias no mês de janeiro junto desses informadores qualificados, permitiu o reencontro de confirmação dos dados, ao contrário dos restantes participantes encontrados intuitivamente em contexto de campo nomeadamente residentes, menores delinquentes e vítimas, com os quais não foi possível o desejado reencontro restando-nos a garantia da confidencialidade dos dados recolhidos e usados neste

trabalho de investigação. Os instrumentos supracitados passaram pela revisão de pares, pela verificação e avaliação dos orientadores desse estudo antes da sua aplicação.

3.5. A análise dos dados

A técnica de análise de dados utilizada foi a análise de conteúdo qualitativa. A análise de dados para Bardin (2009) enquanto análise de conteúdo, é um método empírico que abarca um conjunto de técnicas de análise de comunicações, sendo que o tipo de fala influencia o tipo de interpretação que se pretende como objetivo ou seja, torna-se imprescindível deixar que os dados falem por si, e o analista tenha a capacidade de interrogar os dados.

Para Bardin (2009) uma das características da abordagem qualitativa tem a ver com a inferência que, sempre que é realizada, se funda na presença de índice, nomeadamente tema, palavra ou personagem. Como prevíamos um estudo cujo tema solicitaria a fala dos participantes (a palavra, os sentimentos) e a disposição do investigador para observar *in loco* o ambiente onde os mesmos interagem, eis as razões para a opção pelo método qualitativo. Como elucida Bardin (2009, p.7), a técnica de análise de conteúdo revela-se interessante *“pela compreensão através das palavras, das imagens, dos textos e dos discursos: descrever e interpretar opiniões, estereótipos, representações, mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais”*.

Para Basit (2003, p.143), a análise de dados qualitativos é *“uma etapa muito difícil por não ser fundamentalmente um exercício mecânico e técnico, mas um processo em que o raciocínio, o pensamento e a teorização são dinâmicos, intuitivos e criativos”*.

3.6. Principais dificuldades

Na visão de Denzin (1989, citado em Duarte, 2009), cada método tem fraquezas e virtudes assim, a triangulação permite colocar cada método em confronto com outro

para a maximização da sua validade interna e externa. Para o autor, a triangulação é um conceito que se enraíza muito na noção de validade e descreve quatro tipos diferentes de triangulação, nomeadamente a triangulação de dados, relacionada com a recolha de dados recorrendo a diferentes fontes; a triangulação do investigador, em que os investigadores recolhem dados independentemente uns dos outros sobre o mesmo fenómeno; a triangulação teórica, onde são usadas diferentes teorias para interpretar um conjunto de dados, e a triangulação metodológica, que implica a combinação de múltiplos métodos e dados, a consulta de várias fontes num mesmo estudo para estudar um determinado problema, bem como, o cruzamento de diferentes perspetivas teóricas, metodológicas e técnicas de recolha e tratamento de dados.

Contudo, convém realçar Fielding e Schreier (2001 citados em Duarte, 2009), quando alertam para as fontes de erros que a triangulação assume se se cingir a uma questão de validade isto é, pode ser enganador o recurso a múltiplas fontes de informação como forma de ultrapassar os erros precisamente porque, ao limite, e se cada um dos métodos contiver erros, existe a probabilidade de proceder-se à sua duplicação.

Para colmatar essa dificuldade e assegurar a validação desta investigação Flick (2005, citado em Duarte, 2009), assegura que em trabalhos qualitativos ao contrário da investigação quantitativa, a interação do investigador com o campo e os seus membros faz parte explícita da produção do saber e, a subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados é parte do processo de investigação.

Como referimos, foram apenas cinco os participantes que confirmaram o teor das suas entrevistas ou seja, revisaram as entrevistas e assinaram uma declaração a confirmar o teor das transcrições, não sendo possível devolver a todos os participantes os resultados da análise de dados para que estes pudessem confirmar se as interpretações do investigador refletem de fato as suas expetativas, ideias ou sentimentos. Fica o compromisso de fazer chegar aos cinco, o trabalho final.

Como sugere Coutinho (2018), outra das maneiras de credibilizar ou validar internamente é o processo “*peer debriefing*” ou seja, revisão por pares. Nesta medida, foi útil o recurso a colegas e especialistas nas áreas do Direito Penal, Antropologia,

Sociologia e Investigação Criminal com conhecimento geral sobre a problemática, sobre o processo de análise de dados e a metodologia aplicada.

Como debutante neste tipo de investigação, apesar da análise de dados parecer ser simples e acessível, permitindo alguma flexibilidade na execução como refere Lichtman (2010), o processo, em si, foi fastidioso (*enfadonho*), muito trabalhoso e colocou inúmeras dificuldades principalmente na identificação de categorias/temas para além das predefinidas no processo de observação participante e, reproduzi-las com a riqueza das informações recolhidas. Tanto ao nível da análise de dados como da análise de narrativa, não foi de todo fácil evoluir para a redação final.

Capítulo IV. ESTUDO EMPÍRICO

4.1. Estratégias analíticas

A análise qualitativa é um procedimento mais intuitivo, que pode funcionar sobre *corpus* (mensagens) reduzidos e estabelecer categorias mais diferenciadas. A compreensão exata do sentido das mensagens é de capital importância como refere (Bardin, 2009, p.141), pois, “ *levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que seleciona estes índices sem tratar exhaustivamente todo o conteúdo, existindo o perigo de elementos importantes serem deixados de lado, ou de serem tidos em conta elementos não significativos*”. A autora, anima-nos dizendo que o procedimento é simples porém, muito fastidioso quando feito manualmente. Foi com base neste pressuposto e nas estratégias analíticas de Lichtman (2010), (*vide parágrafo seguinte*), que se realizou a nossa análise dos dados, ou seja, segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido lógico que nos permitisse inferir e interpretar os resultados.

Em relação à inferência Bardin (2009), considera que não basta olhar para a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mesmas mas sim, no que estes conteúdos nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação), relativamente a outras temáticas ou seja, o analista deverá tirar partido da organização e tratamento das mensagens que prepara para deduzir de maneira lógica.

Segundo Lichtman (2010), na análise de dados qualitativos, existem duas estratégias analíticas válidas: a primeira (*a análise de dados*), um processo mais sistemático que implica seguir vários passos, percorrendo os textos em análise em busca de temas com as suas interessantes etapas nomeadamente a análise exploratória com inúmeras leituras e a transcrição das entrevistas; a codificação dos dados em que os mesmos são reconhecidos, organizados e são conferidas páginas de transcrições das entrevistas; recodificar os dados, que pode ser feito com frases e/ou

palavras que os participantes utilizaram durante as entrevistas; interpretar os dados, que significa sair das categorias e extrair algum tipo de significado dos dados, ou seja como referiu Le Compte e Schensul (1999), ir mais longe que os resultados.

A segunda estratégia analítica de Lichtman (2010), centra-se na narrativa e na construção de uma história a partir dos dados (*a análise de narrativa*), igualmente interessante, em que o investigador parte dos dados para um quadro categorial e conceptual mais abstrato. É um procedimento do tipo sequencial que engloba nomeadamente, a transcrição das notas de campo; a pesquisa de categorias e padrões; o reaproveitamento de dados e a escrita do texto etnográfico.

De acordo com Coffey e Atkinson (1996), não existem receitas da melhor maneira de analisar histórias que escolhemos e dados que recolhemos porquanto, a análise de narrativa, pode fornecer uma visão crítica para analisar atores e acontecimentos-chave mas também, as convenções culturais e as normas sociais permitindo ao investigador pensar para além dos dados.

4.2. Análise de dados qualitativos

Para a organização, análise e tratamento dos dados recolhidos, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, considerado um esforço de interpretação, que corresponde a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos, (conteúdos e continentes), extremamente diversificados (Bardin, 2009). Para a autora, essa técnica, pode ser uma análise de significados (análise temática), como análise categorial, cujo procedimento começa por tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. “*Este método das categorias é uma espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem*” (Bardin, 2009,p.39).

Para o presente estudo, os dados recolhidos, foram sumariados e codificados em função das categorias contidas nas partes temáticas predefinidas. Assim sendo, relativamente às entrevistas, considerou-se a seguinte correspondência: Parte temática 1 (*Conceitos, Idade, Género, Quotidiano, Envolvimento familiar, Razões, Proveniência*);

Parte temática 2 (*Educação, Comportamentos, Delinquência juvenil; Valores socioculturais, Intervenção administrativa e policial*) e Parte temática 3 (*Realidade social, Envolvimento comunitário, Prevenção criminal, Principais fatores, Políticas públicas*).

Quanto às observações (diretas e participantes), incluindo conversas informais, aplicou-se uma grelha descritiva e naturalista que igualmente ofereceu categorias temáticas designadamente a Parte temática OB1 (Crianças de Rua na Ilha do Cabo; Parte temática OB2 (Realidade social); Parte temática OB3 (Crítica social), tendo-se justificado o recurso à análise de narrativa (Lichtman, 2010; Bardin, 2009). Aqui, para além da fala dos participantes, o ambiente observado ofereceu outros índices importantes ao estudo.

Assim, o trabalho de análise se traduziu no material alusivo ao conteúdo de cada entrevista, devidamente apresentado nos anexos desse trabalho na forma de “*súmulas*” das análises de dados relativamente às treze entrevistas e seis observações realizadas, consubstanciando-se assim, nas ideias fortes - o padrão – as opiniões comuns sobre os vários assuntos (*vide anexos relativamente ao processo de desenvolvimento de uma análise e para obtenção de resultados, adaptados de Bardin, 2009*).

4.3. Apresentação e discussão dos resultados

De acordo com Bardin (2009), os resultados em bruto devem ser tratados de maneira a serem falantes e válidos, pondo em relevo as informações fornecidas pela análise, de modo a inferir, interpretar ou encontrar descobertas inesperadas. Para a autora, a inferência na análise qualitativa é um tipo de interpretação controlada que fornece informações suplementares para se saber mais sobre os dados analisados, tal como considera Namenwirth citado em Gerbner (Org.), (1969, citado em Bardin, 2009), ao afirmar que inferir, não passa de um termo elegante para designar a indução a partir dos fatos. Assim, em concordância com os objetivos e as hipóteses anteriormente enunciados, adiante se apresentam de forma sistemática, “*a súmula das súmulas*” relativamente às análises das entrevistas e das observações.

4.3.1. Crianças de Rua na Ilha do Cabo: perfil sociológico

Seguindo a descrição de uma das participantes na pesquisa, as Crianças de Rua deste bairro, são pessoas sem-abrigo, geralmente vestidas de roupas velhas e sujas, sempre pedindo alguma coisa ou se oferecendo para alguma tarefa que lhes renda valor monetário imediato, nomeadamente na cedência de vaga de estacionamento de viaturas, lavagem e cuidado (tomar conta) de viaturas estacionadas enquanto os proprietários resolvem os seus assuntos junto de instituições públicas ou privadas, prática que se estende em quase toda a cidade de Luanda. (Entrevistada n.º 13, 37 anos de idade, Funcionária Pública, frequentadora da zona por motivo de lazer).

Com base na análise das entrevistas relativamente às categorias (Conceitos, Idade, Género, Quotidiano, Envolvimento familiar, Razões, Proveniência), os resultados revelam que na Ilha do Cabo se observam crianças maioritariamente do sexo masculino, apesar de termos observado um número reduzido de crianças do sexo feminino, e, por outro lado, as conversas informais antes e durante o trabalho de campo o terem referido. Quanto à idade das crianças que vivem da rua, os dados indicam os 3 anos como a idade mínima e 18, a maioridade. Coincidentemente, a idade a partir da qual produz todos os seus efeitos nas relações da Lei Penal, de acordo com o art.º 7.º do CPA. A vida para as Crianças de Rua, significa dormirem ao relento, vaguearem pelas ruas de madrugada a madrugada e, a maioria, se encontrarem fora do sistema de ensino básico. Quando perguntámos qual era a importância que as famílias e os menores davam à educação (à escola), os participantes foram unânimes em responder: “*poucos frequentam a escola*”. A análise permitiu inferir que algumas Crianças de Rua são órfãs naturais, outros órfãos de guerra e outros ainda pertencentes a famílias monoparentais.

As Crianças de Rua, “*meninos de rua, candengues, monandengues ou cassules*”, como também são chamados, circulam preferencialmente em grupos organizados de 2 a 6 elementos e cometem delitos que preocupam a sociedade pois, quando questionamos sobre o motivo que levam as crianças para rua, os nossos entrevistados foram igualmente unânimes e afirmaram: “*Algumas são empurradas para*

a rua entre os 3 e 5 anos de idade mas, é geralmente entre os 5 e 7 anos de idade que se associam a grupos e, entre os 8 e 10 anos de idade que integram grupos mais experimentados e se alinham na prática de pequenos delitos". As observações ajudaram a evidenciar tal realidade e, as pessoas com quem conversamos apontaram a pobreza e os maus tratos como alguns dos fatores que levam muitas crianças a viver na rua.

A análise permitiu depreender que na Ilha do Cabo existem forasteiros ou seja, as Crianças de Rua, oriundas de outras zonas de Luanda ou mesmo do interior de Angola, são as que precocemente, aos 3 ou 4 anos de idade, se encontram em situação de rua onde facilmente são manipulados pelos seus pares mais experimentados que delineiam o plano estratégico e tático dos pequenos delitos, como confirmou um dos nossos entrevistados. O caso destas crianças (os forasteiros), porque não residem permanentemente no território, tornam-se mais perigosas pela mobilidade que apresentam, na medida em que fogem facilmente das autoridades para as suas zonas de origem e até para outras províncias, quando cometem transgressões ou delitos graves e assim dificilmente são identificados.

O fator guerra civil em Angola influenciou a desestruturação familiar que por sua vez incrementou a fome e a pobreza, que associada a outros fatores nomeadamente a miséria, a falta de um sistema eficaz de segurança social, o desemprego, o abandono familiar e a violência doméstica determinam a vida destas crianças e a sua condição de vida na rua.

Os dados recolhidos indicam que, as Crianças de Rua da Ilha do Cabo são maioritariamente do sexo masculino, apesar de termos observado raparigas, que, também na rua, entre os 3 e os 13 anos de idade procuram o seu modo de vida (Entrevistado n.º 1, 41 anos de idade, Oficial da PNA); foram observados e entrevistados menores com idades abaixo e acima dos 13 anos; crianças do sexo masculino, entre os 9 e os 15 anos, vivem da rua (Roca, 2000); num outro estudo, rapazes entre os 11 e os 16 anos, alguns já desenvolviam atividade laboral (Dumbo, 2012); crianças do sexo masculino, 71% com 13 e 18 anos de idade e 29% com 6 e 12 anos de idade foram estudados por (Kanoquela e Koppele, 2012); os forasteiros empurrados pela pobreza se encontram na rua a partir dos 3 anos de idade e os filhos

dos residentes da Ilha do Cabo, entre os 6 e os 10 anos de idade são igualmente empurrados para rua, porque, os seus encarregados de educação vivem com dificuldades socioeconómicas, não conseguem suportar a compra de manuais escolares e vestuário para os manter na escola.

Os dados recolhidos revelam que o fenómeno Criança de Rua se observa há décadas na Ilha do Cabo e em Angola, tal como nos foi referido: *“é a partir dos 10 anos de idade, altura em que as dificuldades socioeconómicas das famílias para os manter na escola se intensificam, que os menores iniciam a prática de atos censuráveis, geralmente em grupos que vão até aos 6 indivíduos e que nem sempre esses atos se desenvolvem de forma hierarquizada”*. (Entrevistado n.º 5, 38 anos de idade, Intendente da Polícia Nacional de Angola).

Apesar dessa pequena contradição em relação à liderança dos grupos, os resultados indicam que são mais os casos em que existe liderança e hierarquia do que o contrário, até porque, sem organização e unidade entre os membros de um determinado grupo, a sobrevivência tornar-se-ia mais difícil como mais adiante verificaremos dos resultados das observações e conversas informais.

As Crianças de Rua, dificilmente frequentam instituições como as igrejas, as associações juvenis ou os clubes recreativos e, nesta medida, um dos nossos participantes disse: *“As transgressões, arruaças e vandalismo, essencialmente no período da noite e madrugada são a sua preferência”*. (Entrevistado n.º 4, 44 anos de idade, Inspetor do Serviço de Investigação Criminal).

Os dados revelam que apesar de serem menores de idade, as Crianças de Rua na Ilha do Cabo, consomem com frequência bebidas alcoólicas, drogam-se com liamba, inalam cola e gasolina.

De salientar que também existem estratégias que saem deste quadro de viver à margem, já que alguns prestam serviços de limpeza em espaços privados, lavam viaturas em quintais e garagens, passeios e entrada de edifícios públicos e privados e na via pública, ou outras tarefas designadamente transporte e estiva de mercadoria diversa e a pronto pagamento, os chamados *roboteiros*.

Em relação ao Setor da Chicala 2, dos mais populosos do território em estudo onde o comércio de peixe é intenso e caótico, o nosso participante disse: *“Na alvorada,*

as Crianças de Rua iniciam-se como roboteiros, ou chamadores de clientes para os táxis, ou ainda como auxiliares no estacionamento e lavagem de viaturas. As poucas crianças com ligação à família, mendigam e/ou realizam pequenos serviços aos quais associam pequenos delitos, de forma a regressar à casa com alguns bens”. (Entrevistado n.º 5, 38 anos de idade, Intendente da Polícia Nacional de Angola).

A necessidade em trabalhar, mendigar ou associarem-se a grupos delinquentes (liderados e hierarquizados), advém da trajetória da maior parte dessas crianças, confirmando desta forma a proposta de Elias (2018), quando refere que as zonas de exclusão social são o meio próprio e privilegiado para a atuação das associações criminosas.

O estudo indica que maior parte das Crianças de Rua da Ilha do Cabo, é descendente de munícipes com grandes dificuldades socioeconómicas, alguns desempregados ou com poucos recursos e outras, são oriundas de diversos distritos urbanos da cidade de Luanda ou de províncias de Angola, principalmente onde a guerra civil foi devastadora e desmembrou famílias.

A mendicidade foi referida com enorme frequência: *“são do género masculino, entre os 4 e 10 anos de idade, passam por mendigos, estão fora do sistema educativo, abandonadas, geralmente sem ligação com a família”* (Entrevistado n.º 5, 38 anos de idade, Intendente da Polícia Nacional de Angola). Esta afirmação vai ao encontro da ideia de que o absentismo escolar é influenciado pelos pares e pelo contexto social em que as crianças e jovens estão inseridos sendo que os atos desviantes por estes praticados resultam das necessidades básicas de que padecem ou para satisfazer outras necessidades (Carvalho, 2005).

O dia-a-dia das Crianças de Rua na Ilha do Cabo resume-se em pequenos delitos, nomeadamente, roubo por esticção na via pública, roubo por ameaça de arma branca, furto ou roubo com danos em viaturas paradas no trânsito, furto com danos em viaturas estacionadas, furto em residência, estabelecimentos comerciais e mercados a céu aberto, ofensas à integridade física e moral inclusive aos transeuntes (senhoras e idosos), brigas entre meliantes e consumo excessivo de álcool, drogas leves, bem como inalação de gasolina e cola. A desordem e a indisciplina, são outras características dos meninos de rua cujos atos preocupam a comunidade local e os visitantes que

encontram na Ilha do Cabo o sítio para lazer, atividade física e recreativa ou procuram no comércio local bens e serviços. Nesta perspetiva, numa visão tipicamente sociológica, o nosso primeiro participante considera que as crianças que vivem da rua são unidas, coexistem em grupos unidos para sobreviverem, e citando exemplos de vários grupos destacou os “*minis e os putos*”, que são liderados por menores experimentados ou por adultos a viverem há muitos anos da e na rua, e nesta medida disse: “*Posso afirmar que as crianças que vivem da rua são unidas, existem grupos unidos, por exemplo os minis e os putos, são liderados por adultos. Atuam em pares que podem ir de 2 a 6 indivíduos e nalguns casos, é a hierarquia que planifica os atos, protege os membros do grupo e distribui o fruto dos delitos que frequentemente são roubo por esticção na via pública, furto em residências e estabelecimentos comerciais, furto ou roubo em veículos estacionados ou parados no trânsito*”. (Entrevistado n.º 1, 41 anos de idade, Subinspetor, Chefe da Sala de Operações da 1.ª Esquadra da Polícia Nacional de Angola na Ilha do Cabo).

Sendo esta uma tendência, também importa referir que, como referiu a nossa segunda participante (45 anos de idade, Funcionária da Administração Comunal da Ilha do Cabo), algumas famílias apesar de carenciadas, sacrificam-se para manter os seus filhos na escola porém, nos períodos em que estes não têm aulas e enquanto os seus pais e/ou encarregados de educação se ausentam geralmente a “*zungar*”, a rua é o destino destas crianças onde temporariamente permanecem por sua conta e risco. Pareceu-nos evidente que as estruturas sociais (família e escola), não são suficientemente fortes e eficazes para impedir comportamentos antissociais da parte dos menores em idade escolar e que são empurrados pelo sistema para a rua como meio para viver e sobreviver.

A ligação destas crianças com as respetivas famílias, quando existe, é frágil. No seguimento do que foi anteriormente dito, o nosso nono participante com 10 anos de idade (encontrámo-lo no Setor Chicala 1) não estuda, desenvolve com os seus pares várias atividades espontâneas nomeadamente engraxar sapatos, escamar peixe, carregar e descarregar pescado, lavar viaturas ou encontrar o momento certo para furtar ou roubar objetos de valor designadamente telemóveis, chinelos, óculos, chapéus, chapéus-de-sol na praia, fios de ouro na via pública, ou outros objetos de

valor em automóveis ou residências. Apesar de se considerar menino de rua, mantém ligação com a sua família que infelizmente e segundo ele: “*vivem num cubico filipado*”, ao contrário de outros que, na sua condição, vivem “*bandeados*”, e outros ainda que visitam de longe a longe a família. Quando questionámos o que quereria dizer com o termo “*bandeado*”, foi-nos dito: “*são meninos de rua que não têm ligação à família, são madiés bandeados, os que não têm família aqui ou noutra banda e a rua é a casa deles*”. Referia-se claramente às Crianças de Rua que não têm paradeiro porém, em sua defesa e na de outros na sua condição sensibilizou-nos para o fato de que alguns realizam trabalhos dignos como transportar e estivar mercadoria, auxiliar no estacionamento de viaturas, proceder à lavagem das mesmas e escamar peixe, numa clara declaração de que nem todas as Crianças de Rua são delinquentes.

O nosso décimo participante é um menor de 12 anos de idade que deambula no Setor da Salga, que não estuda, e considera-se um menino de rua há cerca de quatro anos. Disse sem complexos: “*Eu vim para a rua desde que os meus pais bazaram*”. Confidenciou-nos igualmente que não acredita que os seus companheiros de rua estudem e, se de fato alguns estudam, o fazem com pouco rigor ou seja, “*faltam bués às aulas*”, admitindo que a maior parte deles dedica muito do seu tempo à vida da rua e à dança do *Kuduro*. Para essa criança em idade escolar obrigatória, às péssimas condições de habitabilidade da maior parte das famílias nas zonas rurais e suburbanas, juntam-se a falta de respeito e o carinho, obrigando as crianças a fazer biscatos, ou seja, vão em busca de trabalho: “*a procura de cenas para vender e comprar algo para comer*”. Também foi peremptório quando afirmara que é na rua onde “*caçumbulam telelé, cumbú*” e outros objetos de valor ou conseguem realizar pequenos serviços espontâneos. Reconhece igualmente, que por consumirem frequentemente drogas e bebidas alcoólicas, são recorrentes em importunar as pessoas na via pública, mendigando, sobretudo.

Os argumentos esgrimidos pelos participantes permite-nos compreender porque estão na rua, como lá chegaram e porque lá continuam. A falta de perspectivas que os levou lá é a que os mantém.

O nosso décimo primeiro participante, outro menor de apenas 13 anos de idade que deambula no Setor Lello, não estuda, conta cerca de seis anos a viver da rua e, tal

como os seus pares, é oriundo de bairros desfavorecidos e de família com poucos recursos e instrução escolar. Admitiu que a sua família vive em casa sem luz nem água canalizada e, tal como o anterior interlocutor, admite que enquadra-se no perfil dos que realizam trabalhos temporários nomeadamente engraxar sapatos, carregar e descarregar mercadorias dos comerciantes e vendedores do mercado, escamar peixe, ajudar na introdução e retirada das embarcações do mar (as chatas), lavar e auxiliar no estacionamento de viaturas, chamar clientes para os taxistas dos famosos “azulinhos”, varrer e limpar quintais, acarretar compras, e garrafas (bilhas) de gás de cozinha pelas escadas de edifícios sem elevador. Justificando a sua opção declarou: *“É na rua, onde ganhámos o nosso Kibeu”*. Para reforçar o que dissera, acrescentou: *“Podes vir com menoridade e teres logo a necessidade de começar a faturar”*.

A UNICEF considera que Crianças de Rua são menores de 18 anos que vivem sem teto ou em habitações desocupadas, completamente desprotegidas, em que a rua se torna a sua fonte de sustento e alguns estão sujeitos a abusos e exploração de grupos criminosos ou da polícia. Ora, se para estas crianças, a educação, a saúde e o conforto familiar são inexistentes como revelam os resultados, continuaremos a observar ilegitimamente o trabalho infantil no território estudado, e, assim sendo, a pobreza, a exploração infantil e a exclusão social tenderão a manter-se ou talvez a incrementar.

O nosso décimo segundo participante, é um menor de 15 anos de idade que deambula no Setor da Ponta de Ilha, não estuda há quatro anos e possui a 6.^a classe como habilitações literárias. O participante preferiu a rua, à vida cansativa e dura de pescador e disse: *“ainda pequeno e o meu padrasto retirou-me da escola para eu servir de ajudante na pesca”*. Vítima de maus-tratos por parte do padrasto quando embriagado, fugiu de casa refugiando-se na casa da avó ou nas casas de vizinhos para dormir e se proteger da violência doméstica. Tal como ele, para muitos menores, a rua é também um lugar onde encontram alguma paz e sossego.

A violência doméstica, os maus tratos e as condições socioeconómicas das famílias carenciadas, adiam a vontade das crianças vítimas abandonarem a rua.

Os dados recolhidos permitem corroborar a ideia de que o comportamento individual, é resultado da interação entre indivíduos e o meio ambiente (Clarke e Felson,1998).

4.3.2. A Rua como espaço e modo de vida: motivações e razões

De acordo com as análises realizadas, as razões que levam as crianças a optarem pela rua na Ilha do Cabo, por ordem de frequência e importância com que foram referidas, são as seguintes: os maus tratos em contexto familiar principalmente na nova família de acolhimento por parte dos familiares com quem ficaram após a morte do pai ou da mãe, geralmente madrasta ou padrasto (8); a pobreza (7), a fome (6), a falta de um sistema eficaz de segurança social, com programas de apoio e acompanhamento às famílias mais carenciadas e com elevado agregado familiar (6), o desemprego (5) a guerra civil que forçou o êxodo rural (4), o abandono familiar (4), as desigualdades sociais (4), a violência doméstica principalmente quando os pais ou outros membros adultos da família são alcoólicos (3).

Os fatores mencionados pelos nossos entrevistados, que nesta pesquisa são, de fato, as principais razões necessitam que lhes sejam acrescentadas outras de caráter mais amplo cuja responsabilidade é fora do domínio de cada família, de cada criança e da sua biografia de rua. Estas razões são estruturais, e entre elas contam-se, a falta de habitação social, a ineficácia das autoridades administrativas e policiais, o deficiente sistema de educação, saúde e justiça, a desestruturação familiar (a ausência de carinho, a monoparentalidade, a intolerância à desobediência que leva a exclusão e o abandono de menores desobedientes no seio de inúmeras famílias), o analfabetismo e o baixo nível de escolaridade das famílias.

Mas também, a ausência de estruturas que possam minorar os efeitos da desestruturação familiar tais como a falta de Jardins-de-infância públicos, a falta de instalações e equipamentos desportivos, recreativos e culturais, de programas educativos, de acolhimento e ocupação dos tempos livres de menores em perigo; a inexistência de uma política de requalificação da nova marginal de Luanda que piorou ainda mais as já difíceis condições de habitabilidade; a fraca economia nacional, e

fracas políticas sociais de apoio que retirem a estas crianças a vontade que claramente demonstram em querer ajudar os demais membros das suas famílias; a inaplicabilidade de medidas cautelares e de polícia adequadas para os casos de maus tratos e violência doméstica; a ineficácia de medidas que contrariem o *bullying* na escola por se apresentarem mal vestidos e com poucos hábitos de higiene pessoal, ou ainda, serem detentores de costumes e hábitos distintos como não dominarem a língua portuguesa e o dialeto da zona onde deambulam diariamente. Em síntese, faltam estruturas que contrariem o que alguns disseram ser a predisposição dos meninos de rua para a vida fácil.

Nesta perspetiva, os participantes apontaram múltiplas razões que levam as crianças à vida da rua, coincidindo com o proposto por Negreiros (2001), que refere que são múltiplos os motivos que poderão estar na origem da delinquência juvenil e que o interesse pela delinquência e pela criminalidade decorre de fatores socioculturais mais gerais, relacionados, nomeadamente, com a violência e outras formas de comportamento antissocial que atingem níveis elevados nas sociedades atuais. Outrossim, Carvalho (2005), com o propósito de perceber a delinquência, o desvio e o delito, concluiu que de entre os vários fatores, a rejeição dos pais ocupa o primeiro lugar, em segundo a negligência dos pais, e em terceiro lugar a perda dos pais muitas vezes por falecimento, que remete os filhos para o abandono e a opção pela rua, onde iniciam um percurso de vida sem acompanhamento e entregues a si próprios. Coincidentemente, Tavares (2016), refere que os fatores impulsionadores da delinquência juvenil em Angola são nomeadamente a disfunção familiar; a desvinculação familiar; os ambientes familiares conturbados. Para Nunes (2008), o fenómeno da delinquência juvenil na Europa e na América do Norte nos últimos 50 anos, foi consequência de fatores bastante heterogéneos tais como a violência veiculada pelas redes sociais; uma socialização familiar menos consistente; a disponibilidade de automóveis e armas e uma fraca identificação com categorias sociais que, no passado, reprimiram e evitaram comportamentos desviantes e, neste prisma, existe algum paralelismo com a realidade angolana.

Negreiros (2001), referindo-se aos fatores que podem aumentar o risco de agressão em crianças, destaca a situação económica desfavorável e os

acontecimentos geradores de “*stress*”. Na mesma linha de pensamento Chazal (s/d), considera que em todos os países beligerantes ou que sofreram os efeitos da guerra, circunscreveram um considerável aumento do número de jovens delinquentes, fruto da dissociação a que inúmeras famílias foram sujeitas. O autor refere ainda que, essa desagregação que por sua vez é agravada pelo nervosismo familiar devido às inquietações provocadas pela separação das famílias, cria frequentemente o delito na sua forma de furto, roubo, prática do mercado negro, fomentando a destruição e a miséria que frequentemente provocam na criança e no jovem graves traumatismos afetivos, que arrastam por vezes os rapazes para a fuga e as raparigas à prostituição.

Concordamos com o proposto por Chazal (s/d)), quando reitera que os fatores da delinquência juvenil são essencialmente a situação familiar; as condições socioeconómicas e o ambiente sociocultural que, como os resultados revelam, estão bem identificados e destacados (maus tratos, a pobreza, a fome, a falta de um sistema eficaz de segurança social, o desemprego, a guerra civil, o abandono familiar, as desigualdades sociais, a violência doméstica, a falta de habitação social), como os principais fatores.

Não são apenas as questões dos maus tratos, fome, pobreza e desigualdades sociais, são também, questões ligadas à saúde e à educação, que potencializam a ineficácia das instituições do Estado angolano. É-nos razoável concordar com Sebastião (1998), pois, a maior parte das Crianças de Rua na Ilha do Cabo em Luanda, são geralmente oriundas de famílias pobres, a viver excluídas da escola, a trabalhar sem estarem habilitadas para tal, e mais, estão presas a um ciclo do qual têm imensas dificuldades em sair.

Segundo Dubar (2007, citado em Carvalho, 2018), é o meio social que determina a conduta delinquente e, é com base nas características desse meio social que a delinquência (violência, roubo e tráfico como práticas compensatórias) se difunde e se reproduz para as gerações seguintes. Tavares (2016), considera que o crime praticado por adolescentes e jovens, é reflexo de variadíssimas razões sendo que, a exclusão social, o desemprego, a fraca abrangência das políticas públicas face à educação, à saúde e à habitação, são as mais relevantes.

Segundo a Lei contra a Violência Doméstica (LVD) é no seio familiar ou noutro que, por razões de proximidade, afeto, relações naturais e de educação, como nos infantários, nas escolas, nos internatos e nos espaços equiparados de relevante interesse comunitário ou social que ocorrem fatos tipificados como violência doméstica. Pode-se inferir que os maus tratos se apresentam como a causa número um e supera a fome e a pobreza como causas, razões, motivos ou fatores para o elevado número de Crianças de Rua no território estudado.

As Crianças de Rua na Ilha do Cabo caracterizam-se por pertencerem a famílias carenciadas e desprotegidas socialmente (a maioria são nativas e outras são provenientes do interior de Angola onde os efeitos da guerra foram desastrosos), algumas delas são órfãs de guerra.

Considerando que o território da Ilha do Cabo na sua extensão, encanto e beleza é procurado por turistas nacionais e estrangeiros para junto das suas belas praias, bares, restaurantes, discotecas, *roulottes*, mercados de peixe e artesanato se ocuparem, seja de manhã, tarde, noite ou madrugada, é compreensível que pessoas necessitadas e abandonadas à sua sorte como são os meninos de rua, se motivem individualmente ou em pequenos grupos para avançar para o referido território como se de uma terra prometida se tratasse.

O nosso primeiro participante de 41 anos de idade, com larga experiência no trabalho com populações delinquentes, um oficial graduado das Forças de Segurança, considerou a fome, a pobreza, o desemprego e a guerra civil que forçou o êxodo rural como os principais fatores que levam as crianças à rua. Para fundamentar o seu ponto de vista em relação à rua como espaço e modo de vida das Crianças de Rua na Ilha do Cabo, afirmou que alguns dos grupos experimentados na prática do crime e de delitos, são influenciados pelo que diariamente visualizam nas ruas da capital, designadamente os assaltos a instituições bancárias, assaltos a residências de estrangeiros, ou em filmes, novelas e telenovelas brasileiras, mexicanas ou americanas, que lhes alimenta a ânsia para a todo o custo obterem determinados bens e elevarem a sua autoestima quando bem-sucedidos.

A teoria das janelas partidas, inspirada pela escola de Chicago de Becker (1996), também conhecida como a teoria da oportunidade, defende que existe uma relação

direta entre a aparência de desordem e o aparecimento da delinquência. Nesta dimensão, se uma janela permanece sem ser reparada num dado bairro, constitui uma mensagem aos potenciais delinquentes e a área começará um processo gradual de decadência. Na Ilha do Cabo, os dados revelam que as Crianças de Rua são influenciadas pelo que visualizam nas ruas de Luanda designadamente furtos, assaltos e ofensas à integridade física e moral que nesta ocorrem com enorme frequência. Esta realidade, coincide com o proposto por Negreiros (2001), que considera que, as crianças com níveis mais elevados de comportamentos agressivos pertenciam a estratos sociais economicamente desfavorecidos e, os efeitos da situação económica podem estar largamente associados a acontecimentos geradores de stress e às crenças sobre a agressão.

Apesar de conhecidas as motivações e razões para o fenómeno um dos entrevistados (Funcionária Pública, 45 anos) sublinhou o caso das muitas crianças que são provenientes de zonas do país onde a guerra deixou marcas difíceis de apagar.

Este problema agiganta-se pela ineficácia da Segurança Social, que as atrai (empurra-as) para a rua. E disse mais: *“na rua, pelo menos satisfazem de qualquer maneira as suas necessidades básicas, matam a fome”*. A sua maior mobilidade, representa dificuldades acrescidas às Forças de Segurança pois, os não nativos da Ilha do Cabo, são geralmente muito hábeis e móveis (não sedentários), evitando serem facilmente localizados pela polícia ou por familiares que os procuram.

Podemos dizer que tudo vale para sobreviver, na medida em que as famílias debatem-se com imensas dificuldades para as alimentar, vestir, calçar e eventualmente apetrechar as suas mochilas escolares quando conseguem incentivá-las a frequentar a escola.

Referindo-se à trajetória de desenvolvimento da atividade antissocial com menores Loeber (1988, citado em Negreiros, 2001), enunciou a trajetória antissocial agressiva, caracterizada pelos problemas de comportamento durante a infância nomeadamente comportamentos agressivos, problemas de hiperatividade, baixo rendimento escolar, relações interpessoais pobres com pares e adultos e taxa de inovação elevada.

Apesar de não ser unânime, entre os participantes, os dados indicam que muitas crianças são abandonadas pela família por desobediência às ordens dos mais velhos em casa, por faltarem excessivamente à escola ou ainda, por não ajudarem nos trabalhos diários de casa como nos referiu, uma pessoa que conhece e bem a realidade das crianças desfavorecidas em contexto de rua. Quando questionamos para que fundamentasse a sua afirmação respondeu: *“Alguns meninos de rua tentam o regresso à casa mas, não se aguentam por muito tempo pois, infelizmente, ficaram habituados à vida fácil da rua”*. (Entrevistada n.º 6, 49 anos de idade, Vendedora de Peixe). Ou seja, a rua através das suas dinâmicas próprias enreda-os num ciclo vicioso de que não conseguem sair.

O contexto familiar consubstanciado pela grande instabilidade e violência por parte de pais, padrastos ou outros membros mais velhos da família, além de ser considerado motivo que leva as crianças à rua, parece estar diretamente associado à inaplicabilidade de medidas cautelares e de polícia adequadas para os casos de violência doméstica. Os dados referem que algumas crianças distanciam-se do ambiente familiar por este apresentar-se geralmente sinistro, preferindo desta forma a rua apesar da violência existente, (entre pares e entre os grupos rivais), ser feroz, o que alguns participantes apelidaram de *“surra entre os avilos”*, por isso ou por aquilo ou na disputa pelos melhores territórios (onde se obtém pequenos serviços e comida com alguma facilidade). Apurou-se igualmente, ser frequente o registo de atos que consubstanciam o crime de violência no contexto escolar, quer seja entre menores, por parte de alguns professores ou agentes de ação educativa.

Mas muito importante foi a revelação entre estas crianças, pela ausência de um sentido de responsabilidade, sentida como necessária, pela falta de programas de apoio e acompanhamento às famílias mais carenciadas e com elevado agregado familiar. Neste âmbito, trazemos a narrativa de uma criança de apenas 10 anos de idade que admitiu existir trabalho infantil e que no seu caso, é feito com o intuito de ganhar dinheiro para se alimentar e para ajudar a mãe e os irmãos. Com enorme emoção o menino de 10 anos afirmou: *“o meu pai anda à procura de emprego, a minha mãe tem um bebé e zunga... eu tenho de ajudar”*. Reportando-se aos fatores fome e a violência doméstica disse: *“O meu pai quando chega a casa e não encontra comida na*

panela, brava bué”. Tal declaração significa dizer que a família é numerosa e todos os membros da família são obrigados a compartilhar seja de que maneira for, e mais, permite-nos concordar que a violência doméstica no seio de algumas famílias desfavorecidas, numerosas e abandonadas do ponto de vista do apoio do Estado angolano é um fator que carece de uma atenção especial para que num futuro próximo, as crianças delas oriundas, não se transformem em adultos violentos e insensíveis.

Como elucida Carvalho (2005), o absentismo escolar é influenciado pelos pares e pelo contexto social em que as crianças e jovens estão inseridos e os atos desviantes por estes praticados, são fruto, também, das necessidades básicas de que padecem ou de satisfazer a sua autoestima.

4.3.3. Educação: limites, políticas e prospetivas

Ao Estado cumpre um papel fundamental quando se pensa na multiplicidade de fenómenos que concorrem para a existência de um fenómeno como o das Crianças de Rua. Relativamente à Educação, os resultados não demonstram unanimidade relativamente à idade em que as crianças optam pela rua porém, os dados indicam que algumas optam pela rua entre os 3 e os 5 anos de idade mas, é entre os 6 e os 10 anos que se associam a grupos e se alinham na prática de transgressões e crimes (pequenos delitos). Se tivermos em conta os dados das secções anteriores relativamente às motivações e razões que levam as crianças à rua, os dados relativos à educação, permite subentender que muitas são as crianças na Ilha do Cabo fora do controlo das famílias e do sistema educativo, com trajetórias de comportamentos antissociais. Essa triste realidade, contraria o CFA que no n.º 1 do seu art.º 2.º (epígrafe harmonia e responsabilidade no seio da família), determina que a família deve contribuir para a educação de todos os seus membros no espírito do amor ao trabalho, do respeito pelos valores culturais e do combate às concepções ultrapassadas no seio do povo, da luta contra a exploração.

Segundo os dados da Administração Comunal da Ilha do Cabo, residem cerca de 21.400 pessoas para um total de seis escolas do 1.º e 2.º ciclos, com instalações e

equipamentos insuficientes e mal apetrechadas, o que constitui claramente uma limitação da rede escolar no território em estudo.

A nossa observação permitiu verificar que algumas das escolas referidas pela administração local, são relíquias do período colonial, não dispõem de capital humano e instalações suficientes e adequadas ao ensino e, as famílias debatem-se com imensas dificuldades para vestir, calçar e apetrechar com manuais escolares as suas crianças, empurrando-as (in) conscientemente para delinquência juvenil. Neste âmbito, o nosso primeiro participante (Oficial da Polícia, 41 anos de idade), disse: *“Quando a educação é débil, torna-se mais difícil reproduzir de forma natural e contínua os valores éticos e sociais para os mais novos (...), e a comunidade local não tem capacidade para intervir e ajudar as famílias carenciadas”*. Considerou ainda a falta de cuidados de saúde e fraco acompanhamento escolar aos menores, bem como o desinteresse dos órgãos do Estado nomeadamente a Segurança Social, como fatores facilitadores do fenómeno Crianças de Rua.

Sete participantes foram categóricos ao afirmarem que as Crianças de Rua na Ilha do Cabo, não estudam, e se estudam o fazem com extrema irregularidade, o que contraria a letra e o primado do direito que a CRA no seu n.º 2, prevê que ninguém pode ser prejudicado, privado de qualquer direito em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social. Ainda nesta contenda, nos foi dito o seguinte: *“Existem crianças de famílias carenciadas que apesar de deambularem entre a família e a rua, também estudam apesar da irregularidade na frequência das aulas e, sabe Deus em que condições. Para essas famílias, falta dinheiro para comprar material escolar, falta dinheiro para transporte de casa para a escola e vice-versa, falta dinheiro para comprar vestuário, calçado e alimentação para o lanche, para o almoço e para o jantar no regresso dos filhos a casa”*(...)“nos setores Chicala 1 e 2 existem famílias (poucas), minimamente estruturadas, onde a maioria das suas crianças estuda, frequenta a catequese ao meio da semana e a igreja aos domingos ao contrário de outros setores onde a atividade diária das famílias é mais imprevisível, instável”. (Entrevistada n.º 2, 45 anos de idade, Funcionária Pública).

Foram vários os menores com quem interagimos que confirmaram que no período em que não estão em aulas, vagueiam pelas ruas para se autossustentarem e também porque os seus encarregados de educação não se encontravam em casa para os controlar. Nesta perspetiva, concordamos com Carvalho (2005), quando refere que o absentismo escolar é influenciado pelos pares e pelo contexto social em que as crianças e jovens estão inseridos sendo que, os atos desviantes por estes praticados, são fruto, também, das necessidades básicas de que padecem, pela necessidade supérflua de praticar crimes e satisfazer outras necessidades ou ainda de satisfazer a sua autoestima.

De acordo com Tavares (2016), a disfunção familiar, a desvinculação familiar e os ambientes familiares conturbados são os fatores impulsionadores da delinquência juvenil em Angola. Concordando com a visão do autor, parece legítimo afirmar que o abandono a que a maior parte das Crianças de Rua na Ilha do Cabo estão sujeitas (e poderíamos generalizar para todas as Crianças de Rua de Angola), tem que ver com a conduta dos pais, que de forma negligente e reiterada, não prestam assistência aos filhos nomeadamente, carinho, respeito, diálogo, preocupação e acompanhamento escolar por um lado, e apoio em termos materiais (vestindo-os, calçando-os devidamente e munindo-os de material escolar adequado. Convém referir que tal conduta (salvo raras exceções), se deve às condições socioeconómicas da maioria das famílias, algumas delas despojadas das suas terras no interior de Angola pela guerra civil, e desapogadas pelo sistema de Segurança Social também ele incipiente e a procurar organizar-se para uma população de 24,3 milhões de habitantes sendo que em Luanda residem 6,5 milhões de pessoas o que corresponde a 27% do total do país (Censo, 2014).

Segundo Carneiro (2020), Angola viveu décadas de um conflito armado que prejudicou o normal funcionamento dos Serviços de Registo e Notariado e levou a que muitos cidadãos perdessem os seus documentos de identificação e, por inerência, a perda dos hábitos registrais. A autora refere ainda que, apesar do Governo angolano se empenhar em sucessivas e massivas campanhas de registo civil no sentido de registar o maior número de cidadãos, cerca de 57% das crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos não possuem registo civil, tal como 53% da população adulta. O

estudo da autora permite inferir que os dados globais relativamente a pessoas não registadas em Angola, estão longe de ser reais e carecem atualização.

Os resultados do nosso estudo indicam que desde os anos 80 se observam Crianças de Rua, e é a partir dos 10 anos de idade altura em que exigem mais cuidados escolares e as dificuldades económicas das famílias para os manter na escola aumentam, que se intensifica o abandono escolar e os menores iniciam a prática de atos censuráveis. O CPA, no seu art.º 69.º (com epígrafe menores imputáveis), determina que são imputáveis os delinquentes menores de 21 anos e maiores de 16 anos de idade. O nosso quinto participante de 35 anos de idade residente no Setor Chicala 2, referiu que a polícia tem recolhido os menores que fazem da rua a sua habitação e entrega-os à custódia do Tribunal de Família e Menores que por sua vez, os encaminha para os lares de acolhimento. Se Carvalho (2005), considera que a delinquência e o desvio estão relacionados com o fator abandono, negligência dos pais como pilar da família e com as necessidades básicas das crianças e jovens para sobreviver e, o contexto em que vivem ou sobrevivem os menores, além de influenciar o comportamento desviante, também é uma das causas da delinquência juvenil, poderemos considerar que não é apenas a família que falha na sua missão tutelar, para a maioria das crianças desfavorecidas (incluindo as imputáveis), mas também o Estado angolano pela ausência das estruturas de proteção e apoio social.

Apesar da comunidade local realizar campanhas de sensibilização envolvendo menores em temáticas como os efeitos maléficos do consumo excessivo de álcool, tabaco e drogas, a valorização das atividades físicas e desportivas e dos direitos humanos entre outros temas, conforme referido por (Chazal, (s/d), para os jovens socialmente desfavorecidos, em consequência de uma carência de controlo familiar, a maior parte das vezes num quadro imperfeito de habitação, em dissociação familiar, mergulhado num irregular comportamento dos pais, não é fácil que estes mecanismos que visam inverter os comportamentos funcionem.

Neste particular, concordamos com a visão do autor pois, os dados recolhidos demonstram que são inglórios os esforços da comunidade autóctone da Ilha do Cabo, mesmo sendo ela detentora de uma forte e muito antiga tradição que valoriza o respeito

pelo mais velho, a estima pela coisa alheia e pelos ensinamentos da *kianda*, valores estes passados nas serenatas e em cânticos nas festividades do Carnaval.

Os dados indicam que crianças em idade escolar no território estudado, deveriam estar sob a tutela e proteção dos pais ou de adultos na família em primeira instância, o que não acontece na maior parte dos casos, tornando-os autônomos, entregues à sua sorte e risco e cometendo transgressões e delitos. Indicam ainda que a Polícia apenas intervém em casos de flagrante delito, colocando-se muitas das vezes, distante dos casos em que envolve brigas entre grupos rivais, permitindo que os contendores façam justiça por conta própria, fato que ocorre com alguma frequência na Ilha do Cabo. Coincide com uma das teorias da criminalidade ambiental, exatamente a teoria das atividades rotineiras proposta por Clarke e Felson (1998). Para reforçar, um dos entrevistados, um menor de 10 anos de idade, que desenvolve várias atividades espontâneas e simultaneamente pequenos delitos quando oportunos, afirmou que alguns polícias de patrulha, “*nem todos*”, detêm menores, apenas porque vagueiam pelas ruas, ou porque desenvolvem trabalhos, nomeadamente carga e descarga de mercadorias dos táxis, angariar clientes para os candongueiros, ou vender objetos em plena via pública, ficando-lhes com o dinheiro do trabalho e multando os candongueiros os “*azulinhos*” que oferecem trabalho às crianças. Da observação e das conversas informais, é grande a preocupação da comunidade perante o abuso das autoridades locais (fiscais de administração municipal e polícia local), que, com o pretexto da reposição da ordem e da tranquilidade pública, perseguem e recolhem essencialmente crianças, jovens e senhoras (zungueiras) em atividades ambulantes nas ruas e avenidas de Luanda. Salientar que não os encaminham para o MP ou Tribunal competente, mas se apropriam indevidamente dos seus bens (inclusive baldes e outros utensílios de lavagem de viaturas) e, passadas algumas horas os libertam, sendo que desta “*libertação*”, procede no regresso à normal atividade ambulante e/ou à delinquência juvenil. Sobre este recorrente procedimento de alguns membros das Forças de Segurança e da Administração local, uma das nossas interlocutoras, referindo-se aos polícias e fiscais infratores, afirmou: “*é um golpe de mestre dos homens da farda e dos homens do colete*”. (Entrevistada n.º13, 37 anos de idade, Funcionária Pública, assídua no território em estudo por motivos de lazer). Este

sentimento, manifestou-se generalizado e recorrente perante a maior parte dos menores que em plena rua engraxam sapatos ou realizam trabalhos temporários.

Deter Crianças de Rua, reter, confinar ou algo que se pareça, sem prova suficiente ou indícios fortes de prática de crime punível pela Lei, viola o princípio da igualdade (art.º 22 e 23.º da CRA) e desrespeita os direitos, liberdades dos menores, e não considera nem respeita as crianças como semelhantes o que condiciona o respeito e a tolerância recíprocas. Os dados revelam ser razoável recriar projetos que diagnostiquem permanentemente a problemática atual relativamente às crianças e jovens desfavorecidos por forma a melhorar as condições de vida das mesmas essencialmente ao nível da saúde e da educação básica. As medidas a adotar deveriam ser sociais e universais, abrangendo crianças mais desfavorecidas que merecem ter o que outras de famílias mais abastadas têm por direito.

4.3.4. As Crianças de Rua, a Comunidade Local e o Estado

Relativamente à realidade social e políticas públicas de prevenção criminal, a Ilha do Cabo não é uma exceção comparativamente a outras realidades urbanas e suburbanas da cidade de Luanda quanto à arquitetura pois, a sua construção é extremamente desordenada, com casas ladeadas por *becos* e *ruelas* algumas delas sem saída, com escassez de iluminação durante a noite, que facilita o crime e a fuga.

Tal como acautela Becker (1996), o crescimento desordenado das cidades faz desaparecer o controlo social informal, as pessoas tornam-se anónimas, a polícia, a família, a igreja e as associações locais não conseguem impedir os comportamentos antissociais. Nesse caso, coincidentemente, a sensação de desorganização, anarquia e insegurança potencializa o surgimento de grupos delinquentes organizados e, tal como refere (Becker, 1996), concordamos que, para combater a criminalidade, por via da sua teoria, seria necessária a alteração efetiva da situação socioeconómica das crianças, consubstanciando-se assim, em programas comunitários para o tratamento e prevenção da criminalidade, nomeadamente, o fomento de atividades recreativas, desportivas, artesanais, bem como a melhoria da estética e do modelo das habitações.

O fenómeno “*Crianças de Rua*” corre dos anos a seguir à independência de Angola, sendo que, com o início da guerra civil nos anos 80, o sentimento de insegurança generalizou-se e a deslocação forçada das populações do interior para as capitais de província principalmente para Luanda intensificou-se, tornando-a o destino mais apetecido. Nela, o fenómeno generalizou-se ao ponto de em quase todos os “*musseques*” ver-se aumentado o número de crianças abandonadas e outras que por razões já invocadas, “optaram” voluntariamente pela rua. Enquanto, para as comunidades mais tranquilas e civilizadas Durkheim (1984 citado em Lourenço e Lisboa, 1998, p.17), invoca a “*síndrome da insatisfação relativa*”, isto é, “*quanto menor for a violência maior será a intolerância à violência e, consequentemente, maior o sentimento de insegurança*”, na Ilha do Cabo em Luanda, os índices de criminalidade de massa são elevados e como tal, os dados revelam quão elevado é o sentimento de insegurança e a intolerância à violência, uma relação diretamente proporcional.

Os dados indicam que a escassez de meios policiais e a construção desordenada de edifícios comerciais e habitacionais atrapalha a prevenção criminal e, na maioria das vezes, a polícia não consegue deter os menores em flagrante delito, provocando na comunidade um clima de desconfiança que agrava ainda mais o sentimento de insegurança, e aumenta a intolerância aos comportamentos dos jovens delinquentes. Quanto ao clima de insegurança, constatou-se que a polícia tem dificuldade de deter os infratores em flagrante delito e desta forma tanto o MP, o Juiz de instrução e em última análise a Autoridade policial não encontra argumentos legais para formalizar a detenção nos termos da Lei, devolvendo à liberdade os suspeitos pois é nesta condição que são detidos. Colocados em liberdade regressam à desordem e anarquia de sempre o que se consubstancia em mais medo e insegurança para os cidadãos residentes na Ilha do Cabo.

Na presença de medo e insegurança, é plausível que os cidadãos tolerem menos os atos praticados pelos suspeitos, geralmente crianças e jovens, despenteados, vestidos de roupas velhas e sujas, descalços, rótulos que constantemente lhes aplicam. Para o pouco que façam os suspeitos, a crítica social sobre eles é permanente e estigmatizada pois, ao serem libertados de penas

imputadas, se prevendo o seu regresso às ruas, não é bem visto muito menos tolerável por uma grande parte da população com razoáveis condições socioeconómicas.

Os resultados indicam que de um modo geral, a comunidade local vive permanentemente sobressaltada, e é intolerante, porque as autoridades policiais não conseguem provas suficientes para incriminar devidamente os jovens delinquentes, de modo a serem condenados e presos. O sentimento de medo é frequente porque a detenção a que geralmente são sujeitas as Crianças de Rua (das 22 as 7 horas da manhã seguinte), quase sempre na qualidade de suspeitas, possibilita o seu regresso à vida da rua, onde prosseguem os seus atos marginais e são muitas das vezes agressivos e violentos. Assim sendo, o policiamento de proximidade, preventivo e mais inteligente deveria imperar de modo a investigar devidamente para a incriminação ao invés do que sucede na maioria das vezes, prender para investigar.

De acordo com a Lei de Julgados de Menores, a sociedade deve proteção social ao menor. No seu art.º 12.º, alínea b), determina que compete ao julgado de menores aplicar medidas de prevenção criminal aos menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, inclusive. No seu art.º 16.º, determina que as medidas de prevenção criminal são aplicáveis aos menores que pratiquem fatos tipificados na Lei como delitos. No seu art.º 17.º, enumera as seguintes medidas de prevenção criminal: a) repreensão; b) imposição de regras de conduta; c) condenação do menor ou do seu representante legal em multas, indenizações ou restrições; d) prestação de serviços à comunidade; e) liberdade assistida; f) semi-internamento em estabelecimento de assistência ou educativo; g) internamento em estabelecimento de assistência ou educativo.

Os dados revelaram igualmente que os delitos ocorrem geralmente depois das 22 horas e a madrugada quando se regista pouco movimento de pessoas e da polícia que carece de meios humanos e materiais adequados ao contexto. No período diurno também são frequentes furtos em residências, em viaturas estacionadas e em estabelecimentos comerciais, roubos no trânsito e na via pública com recurso à ameaça ou à força e ofensas à integridade física a transeuntes ou entre grupos rivais. Os fatos expostos, indiciam a ausência de tutela, pais e/ou familiares, e ineficácia das instituições de segurança pública que, de acordo como Clarke e Felson (1998), o comportamento individual é resultado da interação entre indivíduos e o ambiente ou

seja, um crime ocorre quando existe a convergência no espaço e no tempo de pelo menos três elementos essenciais nomeadamente, um provável agressor, um alvo adequado e ausência de um guardião capaz de o impedir nomeadamente, uma pessoa ou equipamento, um polícia, um vigilante, um sistema de segurança.

Os dados indicam que a escassez de escolas públicas com instalações e equipamentos adequados para um ensino de qualidade integrando equipas multidisciplinares compostas por psicólogos, sociólogos, assistentes sociais tem responsabilidade na situação atual.

O nosso quinto participante questionado sobre como a comunidade se poderia envolver para reduzir o fenómeno, propôs como ajuda à solução a criação de Instituições Particulares de Segurança Social que sob o patrocínio financeiro e regulação do Estado possam desenvolver um trabalho de apoio e proteção de crianças em risco, idosos necessitados e famílias que sofreram diretamente os efeitos da guerra. Quanto à miséria que se observa pelas ruas da Ilha do Cabo e da cidade de Luanda envolvendo crianças, disse: *“a comunidade deseja contraordenações agravadas para os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas a menores e penas pesadas para os responsáveis pelo trabalho infantil”*. (Entrevistado nº 5, 38 anos de idade, Intendente da Polícia Nacional de Angola)

Relativamente ao trabalho infantil, os dados revelam que a Administração local não demonstra capacidade para intervir e ajudar as famílias carenciadas de onde provêm as crianças exploradas e, a polícia é ineficaz na sua ação de prevenção apesar de adotar a estratégia de, a partir das 22 horas, recolher compulsivamente todas as crianças e jovens encontradas a vaguear ou a pernoitar nas ruas e zonas consideradas críticas. A sexta participante, uma senhora, peixeira, de 49 anos de idade, disse ser frequente a Polícia local recolher menores de ambos os sexos entre os 10 e os 17 anos de idade, fazendo-os permanecer nas Esquadras da Polícia da Ilha do Cabo entre as 22 e as 7 horas da manhã seguinte. Fontes próximas das autoridades locais confirmaram em “off”, pois, coincidentemente, as fontes referem que a detenção de Crianças de Rua no horário supracitado, visa sobretudo, salvaguardar a segurança e a integridade física dos menores, desencorajar a prática de ilícitos, obtenção de informação adicional por via dos telemóveis apreendidos, recolher informação relevante

sobre indivíduos e grupos, o que permite a respetiva catalogação e redução temporariamente da criminalidade no referido período. Não há informação que confirme se esse procedimento é generalizado a todas as Esquadras da Polícia de Luanda porém, a comunidade local aplaude esse projeto da polícia local.

Se o objetivo das autoridades é salvaguardar a segurança e a integridade física dos menores (pessoas) e desencorajar a prática de ilícitos, Gomes (2005), propõe a prevenção situacional nas suas componentes designadamente: proceder a análise detalhada da forma como em certas zonas, certos crimes são cometidos; definir o modo de agir sobre as condições ligadas ao ambiente e à situação, a fim de reduzir as oportunidades de passagem ao ato; e determinar as entidades que podem implementar essas medidas de redução de ilícitos. Seria mais adequado prevenir por meios mais pacíficos do que privar a liberdade dos menores de modo deliberado e por vezes abusivamente como indicam os dados. Para fundamentar a nossa inquietação relativamente ao procedimento das autoridades policiais e fiscais, um dos entrevistados considerou que apesar da triste realidade que o fenómeno “*Crianças de Rua*” causa à sociedade angolana em geral, a comunidade local esforça-se por induzir valores socioculturais positivos às crianças e jovens e, exige, que se incremente o policiamento de proximidade, mais inteligente, mais preventivo e, com mais patrulhamento das ruas e salientou: “ *É frequente o abuso de autoridade e o uso excessivo da força em operações policiais de rotina, onde geralmente se açambarcam bens que menores e senhoras comercializam pelas ruas, consubstanciando-se em mais insegurança, medo, desconfiança e repúdio por parte da sociedade*”. (Entrevistado n.º 4, 44 anos de idade, Inspetor do Serviço de Investigação Criminal).

A CDC, no n.º 1 do art.º 20.º, também determina, que “*a criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente, tem direito à proteção e assistência especiais do Estado*”.

O CPA determina, no seu art.º 69.º (com epígrafe menores imputáveis), que os delinquentes menores de 21 anos e maiores de 16 cumprirão as penas ou medidas de segurança privativas de liberdade, com o fim especial de educação, em prisão-escola ou em estabelecimento prisional comum, mas neste caso, separados dos demais

delinquentes. O CPA no seu art.º 70.º, define que são medidas de segurança, o internamento em manicómio criminal; o internamento em casa de trabalho ou colónia agrícola; a liberdade vigiada. No n.º 2 do art.º 71.º (com epígrafe aplicação de medidas de segurança), determina que as medidas de segurança são aplicáveis aos indivíduos aptos a ganharem a sua vida pelo trabalho que se dediquem, injustificadamente, à mendicância ou explorarem a mendicância alheia; No seu n.º 3, aos rufiões que vivem total ou parcialmente a expensas de mulheres prostituídas; no seu n.º 5, às prostitutas que sejam causa de escândalo público ou desobedeçam continuamente às prescrições policiais, respetivamente; No seu n.º 8, aos indivíduos suspeitos de adquirirem usualmente ou servirem de intermediários na aquisição ou venda de objetos furtados, ou produto de crimes, ainda que não tenham sido condenados por recetadores, se não tiverem cumprido as determinações legais ou instruções policiais destinadas à fiscalização dos recetadores. No seu n.º 9, a todos os que tiverem sido condenados por crimes de associação de malfeitores ou por crime cometido por associação de malfeitores, quadrilha ou bando organizado.

Não nos parece razoável que, para salvaguardar a integridade física das Crianças de Rua, e daqueles que pernoitem na via pública ou que dela façam modo de vida, seja imperiosa ou necessária a recolha coerciva e a detenção arbitrária dos menores. Se considerarmos que as Crianças de Rua são detidas como simples suspeitos por furto ou roubo, é importante e imperioso provar com fatos sob pena de se estar perante uma detenção ilegal. Também, não se sabe ao certo os pressupostos para tal procedimento porém, a não haver prova suficiente para incriminar as crianças que frequentemente são recolhidas e levadas para a esquadra da polícia, poderemos estar perante alguém que detém, mantém detida outra pessoa ou de qualquer forma a priva da liberdade (art.º 158.º da CP). A este respeito, é uma questão de dignidade da pessoa humana que está em causa.

Ainda em concordância com o que foi dito, para o crime de maus tratos (art.º 152.º – A do CP), o bem jurídico protegido pela incriminação é a saúde, nas suas vertentes físicas, psíquica e mental, fundada igualmente na dignidade da pessoa humana, incriminando-se condutas praticadas em meio institucional ou no âmbito de uma relação de cuidado. Assim, parece-nos importante educar a população infanto-

juvenil principalmente, para a cultura de denúncia ou da apresentação de queixa às autoridades judiciárias pois, só desta forma se poderá facilitar o trabalho das autoridades judiciárias e judiciais, basta verificar o aumento exponencial de casos de violência doméstica e abuso sexual registados em Angola, em 2014 (16.237), em 2015 (25.414) e em 2016 (42.437), respetivamente.

Parece importante facilitar o trabalho e a missão das autoridades judiciárias e judiciais para combater a violência doméstica, os maus tratos e o crime em geral entretanto não é menos importante exaltar o princípio da adequação e da proporcionalidade e para o efeito, comecemos pelo n.º 3 do art.º 40.º do CP, que determina que a medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcional à gravidade do fato e a perigosidade do agente ou seja não vale deter por deter. O CPPA no seu art.º 287.º determina, que as autoridades ou agentes de autoridade devem, e qualquer pessoa do povo pode, deter qualquer pessoa em flagrante delito a que corresponda pena de prisão, assim sendo, a ideia de deter levianamente qualquer pessoa, não deve imperar.

Segundo um dos participantes, tornou-se normal verificar um elevado número de crianças fora do controlo familiar e, como consequência, afirmou: *“registam-se infelizmente delitos envolvendo candengues em todos os períodos do dia, violência policial e familiar, exploração de menores, prostituição, abandono de bebés nos caixotes de lixo, violação de mulheres, venda ambulante, pedintes nos semáforos e à entrada de restaurantes e supermercados, vandalismo e corrupção”*. (Entrevistado n.º7, 60 anos de idade, Reformado da Função Pública e Membro da Comissão de Moradores). O participante, relativamente à delinquência envolvendo menores refere que a comunidade local vive permanentemente com o sentimento de impotência porque as autoridades não conseguem provas suficientes para os incriminar, condenar e os manter na prisão; o sentimento de medo porque passadas algumas horas detidos, regressam à rua, ali onde são muitas das vezes agressivos e violentos; e finalmente, o sentimento de insegurança porque nada se considera seguro enquanto os meninos maus permanecem em liberdade.

Apurou-se que a comunidade local deseja ter um centro de reeducação de menores onde se possa administrar boa educação, carinho e transformar as Crianças

de Rua em bons cidadãos e, neste particular, um dos nossos entrevistados afirmou: *“Será preciso reconhecer o fenómeno, aceitá-lo, para se poder tolerá-lo”*. (Entrevistado n.º7, 60 anos de idade, Reformado da Função Pública e Membro da Comissão de Moradores).

De fato os dados indicam que os comportamentos antissociais são uma constante no território em estudo e, envolve espontaneamente menores de idade. Ainda assim, como observou um dos nossos entrevistados, um menor (delinquente) com apenas 13 anos de idade, não é linear que os menores venham para a rua com o intuito de cometer delitos, admitindo que são as necessidades que os obrigam a tal pois como disse: *“Cada indivíduo e cada grupo age conforme a necessidade naquele dia ou naquela noite e de acordo com os períodos que há menos vigilância da polícia, menos movimento de pessoas na rua, e as condições de iluminação das ruas. Podes vir com menoridade e teres logo a necessidade de começar a faturar”*.

Apesar da vontade das autoridades policiais e administrativas locais envidarem esforços na prevenção e repressão da delinquência de um modo geral e da juvenil particularmente, ficou evidente que a cada dia que passa chegam à Ilha do Cabo mais crianças sem-abrigo, todavia, também foi notório a luta interior de algumas crianças em quererem crescer fora da marginalidade.

O décimo participante, um menor de 12 anos de idade que vive na rua há cerca de quatro anos, apenas concluiu a 5.^a classe mas, enquanto frequentou a escola, aprendeu a desenhar, pintar, contar e gostaria de um dia regressar à escola. Admite ter cometido delitos principalmente contra cidadãos estrangeiros “os cooperas”, e, tal como alguns dos seus pares já foi detido e levado para a Esquadra da Polícia onde passou como os demais por diversas vezes. Revelou que são constantes as perseguições e recolhas coercivas de menores principalmente aos fins de semana, pela noite e madrugada e acrescentou: *“Algumas pessoas do bairro têm medo de nós, outras chegam mesmo a agredir-nos e a insultar qualquer criança que viva da rua”*. Ficou bem exposto o desejo de se ver colocado num centro onde possa voltar a estudar e a brincar alegremente.

Os dados revelam que alguns grupos envolvendo menores, são liderados por adultos ex-pescadores, que os manipulam e não aceitam, nem permitem contactos

regulares, entre os menores sob sua tutela e as respectivas famílias. São os líderes que planeiam e comandam os furtos e roubos, repartem as coisas de valor, determinam o que se vende para se comprar comida para o grupo e, muitas das vezes, obrigam-nos a “passar” liamba junto de algumas discotecas mais famosas da Ilha do Cabo.

De acordo com Erving Goffman e Howard Becker (1996), a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo de estigmatização em que o criminoso se torna diferente do homem comum em razão do estigma que sofre e da rotulagem que lhe é dada na sua interação com a família, escola, amigos e, assim, o criminoso acaba por sofrer a reação da sociedade onde quer que se encontre.

Numa clara destrição entre a delinquência e a criminalidade Carvalho (2018, p.264), considera que “*todo o criminoso é delinquente mas nem todo o delinquente comete necessariamente crimes*”, pois, o autor alerta para o entendimento segundo o qual a criminalidade refere-se a comportamentos que não estão de acordo com as normas legais (as infrações à Lei que estão juridicamente tipificadas como crimes), e a delinquência quando diante de comportamentos ilícitos que perturbam a ordem social e não estão de acordo com os códigos de conduta socialmente estabelecidos.

O décimo segundo participante, um menor de 15 anos de idade, admitiu que a sua família especificamente a avó e a mãe, receiam que algum dia apareça morto (ou pela polícia, ou pelos chefes de grupo ou pelo resultado das brigas que são frequentes entre grupos rivais). O referido menor salienta que, tem sido costume meninos de rua serem detidos, explorados, maltratados e muitas das vezes violentamente espancados até à morte. Esse procedimento contraria claramente a CRA, que no n.º 2, do seu art.º 36.º (epígrafe princípio da liberdade), determina que ninguém pode ser privado da liberdade, exceto nos casos previstos pela CRA e pela Lei. No seu n.º 3, alínea a) determina que o direito à liberdade física e à segurança individual envolve o direito de não ser sujeito a quaisquer formas de violência por entidades públicas ou privadas; a alínea b), o direito de não ser torturado nem tratado ou punido de maneira cruel, desumana ou degradante. As Crianças de Rua não devem estar desamparadas como prevê e determina a CRA, no n.º 1, do art.º 80.º (epígrafe direito da criança), quando refere que a criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do

Estado os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla proteção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições.

A pobreza, uma das causas da desestruturação das famílias, os maus tratos e o “*trabalho de escravo*” a que muitos menores são submetidos, é lamentável e tal como referiu e alertou o Jornal de Angola (2019), neste particular, concordamos com o mesmo quando reitera que não está ainda desenvolvida a cultura da denúncia imediata de casos de violações de direitos da criança, sobretudo nas situações em que os crimes cometidos contra menores ocorrem no seio familiar e/ou noutras instituições próximas da família.

Os resultados confirmam os esforços tanto da comunidade local como das autoridades policiais e administrativas locais em induzir valores socioculturais positivos, entretanto, é do policiamento mais inteligente, mais preventivo e com mais patrulhamento das ruas que a sociedade exige tal e qual como visionou Clemente (2015), ao alerta que a segurança começa na prevenção, e vai mais longe quando reafirma que, a ação policial deve ser sobretudo preventiva contudo, a responsabilidade da segurança pertence a todos ou seja, ao Estado e à sociedade. Se tivermos em boa conta a alerta do autor, a todos os cidadãos angolanos, caberá a responsabilidade e o desafio de saber onde estão radicados os mais desfavorecidos pois, Carneiro (2020), refere que cerca de 57% das crianças angolanas com idades compreendidas entre os 0 e os 4 anos não possuem registo civil tal como 53% da população adulta.

Em jeito de consideração final dessa secção, torna-se importante aludir Beccaria (1766), para as ideias da justiça, igualdade, liberdade e para o modelo das garantias dos cidadãos nas relações com o Estado, que na sua obra “*Dos Delitos e das Penas*”, se revelou marcante para a ilustração dos problemas do direito penal. Ainda nesta sequência, invocar Dubar (2007, citado em Carvalho, 2018), cujos princípios alertam-nos para o fato de que a delinquência é gerada por fatores como a pobreza e a desigualdade, em que as subculturas são produzidas por diversas formas de marginalidade, de exclusão e de deterioração social, que recorrem à violência, ao roubo e ao tráfico como práticas compensatórias. Se segundo o autor, é o meio social que determina a conduta delinquente e, as características do meio social facilita a difusão e a

reprodução da delinquência para as gerações seguintes, no caso da Ilha do Cabo em Luanda, enquanto não se verificar a unidade na estratégia para evitar o risco da fome, pobreza, maus tratos, violência, violência doméstica e as desigualdades sociais, a redução do fenómeno “*Criança de Rua*” será uma miragem. Uma estratégia de trabalho em conjunto - esforço mutualista entre as instituições do Estado e a Sociedade civil permitirão a mitigação do fenómeno.

4.3.5. Quem são as Crianças de Rua da Ilha do Cabo: Da observação participante às conversas informais

Com referimos na introdução da secção 4.2 (*análise de dados qualitativos*), a realização de observações em que o pesquisador além de observar, participa interagindo com os sujeitos no meio em estudo, incluíram também, participantes que de uma maneira espontânea e sob a forma de conversas informais contribuíram para a recolha de uma série de informação cuja opinião se padronizou e revelaremos mais adiante em jeito de síntese.

Aplicou-se uma grelha descritiva e naturalista que ofereceu outras para além das categorias temáticas predefinidas correspondentes à parte temática 1 (*As Crianças de Rua na Ilha do Cabo*); a parte temática 2 (*A Realidade paradigmática*) e a parte temática 3 (*A Crítica social*), justificando-se para o efeito, o recurso à análise de narrativa de acordo com Lichtman (2010), Bardin (2009). Para além da fala dos participantes, o ambiente observado ofereceu outros índices importantes ao estudo como veremos adiante.

Da nossa observação, abrimos este ponto com a observação realizada num sábado do mês de agosto (pré-início da época balnear, mas que para os estrangeiros a temperatura é amena), no período da manhã: observamos vários grupos com 5, 3 e 2 elementos respetivamente, num total de 75 menores entre 6 e os 17 anos de idade a deambularem nos setores Chicala 1 e 2, aumentando consideravelmente, a partir das 18 horas, o número de menores por consequência do elevado número de turistas que procuram diversão e restauração.

A observação direta se consubstanciou num retrato social que permitiu apurar que a Ilha do Cabo em Luanda, ganha vida própria tão logo as embarcações atracam, na alvorada, com o processo de venda, revenda e consignação de peixe, envolvendo naturalmente menores entre os 5 e os 17 anos de idade. Algumas dessas crianças amanhecem ao mesmo tempo que esse processo se inicia individualmente e ou em grupo todavia, é geralmente em grupos de 2 aos 5 indivíduos que se disponibilizam para as diversas atividades que o processo oferece, desde ajudar no estacionamento das viaturas dos compradores de pescado, dos candongueiros, no carregamento de mercadoria ou no cuidado das viaturas enquanto os comerciantes negociam pescado ou outro tipo de mercadoria. A realidade observada permite inferir que o trabalho infantojuvenil e temporário existe, é realizado a qualquer preço, principalmente ali onde mais facilmente se possa encontrar comida para “*matar*” a fome.

A maioria dos menores observados não frequenta a escola e se o faz, é irregular e inconsequente, destinando a maior parte do seu tempo à exploração a que estão sujeitos, ou ao cometimento de pequenos delitos como furto e roubo de retrovisores, carteiras, telemóveis, relógios, óculos e até pneus sobressalentes de viaturas estacionadas. Habitam em tendas improvisadas feitas de papelão ou tecido, em edifícios abandonados ou em embarcações obsoletas junto às praias, realidade que contraria o espírito da Lei contra a Violência Doméstica que no seu art.^o 7.^o (com epígrafe medidas de prevenção e apoio), incumbe ao Estado, proporcionar às crianças e aos jovens, conceitos básicos sobre o fenómeno da violência e as suas diversas manifestações e consequências, proporcionar programas educativos sobre o direito e o respeito à intimidade, sobre as relações e interações pessoais, grupais e sociais e sobre o relacionamento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos. Neste contexto é plausível concordar com Gomes (2005), quando refere que as causas profundas da criminalidade, são de natureza ambiental e social e assim sendo, há que considerar duas formas de prevenção da criminalidade nomeadamente a prevenção social (que age sobre as motivações criminais do pró-delinquente e do delinquente), e a prevenção situacional (também designada por prevenção da insegurança, que centra-se na gestão, conceção e manipulação do ambiente físico social, visando reduzir a oportunidade de passagem ao ato e aumentar o risco de deteção).

No Setor Chicala 1 e 2, os mais populosos do território estudado, dois participantes de 7 e 9 anos afirmaram preferirem a rua onde permanecem até então, porque em casa dos familiares passam fome e são obrigados pela mãe a mendigar. Alegam que o padrasto os maltratava. Este caso ajuda a perceber que a fome, os maus tratos e a violência em contexto familiar predominam os fatores de risco. Ainda no mesmo Setor, observou-se uma rapariga de 14 anos de idade, das poucas que vagueia junto de rapazes há cerca de 10 anos. Afirmou ter sido recolhida várias vezes pela polícia, reconhece que é sem-abrigo e reincide em atividades de furto além de se prostituir. Questionada porque tão jovem se encontra (caíra) na rua, argumentou com a sua condição de órfã, tal como a sua meia-irmã de 28 anos de idade, mãe solteira com cinco filhos. Este fato demonstra o retrato sociológico das Crianças de Rua no bairro apesar de, nas imediações, e ao final do dia, termos observado dois irmãos de 8 e 10 anos de idade que fazem a vida da rua por mera opção pois, ao contrário dos anteriores esses frequentam a escola no período da manhã e à tarde vagueiam.

Observou-se outros menores de 9, 10, 11,12 e 13 anos de idade, muito mal vestidos, calçando chinelos em mau estado, dois eram naturais da Ilha do Cabo e três, vindos de bairros próximos, não estudam e abandonaram as famílias por vários motivos designadamente: dois deles por falta de dinheiro para as propinas nos colégios, um porque o padrasto o obrigava a trabalhar como ajudante de pedreiro, outro pela violência sucessiva do pai à mãe e o quinto porque se sentia mais livre na rua. O fato de se apresentarem mal ataviados, evidencia estarem afastadas e desapoizadas do convívio familiar, como reforçou a zungueira quando disse: *“Estão entregues a si mesmos, com tempo para tudo e mais alguma coisa, seja ela boa ou má”*.

Os menores observados, usam linguagem própria de grupo, dominada pela gíria ou dialeto caracterizada por palavras improvisadas tais como (madiés, brada, mô brada, nhête, zimbora), que significam respetivamente (companheiros, irmão, meu irmão, nenhum(a), e partir repentinamente), termos em dialeto, que só os elementos do grupo conseguem interpretar com naturalidade até para dificultar a interpretação de estranhos. Os mais novos tendem a reproduzir comportamentos dos mais velhos e consomem bebidas alcoólicas o que não os inibe nos seus comportamentos provocando o medo e insegurança geral. Para ilustrar o medo e a insegurança que

paira em algumas zonas mais críticas da Ilha do Cabo, dois menores foram flagrados a mendigar, alegando vivamente que tinham muita fome sendo prontamente ajudados por uma senhora porém, enquanto os mesmos discutiam cordialmente a repartição da doação, um grupo de três jovens fisicamente mais fortes, rapinaram a referida doação da mão de um dos menores e puseram-se em fuga. Duas senhoras que presenciaram o cenário, foram peremtórias em afirmar que a fome, a pobreza e a miséria são as causas de tanta violência e intolerância que se vive na cidade de Luanda e, adiantaram: “*Muitas vezes os marginais usam seringas simulando serem pessoas seropositivas para se apropriarem indevidamente dos bens às pessoas*”.

No Setor da Salga, apurou-se que algumas raparigas entre os 14 e os 25 anos de idade, se prostituem protegidas por rapazes para o caso de haver algum incidente ou incumprimento da parte dos clientes. Os fenómenos ligados ao crime e à prostituição se incrementam na estação quente do ano, onde, segundo o mais velho do grupo: “*o mambo aquece porque o número de turistas aumenta*”.

O estudo realizado permitiu considerar a rua como um espaço e modo de vida, uma realidade paradigmática, que, revelou serem muitos os menores que há muitos anos vivem da e na rua, habitam em tendas improvisadas feitas de cartão ou tecido, em edifícios abandonados ou em embarcações obsoletas. Uma senhora que muito cedo se dedica à atividade de *zungueira*, referindo-se ao “*modus operandi*” das Crianças de Rua na Ilha do Cabo, declarou: “*Se juntam quando a vida na rua inicia e, se voltam a desmembrar à noitinha, sempre em busca de tudo que envolva dinheiro na hora, mantendo-se sempre atentos às patrulhas da polícia e dos fiscais da administração*”.

Pelo que se observou, os menores apresentam-se com roupas velhas e sujas, alguns descalços, expondo seus troncos nus, como forma de exposição de força e afirmação de poder pois, a disputa pelos clientes é feroz e por vezes admite demonstração de força física e ofensas verbais, para delimitar e controlar determinada área de atuação e negócio. Foram observados muitos menores que em grupo de 2, 3 ou 5 elementos, atuam junto dos mais velhos que fisicamente bem constituídos dominam o negócio da consignação do pescado, da carga e descarga e da lavagem de viaturas na via pública ou nos parques de estacionamento. Usam desde calhaus a

barras de ferro e tudo o mais que estiver ao seu alcance para dominarem determinada área ou negócio.

Os resultados mostram ainda que, a partir das 18 horas, em toda a extensão da Ilha do Cabo, onde existam restaurantes, bares, discotecas e “*roulottes*”, aumenta o número de menores por consequência do elevado número de turistas que procuram as referidas áreas de lazer e restauração confirmando-se que, no perímetro, se possa adquirir drogas como a liamba e cocaína com facilidade apesar da presença da polícia. Apesar da existência de uma Esquadra móvel da Polícia à entrada para a Ilha do Cabo bem próximo de alguns espaços de diversão, observou-se a venda indiscriminada de bebidas alcoólicas e tabaco inclusive o famoso “*The Best*”, muito apreciado pelos jovens, vendido em pacotinhos de plástico a preço acessível de 50,00Kz equivalente aproximadamente 0,10 cêntimos de Euro. Nesta observação, foi evidente a predisposição dos menores para o consumo de álcool e drogas, fato que os propicia para o desvio, delinquência e violência, além de prejudicar a saúde fortemente debilitada pela má nutrição e pelas fracas condições de habitabilidade.

A maior parte das Crianças de Rua, escolheu a Ilha do Cabo por ser um local onde pelo turismo, é fácil encontrar comida, trabalho temporário ou encontrarem oportunidade para cometerem pequenos delitos. Neste âmbito, interagimos com um menor de 12 anos de idade que escolheu a Ilha do Cabo para encontrar comida pois reside com mais cinco irmãos de 3, 6, 9, 11 e 13 anos de idade em casa de um tio num bairro periférico de Luanda. Mais uma vez os efeitos da guerra que desestruturou essa família numerosa e obrigou esse menor a abandonar a escola e, mesmo assim mantém o sonho de voltar a estudar. Da conversa com os nossos interlocutores, apurou-se que para o sucesso em furtos, usam uma barra de ferro envolvida em pano, enquanto dois vigiam a zona, um parte o vidro da viatura e mantém a vigilância; um quarto interveniente entra discretamente no seu interior e retira tudo o que lá estiver. A este nível de furto, nomeiam-se a subtração de pneus sobressalentes, retrovisores, placas electrónicas (centralina), antenas de rádio, faróis, frisos e autorrádios.

Numa perspetiva de crítica social ao abordar o fenómeno “*Criança de Rua*”, apurou-se que a maior parte das pessoas que para a Ilha do Cabo se deslocam seja em passeio ou para realizar compras, adotam comportamentos de risco ou seja,

manuseiam volumes de dinheiro, falam descontraidamente ao telemóvel, expõem jóias ao pescoço, pulseiras de ouro e relógios de elevado valor ao pulso, tornando-se alvos vulneráveis e colocando muitas das vezes a sua integridade física em causa. No contexto em estudo como Clarke e Felson (1998) adiantam, esses menores agem como agressores motivados que eventualmente podem sofrer de alguma patologia, podem pretender maximizar o lucro, podem ser subproduto de um sistema social deficiente, podem estar inseridos num ambiente de desorganização social ou podem estar num meio com inúmeras oportunidades de praticar o crime.

Os resultados da observação conduzem-nos a inferir que, as dificuldades socioeconómicas das famílias deslocadas pela guerra, geralmente numerosas ou monoparentais, são um dos fatores que obriga os menores a entregarem-se ao trabalho infantil em casas de pessoas abastadas, em oficinas de automóveis, armazéns ou a desenvolverem várias atividades espontâneas como engraxadores, escaladores de peixe, roboteiros, estivadores, limpadores, lavadores e arrumadores de viaturas.

A procura de restos de comida nos contentores de lixo para matar a fome, ou a mendicidade junto dos semáforos foi prática observada principalmente aos fins de semana, confirmando a versão de um participante de 12 anos de idade que lamentara “*ficara bem malaique*” a falha de energia elétrica nas ruas da cidade baixa de Luanda incluindo a Ilha do Cabo, porque os semáforos não funcionam e, desta forma os automobilistas não param ou seja, não ocorre a fila de trânsito no semáforo, sendo difícil mendigar juntos dos mesmos e angariar algo para comer. Importante referir que a entrada para a Ilha do Cabo aos fins de semana é um lugar apetecível para os marginais porque, o tráfego automóvel é caótico e facilita tanto a mendicidade como a delinquência, até porque a entrada e saída da Ilha do Cabo é normalmente feito por uma única via. Os menores que participaram no estudo são unânimes em afirmar que enquanto crianças que buscam a vida no território, o ideal é atuar em grupo porque determina o sucesso seja nos trabalhos esporádicos como na prática de pequenos delitos.

Os dados recolhidos por observação direta e participante coincidem com os das entrevistas pois, os resultados indicam que a existência de grupos é uma evidência e mais, constituem-se entre 2 e 6 elementos, existe união para as diversas missões a que

se propõem e, nalguns casos estão liderados e hierarquizados para responderem às perseguições da polícia e dos fiscais da Administração local. Foram vários os participantes que referiram a violência empregue por jovens delinquentes, principalmente quando em vantagem numérica (em grupo), e quando a(s) vítima(s) oferecem resistência. Uma participante extremamente emocionada referiu: *“muitos desses menores estão sujeitos a espancamentos até à morte, por parte da polícia, de pessoas destemidas ou mesmo da população”*. Nesse particular, apesar de respeitarmos piamente os direitos e deveres das pessoas, concordamos com Gomes (2005, p.171), quando reafirma: *“é preciso que seja o ladrão a ter medo e não as potenciais vítimas”*

Durante o início e no fim do período da manhã de um fim de semana, observou-se elementos da Polícia Nacional que patrulhavam a pé e de bicicleta junto à avenida marginal principal todavia, o território da Ilha do Cabo é extremamente desordenado em termos de arquitetura e, o que se passa no interior dos setores e zonas onde predominam becos e ruelas não é perceptível muito menos gerível por apenas dois ou quatro patrulheiros a pé ou montados em bicicletas.

Um homem de 61 anos de idade, deu-nos a perceber que os meninos da rua são na sua maioria abandonados por famílias deslocadas de guerra em razão da falta de condições socioeconómicas, visto serem geralmente numerosas e/ou monoparentais e adiantou: *“os menores se entregam ao trabalho infantil em casas de pessoas abastadas, em oficinas de automóveis, armazéns e ao crime”*. Considerou ser maior o número de rapazes a viver na rua apesar de haver raparigas a prostituírem-se à noite.

No Setor Lello, foram observados cinco menores a realizarem limpeza e lavagem de viaturas numa oficina auto. Outros dois, na mesma área, serviam de ajudantes e transportavam sacos de compras, sendo mais tarde recompensados com dinheiro pela prestação dos seus serviços. Coincidentemente numa sexta-feira, no Setor Salga, onde predomina o comércio de pescado, marisco e artesanato junto à estrada principal bem como na costa e contracosta, a partir das 18 horas, vários jovens se atropelavam na tentativa de auxiliar os comerciantes ambulantes a embalar as suas mercadorias de regresso a casa. Esse tipo de trabalho esporádico além de mal pago, é também realizado por menores de idade, uma força de trabalho brutalmente explorada. De

acordo com a visão de Clarke e Felson (1998), poderemos considerar que as crianças ao se predisporem ao trabalho infantil, podem pretender maximizar o lucro porém, são claramente um subproduto de um sistema social deficiente, inseridos num ambiente de desorganização social com inúmeras oportunidades de enveredar para o mundo do crime.

Em jeito de crítica social a observação permitiu apurar comportamentos recorrentes de três menores de entre os 10 e os 15 anos de idade aproximadamente, a disputarem a confiança da guarda de uma viatura a um suposto cliente que se dirigia à compra de pescado no mercado informal; cerca de nove delinquentes que tendo-se envolvido num ato censurável, dois, foram severamente castigados pela população enquanto tardava a chegada da polícia; várias *zungueiras* a perseguirem crianças por furto de objetos, além de que, sistematicamente importunavam os clientes nos quiosques e tascas com os seus insistentes pedidos de comida e de esmola; um grupo de indivíduos que realizavam pesca desportiva no Setor da Ponta da Ilha, reagiu de imediato à aproximação de menores mal vestidos, enxotando-os com determinação, reação que é frequente acontecer nos semáforos quando os automobilistas param ao sinal vermelho.

Os dados recolhidos por via da observação participante, revelam que os menores são auxiliados pelos pares e pelos líderes, (que reconhecem a área antes da atuação do grupo), estabelecem pontos de observação e vigia que permite perceber o movimento das suas potenciais vítimas. Um dos pescadores desportivos, um senhor de meia-idade, relativamente à atuação delituosa das Crianças de Rua, disse: *“Evitam errar na vítima sob pena de atacarem um polícia, um militar ou um segurança privado à paisana e passarem de agressor a vítima”*. Do outro lado da costa ainda no Setor da Ponta da Ilha, foram observadas crianças que enquanto brincavam junto à praia, foram obrigadas a reagruparem-se rapidamente dirigindo-se para junto dos seus familiares devido à aproximação repentina de menores supostamente delinquentes. Tal era a má apresentação dos supostos infratores e os comportamentos demonstrados, que parecia estarem na presença de *“pequenos monstros”*, quando apenas estavam perante crianças como elas. Enquanto os meninos de rua se mantiveram por perto, as famílias e as referidas crianças não demonstraram serenidade.

CONCLUSÃO

Os resultados demonstram que a fome e a pobreza não são as únicas causas do fenómeno “*Crianças de Rua na Ilha do Cabo*”, a essas sobrepõem-se os maus tratos, a falta de um sistema eficaz de segurança social, educação e saúde, o desemprego, a guerra civil que destruiu o país durante cerca de três décadas, o abandono familiar, as desigualdades sociais e a violência doméstica, a monoparentalidade e o baixo nível de escolaridade das famílias. Implica inferir, que o fenómeno Criança de Rua na Ilha do Cabo em Luanda, tem causalidades múltiplas e deve ser combatido com políticas legislativas adequadas e não com leis mortas ou semânticas desfasadas da realidade.

A leitura ao pensamento social local e as observações realizadas permitiram identificar e caraterizar o problema, e compreender que as estratégias necessárias para atuação no problema deverão ser melhoradas por exemplo, numa colaboração estreita entre as Forças de Defesa (detentoras de melhor logística e meios táticos mercê do seu envolvimento na longa guerra civil), e as Forças de Segurança no sentido de uma verdadeira prevenção situacional da criminalidade principalmente em situações mais críticas como são os fins de semana, uma espécie de situação de alerta, como forma de dissuasão, ou se quisermos, uma forma de prevenção que proteja os cidadãos mas que entretanto, reprima legalmente a criminalidade de massa habituais nas sociedades atuais, muito longe de uma medida securitária ou de estado de emergência.

Tendo em conta a tipologia dos delitos, as zonas mais críticas de atuação das Crianças de Rua, a estratégia de prevenção orientada para um policiamento de proximidade, mais inteligente e preventivo por um lado, e com mais patrulhamento das ruas mais musculado e frequente por outro, nos parece ideal e recomendado.

O fenómeno “*Crianças de Rua*” é uma realidade complexa, que exige um esforço mutualista abrangente do qual devem participar as Forças de Segurança, o Ministério Público, os Tribunais, a Provedoria de Justiça, o Instituto Nacional de Segurança Social, o Instituto Nacional da Criança interagindo permanentemente com as universidades e outras instituições não-governamentais com capacidade e o conhecimento para

diagnosticar e formular soluções. Por sua vez, os OPC, deverão dispor dos meios necessários para atuar com celeridade no sentido de proteger e defender os menores, neutralizando e encaminhando para a justiça, todos os que abusam das crianças. É nossa convicção, contudo, que esta atuação deve ser precedida de uma prevenção pedagógica ou seja, as Forças de Segurança devem educar os cidadãos através do diálogo antes do uso da força legal.

Mais do que isso, julgamos ter demonstrado a existência de lacunas na atuação das autoridades policiais e administrativas e, desta forma, cremos haver logrado êxito da convicção que apresentamos no projeto inicial ao presente trabalho, na medida em que os resultados demonstram que não existe um nexos causal entre os efeitos da aplicação das políticas públicas do Estado angolano e a prevenção e redução dos comportamentos antissociais na população em estudo.

Não existem estudos sobre o que os angolanos pensam em relação à questão dos maus tratos (um dos fatores para o elevado número de Crianças de Rua no contexto estudado), uma vez que a literatura demonstra escassez de investigação nesse âmbito (Daniel,2012). Assim sendo, é plausível inferir que o fenómeno se possa estender a outras regiões do país principalmente onde os efeitos da guerra civil foram desastrosos, pelo que é desejável que este estudo catapulte para outros similares, sejam eles de cariz qualitativo ou quantitativo.

Os resultados deste estudo permitem-nos chamar a atenção ao Estado angolano que, na falta de estruturas públicas de acolhimento, providencie medidas que fomentem parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social que, tal como no paradigma português, ajudam o Estado a acolher, cuidar e proteger crianças e idosos, duas franjas vulneráveis da população principalmente quando são oriundas de famílias com fracos recursos.

Importa também recomendar uma maior transparência no acesso à informação relativa à criminalidade para que o fenómeno possa ser cabalmente estudado. Enquanto em Portugal, a criminalidade grupal praticada independentemente do tipo de crime e do nível de participação de cada interveniente está quantificada e publicada com acesso a qualquer cidadão no (RASI), em Angola, para esse estudo, não conseguimos ter acesso aos dados oficiais sobre a delinquência juvenil nos mesmos

moldes, sendo o acesso à informação difícil, pelo que se recomenda similitude o que facilitaria o trabalho de investigadores científicos, jornalistas ou outros preocupados em perceber a realidade social das crianças e jovens em Angola.

Tal como recomenda Poiares (2016), atualmente, seja em Angola ou noutras sociedades contemporâneas, é cada vez mais consensual que a resposta à (in) segurança e ao risco, passe pela consolidação de respostas integradas e em parceria, materializada numa verdadeira “*governança em rede*” envolvendo forças policiais, associações de moradores, administrações locais, Ministério Público, assistentes sociais, às quais acrescentamos as universidades.

BIBLIOGRAFIA

Afonso, J. (2019). Teoria da Investigação Criminal (Alguns conceitos e breves apontamentos sobre a história da investigação criminal em Portugal). Lisboa: Edição Policopiada. ISCPSI.

Azevedo, M. do C., & Maia, A. da C. (2006). *Maus tratos à Crianças*. Lisboa: Climpsi.

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Basit, N. (2003). *Manual or electronic?* The role of coding in qualitative data analysis, Educational Research, 45, 2, p.143-154.

Beccaria, C. (1766). *Dos Delitos e das Penas*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.

Becker, H. (1963). *Outsiders. Estudos de Sociologia do desvio*. Coleção Antropologia Social. Tradução em língua portuguesa em 2009 por Maria Luzia X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Becker, H. (1996). *Conferência: A Escola de Chicago*. MANA 2 (2):177-188.

Blasco Vallês, A., Costa, Ricardo da (Coord.). *Mirabilia 10. A idade média e as Cruzadas. La Edad media y las crusadas – The Midelle Ages and the Crusades*. Jan-Jun 2010.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Coleção Exercícios da Educação. Porto: Porto Editora.

Calheiros, M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Carneiro, M.L. (2020). *O Registo Civil em Angola*. (1.^a ed.). Lisboa: Mónica Luena Ferreira Carneiro.

Carneiro, M.R. (Coord) (1997). *Crianças de Risco*. Estudos de caso desenvolvidos por: Carla Benites; Elisabete Rodrigues e Paula Garrinhas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

Carpinteiro, G. (2002). *Globalização do risco social*, em Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (2.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento, pp. 197-229.

Carvalho, M.J. (2000). *Violência urbana e juventude*: O problema da delinquência juvenil; Infância e Juventude, Jul. - Set., pp. 27-47.

Carvalho, M.J. (2003). *Entre as malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora.

Carvalho, M.J. (2005). *Jovens, Espaços, Trajetórias e Delinquências*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 49, 2005, pp.71 – 79.

Carvalho, P. (Org.) (2018). *Leituras cruzadas sobre Angola e Brasil*. Identidade, memórias, direitos e valores. Brasil: Paco Editorial.

Chazal, J. (s/d). *Delinquência Juvenil. Como combatê-la?* Lisboa: Edições Itáu.

Clarke, R., & Felson, M. (1998). *Opportunity Makes the Thief: Practicing theory for crime prevention*. Editor Barry Web Home Office.

Clemente, P.J. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI – ICPOL.

Coffey, A., & Atkinson, P. (1996). *Making sense of qualitative data; Complementary Research Strategies*. Thousand Oaks, Sage.

Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: a routine activity approach. *American Sociological Review*, (vol. 44), n.º 4, pp.588-608.

Coutinho, C.P. (2018). *Métodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*: Teoria e Prática. 2.^a Edição. Coimbra: Edições Almedina.

Costa, D. (2008). *Crimes públicos e crimes semipúblicos. Quando denunciar?* Revista Portuguesa do Dano Corporal (18), pp.99-115. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/4147>.

Costa, J., & Melo, A. (1999). *Dicionário Editora da Língua Portuguesa*. (8.^a ed.). Porto: Porto Editora.

CFA. (2010). *Código de Família de Angola*. Luanda: Livraria Mensagem, Comércio e Distribuição de Publicações.

CPA. (2006). *Código Penal*. Anotações de Orlando Rodrigues e Grandão Ramos. Luanda: Edição da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

CPA. (2009). *Código Penal*. Coleção Faculdade de Direito. Luanda: Edição Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto.

CP. (2017). *Código Penal*. Códigos Universitários. (7.^a ed.). Coimbra: Edições Almedina.

CPP. (2019). *Código de Processo Penal*. Códigos Universitários. (9.^a ed.). Coimbra: Edições Almedina.

CPPA. (2007). *Código de Processo Penal e Legislação complementar*. Anotações e organização de V. Grandão Ramos. Reedição. Luanda: Coleção da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto

CRA. (2010). *Constituição da República de Angola*. Aprovado pela Assembleia Constituinte na sequência do acórdão do Tribunal Constitucional n.º 111/2010 de 30 de janeiro.

CRP. (2017). *Constituição da República Portuguesa*, em CP, pp. 173-189). Código Penal. Códigos Universitários. (7.^a ed.). Coimbra: Edições Almedina.

Cusson, M. (2007). *Criminologia*. Coleção comportamentos. (2.^a ed.). Lisboa: Casadasletras, Cruz Quebrada.

Damião, J. (2014). *Direito Administrativo Angolano*. Coletânea de Legislação Fundamental. Garantias em Geral. Vol. III, (1.^a ed.). Luanda: Casa das Ideias.

Daniel, E. (2012). *Políticas de Proteção de Menores em Angola: a Influência Cultural na Concepção e Intervenção no Trabalho Infantil Exploratório*. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Lisboa: Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL.

Da Silva, G.M. (2010). *Direito Penal Português I. Introdução e Teoria da Lei Penal*. (3.^a ed.). Lisboa: Edições Verbo.

Da Silva, G.M. (2015). *Direito Penal Português. Teoria do Crime*. (2.^a ed.). Lisboa: Universidade Católica de Lisboa.

Denzin, N. (1970). *The Research Act. A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New Brunswick. A Division of Transaction Publishers.

Denzin, N. (1989). *The Research Act*. Englewood cliffs, N.J., Prentice hall.

Dias, J.F., & Andrade, M.C. (1992), *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada.

Dias, J.F., & Andrade, M.C. (1997), *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, J.F., & Andrade, M.C. (2011). *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra Editora.

Duarte, T. (2009). *A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)*. Centro de investigação e estudos de Sociologia. CIES e-Working papers.

Dubar, C. (2007). Os ensinamentos dos enfoques sociológicos da delinquência juvenil. Em Paiva, V., Sento-Sé, J.T. (Org.). *Juventude em conflito com a Lei*. Rio de Janeiro: Garamond, pp.157-180.

Dumbo, M. (2012). *Delinquência Juvenil em Luanda*. Editora Ecopsy.

Durkheim, É. (1984). *A divisão do trabalho social*. (2.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.

EAPN Portugal. (2020). Rede Europeia Anti-Pobreza.

Ekberg, M. (2007). The parameters of the risk society: a review and exploration , Current sociology Interational Sociological Association, Sage (Los Angeles, London, New Delhi and Singapore), pp.343-366.

Elias, L.M. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna. Desafios e Prospetiva*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Elias, N. (1980). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira do título original (*Hhat is Sociology?*) da Editora Juventa Verlag de Munique, 1970.

Faria, M.J. (2001). *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*. Volume I, (3.^a ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Faria, M.J. (2014). *Criminologia. Epanortologia. Fundamento do Direito de Punir*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Felgueiras, S.R. (2016). *Geração à Rasca*. Lisboa: Chiado Editora.

Fielding, N., & Schreier, M. (2011). *Introduction: The discipline an Practice of Qualitative Research Methods*.

Flick, U. (2005). *Métodos Quantitativos na Investigação Científica*. (2.^a ed.). Ed. Monitor.

Flick, U. (2005). *Triangulation in Qualitative Research* em Flick, U., Kardorff, E.V. & Steinke, I. (eds.). *A companion to Qualitative Research*, Sage, pp. 178-183.

Gerbner, G., Holsti, O.R., Krippendorff, K., Parisley, W.J., Stone, P.J. (Org.). (1969). *The analysis of communication contents. Developments in scientific theories and computer techniques*. Nova Iorque, Wiley.

Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (7.^a ed.). *Crime e Desvio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 239-240.

Goffman, E. (1982). *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4.^a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Goffman, E. (1993). *A apresentação do Eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.

Gomes, P. (2005). *A prevenção situacional na moderna Criminologia*. Volume comemorativo dos 20 anos. Lições inaugurais. Germano Marques da Silva e Manuel Guedes Valente, (Coord). Coimbra: Edições Almedina, SA.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. (1999). (Vol. V). Portugal, Lisboa: Edições Zairol.

Hamada, H., & Moreira, R. (Orgs.). (2016). *Inteligência de Segurança Pública e Cenários Prospectivos da Criminalidade*. Série inteligência, Estratégia e Defesa Social. Brasil, Belo Horizonte, MG: D'Plácido Editora.

Henriques, A., Bento, C., Martins, H., & Gomes-da-Costa, J.C. (2014). *Direitos da Criança e acolhimento institucional. Direitos da criança em Acolhimento*. Experiências de quatro instituições de acolhimento de jovens. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Desenvolvimento Humano.

Inácio, M. (2013). *A intervenção da polícia angolana na prevenção da delinquência juvenil - A importância das medidas cautelares e de polícia no sistema de justiça juvenil angolano*. O caso da Província de Luanda. Dissertação final de mestrado em Ciências Policiais. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Kanoquela, N. (2009). *Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes de e na rua nos Centros Sociais da ONG Kandengues Unidos nos municípios da Maianga e Kilamba Kiayi em Luanda*: Centro Informaziane e Educaziane alto Suiluppo.

Koppele, B. (2012). *Crianças de rua em Angola: caraterização das suas expressões culturais*. Dissertação de mestrado em Sociologia de infância. Universidade do Minho, Instituto de Educação,

Koppele, B. (2013). *Crianças “de rua” em Luanda: a vida em exclusão com sonhos e futuro*. Revista Angolana de Sociologia, 12/2013, pp. 11- 25.

Lichtman, M. (2010). *Qualitative Research in Education. A user’s guide*. Sage.

Loeber, R. (1988). *Natural Histories of Conduct Problems Delinquency and Associated Substance Use: Evidence for Developmental Progressions*. In Lahey, B.B., & Kazdine, A.E. (eds.), *Advance in Clinical Child Psychology* (vol.2).New York: Plenum press.

Lourenço, N., & Lisboa, M. (1998). *Representações da violência*. Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, n.º 2/91. Centro de Estudos Judiciários, Ministério da Justiça.

Lourenço, N. (2005). Comunicação apresentada no Seminário *Prevenção da Violência doméstica: Políticas e Intervenções de proximidade*. Lisboa: EMCVD, pp.27-29.

Lourenço, N. (2010). *Conhecer. O custo social e económico do crime. Introdução à análise dos impactes do crime nas vítimas e na sociedade. Pela Lei e pela Grei*. Revista da GNR. Ano XXII – n.º 88 – OUT.DEZ. pp. 50-55.

Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Lisboa: Edições Afrontamento: (pp.39-62).

Miles, M., & Huberman, A.M. (1994). *Qualitative data analysis*. (2.^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Medina, M.^a do C. (2008). *Lei do Julgado de Menores, Código do Processo do Julgado de Menores anotados*. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis. Trajetórias, Intervenções e Prevenção*. Editorial Notícias. (1.^a ed.). Lisboa: Coleção Comportamentos.

Nunes, C. (2008). *Criminalidade Juvenil e Insegurança*. Lisboa: Em Politeia, revista do Instituto de Ciências Policiais e segurança Interna. Ano V, Nº 1/Nº 2.

Organização das Nações Unidas. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas. (1989, novembro, 20). Disponível em https://www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

MJDH. (2018). *Os Direitos da Mulher; Compromissos de Angola ao nível Nacional e Internacional*. Luanda: Edição Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Palma, M. (2018). *Direito Penal. Conceito material de crime, princípios e fundamentos*. Teoria da Lei Penal: interpretação, aplicação no tempo, no espaço e quanto às pessoas. (3.^a ed.). (AAFDL). Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais; Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade de Lisboa.

Pereira, A., & Poupá, C. (2008). *Como Escrever Uma Tese monografia ou livro científico usando o Word*. (4.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Pimenta, M. (2018). *Eventuais Causas e Consequências da Delinquência em Angola. Modelos de Delinquência*. Volume I. 5.^a Edição. Lisboa: Edições Dikaion e Maria da Encarnação Pimenta. ISBN 978-989-8552-60-0.

Pinatel, J. (1960). *La Criminologie*. Paris: Dalloz

Poiães, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal*. (1.^a ed.). Lisboa: Nuno Poiães e Chiado Editora.

RASI. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Lisboa: Sistema de Segurança Interna do Ministério da Administração Interna.

Reis, F. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Pactor.

Robin, M. (1991). *Assessing Child maltreatment reports: the problem of false allegation*. New York: the Haworth press.

Roca, Z. (1998). *Crianças de Rua em Angola: alternativas à exclusão educacional*. Universidade Lusíada. Repositório das Universidades Lusíada.

Roca, Z. (2000). *As Crianças de Rua em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a Introdução do Ensino Básico Informal*. Revista Lusófona de Educação n.º 5, p.156.

Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais*. Génese, Fundamentos e Problemas. (1.^a ed.). Editora Sílabo.

Sebastião, J. (1998). *Crianças da Rua. Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. (1.^a ed.). Oeiras: Celta Editora.

Sebastião, J. (2013). *Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 71, pp. 23-37.

Serrano, (2004). *Métodologia de Investigação*. Disponível em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/1232/10/Parte%20II%20-%20Métodologia%20da%20investiga%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Silva, G. (2015). *Direito Penal Português: Teoria do Crime*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Simas Santos, M., & Leal-Henriques, M. (2003). *Noções Elementares de Direito Penal*. Lisboa: Rei dos Livros.

Shutherland. (1939,1947,1973). *História da Criminologia*, Capítulo II, repositório da Universidade de Lisboa.

Tavares, W. (2016). *A Delinquência Juvenil em Angola. Contributo para a Caraterização do Jovem Delinquente Angolano e sua Reabilitação através da Justiça Restaurativa*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Processuais, Universidade Autónoma de Lisboa.

Tobias, N. (2012). *O Estado Angolano e a Delinquência Infanto-juvenil. Abordagem sociológica e inovadora para conter a mesma em Angola*. Edições Euedito.

Tomás, C., Malheiro, M., Costa, A., Rodrigues, L., Luís, E., & Gonçalves, S. (2014). *Direitos da criança, autonomia e bem – estar das crianças e jovens em acolhimento institucional: relato de experiências no LIJ Oficina de S. José (Braga)*. Direitos da criança em Acolhimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Desenvolvimento Humano.

Vasconcelos, A., & Costa, A. (2005). *Demografia da Violência no Distrito Federal: evolução e caraterísticas*. In Paviani, A., Ferreira, I., Barreiro, F. (Org.). *Dimensões da Violência Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 33-56.

Wilson, J., & Kelling, G. (1982). The police and neighbourhood safety. Broken Windows. *The Atlantic Monthly*, pp.29-38.

LEGISLAÇÃO

Diário da República portuguesa, 1.ª série – A - n.º 204

Lei nº 147/99, de 1 de setembro (Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo); alterada pela Lei nº 31/2003, de 22 de agosto)

Diário da República portuguesa, 1.ª série – A - n.º 215

Lei nº 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa)

Diário da República angolana, I série – n.º 133

Lei nº 25/11, de 14 de julho (Lei contra a Violência Doméstica)

Diário da República angolana, I série – n.º 16

Lei nº 9/96, de 19 de abril (Lei sobre o Julgado de Menores)

Diário da República portuguesa, Despacho nº 9016/2012 (SERE+).

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. (Adoptada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989).

DOCUMENTAÇÃO DE IMPRENSA

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Prevenção da Criminalidade na União Europeia, Bruxelas (2014, março, 12).

Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome. Consulta de biografia, (Aristóteles; Platão; São Tomás de Aquino; Thomas Morus).

Jornal de Angola. (2019, junho, 8).

Jornal Oficial da União Europeia. (C 92). (2004, abril, 16), pp. 92/2 – 92/11.

REFERÊNCIAS ELECTRÓNICAS

doi.org/10.4000/ras.708

geovet.files.wordpress.com/2013/07/aristoteles.pdf

hdl.handle.net/1822/19537

hdl.handle.net/10316.2/4147

hdl.handle.net/11067/4038

mundoeducacao.bol.uol.com.br

repositorio.esepf.pt

repositorio.esepf.pt

www.pgdlisboa.pt

www.dge.mec.pt

www.academia.edu

[www.eses.pt/interações](http://www.eses.pt/interacoes)

www.scielo.br

www.unicef.pt

www.eapn.pt

www.marketttest.com

www.scielo.br

www.unicef.pt/media/1206/0-convencao_direitos_crianca2004.pdf

ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice.1. Carta de apresentação as entidades oficiais



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E
SEGURANÇA INTERNA

Direção de Ensino

DECLARAÇÃO

Por ter sido solicitado, e para os devidos efeitos, declara-se que **ÂNGELO GARCIA MANUEL CAMBUNDO**, titular do passaporte n.º N0867613, natural de Angola, frequenta o XI Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, no ano letivo 2018/2019.

O curso está dividido em três partes:

- 28.09.2018 a 01.07.2019 – parte escolar do curso de mestrado que confere o diploma de pós-graduação em Ciências Policiais;

- julho a outubro de 2019 – elaboração e entrega do projeto de investigação, com uma declaração de aceitação do Orientador e um requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico do ISCPSP (pode ser efetuado via e-mail);

- outubro/2019 a outubro/2020 – ano dedicado em exclusivo à elaboração e entrega da dissertação e, no caso dos alunos residentes em Portugal, frequência do seminário elaboração da dissertação e participação no colóquio dos alunos do 2.º ano de mestrado.

Informa-se que o aluno é assíduo, pontual e participativo perante os atos académicos, mantendo sempre uma relação cordial com os Professores e colegas de curso.

Tem manifestado uma atitude proativa louvável no processo de ensino/aprendizagem.

Por ser verdade, se passa a presente declaração que por mim vai assinada e autenticada com o selo a óleo em uso neste Instituto.

Lisboa e ISCPSP, 17 de janeiro de 2019

O Coordenador Científico

Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares
Subintendente

Secretaria Escolar da Direção de Ensino – Curso de Mestrado em Ciências Policiais

1º

Apêndice. 2. Carta a Administração Distrital: recolha de dados

Ao

Exmo Sr. Administrador Distrital da Ingombota

Luanda – República de Angola

Assunto: **Pedido de dados e de consentimento**

No âmbito do Curso de Mestrado em Ciências Policiais na especialidade de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) em Lisboa, Portugal, nos anos lectivos 2018/2020 eu, **Ângelo Garcia Manuel Cambundo**, angolano, residente na rua Marechal Broz Tito nº 16, 5º A, Ingombota, Luanda, iniciei um projecto de investigação cujo tema aborda a delinquência juvenil no Distrito Urbano da Ingombota.

Sob a orientação dos Exmos Srs. Prof. Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco do (ISCPSI/ Academia Militar) e Prof. Doutora Maria de Fátima Amante do (ISCPSI/ISCSP), projectamos a nossa investigação, uma actividade de natureza puramente cognitiva, com o objectivo de explicar e compreender a delinquência juvenil, fenómeno social tão actual e preocupante na vida das nossas sociedades.

Com a pretensão de estudar este problema actual, pertinente e preocupante, decidimos desenvolver de forma teórica e metodológica uma análise a mais sistematizada possível, para responder ao seguinte problema de investigação: *Como os programas de Educação Física podem influenciar a prevenção / redução da delinquência juvenil no Distrito Urbano da Ingombota, em Luanda?*

Da investigação inicial, temos conhecimento de que o território do Distrito Urbano da Ingombota, estima-se em 9,60 Km², tem uma população de cerca de 370.000 Habitantes, e uma densidade populacional de cerca de 38.542.655 Habitantes por Km². Estes dados estão correctos? Gostaríamos igualmente de saber qual o limite geográfico do Distrito Urbano da Ingombota. Quais as zonas identificadas como as mais problemáticas ou com a população juvenil com mais predisposição para a prática de delitos e qual(is) o(s) tipo(s) de delito(s) mais frequente(s) nas zonas identificadas?

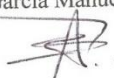
Nesta perspectiva, uma investigação científica com o consentimento esclarecido de V.Excias para a prossecução do nosso estudo é importante, sendo que fica manifestado o nosso compromisso de que os dados recolhidos serão exclusivos para o estudo em causa.

Esperamos melhor deferimento.

Luanda aos 30 de Janeiro de 2019.

REPÚBLICA DE ANGOLA	
Comissão Administrativa da Cidade de Luanda	
Administração do Distrito Urbano da Ingombota	
Entrada N.º	Livro N.º
Data 30/01/19	
Assinatura do Funcionário	

Ângelo Garcia Manuel Cambundo



Apêndice. 3. Guião de entrevista

Guião de entrevista

Tema 1: Conceitos, Idade, Género, Quotidiano, Envolvimento familiar, Razões, Proveniência.

- O que entende por Rua?
- Como caracteriza as Crianças de Rua da Ilha do Cabo? (idade, sexo, origem)
- O que as identifica e distingue de outras Crianças?
- É frequente observar-se desde muito cedo até altas horas da noite muitas Crianças nas ruas da Ilha do Cabo. Quais as razões para este fenómeno?
- Qual a proveniência dessas crianças?
- A maioria dessas crianças tem os seus familiares na Ilha? Se sim, vivem e convivem com eles? Se não, provêm de outros bairros?
- Como caracteriza o quotidiano dessas crianças? Que tipos de infrações praticam habitualmente? Há quanto tempo se estima que elas se encontram na Rua?
- Qual (is) o (s) motivo (s) para se manterem na rua?

Tema 2: Educação, Comportamentos, Delinquência juvenil; Valores socioculturais, Intervenção administrativa e policial.

- De que forma as Crianças de Rua se relacionam com as atividades letivas?
- Que importância essas crianças dão à educação?
- Que valores socioculturais são reproduzidos pela comunidade local e pela sociedade civil para as crianças da Ilha do Cabo?
- Que tipo de delitos ou infrações se regista habitualmente na Ilha do Cabo?
- Que tipo de intervenção administrativa ou policial se observa habitualmente perante comportamentos antissociais das Crianças de Rua em particular.

Tema 3: Realidade social, Envolvimento comunitário, Prevenção criminal, Principais fatores, Políticas públicas.

- Há quanto tempo observa o fenómeno “Crianças de Rua” na Ilha do Cabo?
- Com que idade as crianças optam pela rua e começam a praticar actos desviantes ou delinquentes?
- Qual o sentimento da comunidade sobre as Crianças de Rua?
- Em que períodos do dia, da noite ou da semana, se registam habitualmente mais casos de delinquência juvenil? Em que locais da Ilha do Cabo? Como se processam? Existe alguma hierarquia ou organização? Contra que tipo de bens? O que fazem como o produto das suas ações?
- O que ambicionam as Crianças de Rua?
- O fenómeno tem reduzido ou aumentado nos últimos anos? No seu entender, a que se deve essa redução ou incremento?
- As Crianças de Rua são vítimas de preconceito ou abuso por parte das autoridades, dos adultos ou dos seus pares? Como reage a comunidade local e que significado atribui quando as mesmas sofrerem abusos?
- Quais os principais fatores que explicam o fenómeno: “Crianças de Rua”?
- Que política (s) pública (s) desejaria (m) ver adoptada (s) para reduzir o número de Crianças de Rua e prevenir a delinquência juvenil na Ilha do Cabo?

Apêndice. 4. Grelha de observação

Grelha de observação

Tema 1 - Crianças de Rua na Ilha do Cabo:

- Os comportamentos antissociais
- O envolvimento familiar
- Desvio, delinquência, pobreza e violência

Tema 2 - A realidade social (paradigmática):

- O quotidiano das Crianças de Rua na Ilha do Cabo
- O modo de vida na rua
- A interação entre as Crianças de Rua e as outras crianças

Tema 3 – A crítica social:

- O envolvimento da sociedade civil local
- A interação entre as Crianças de Rua, outras crianças e os adultos
- O papel do guardião na vida das Crianças de Rua

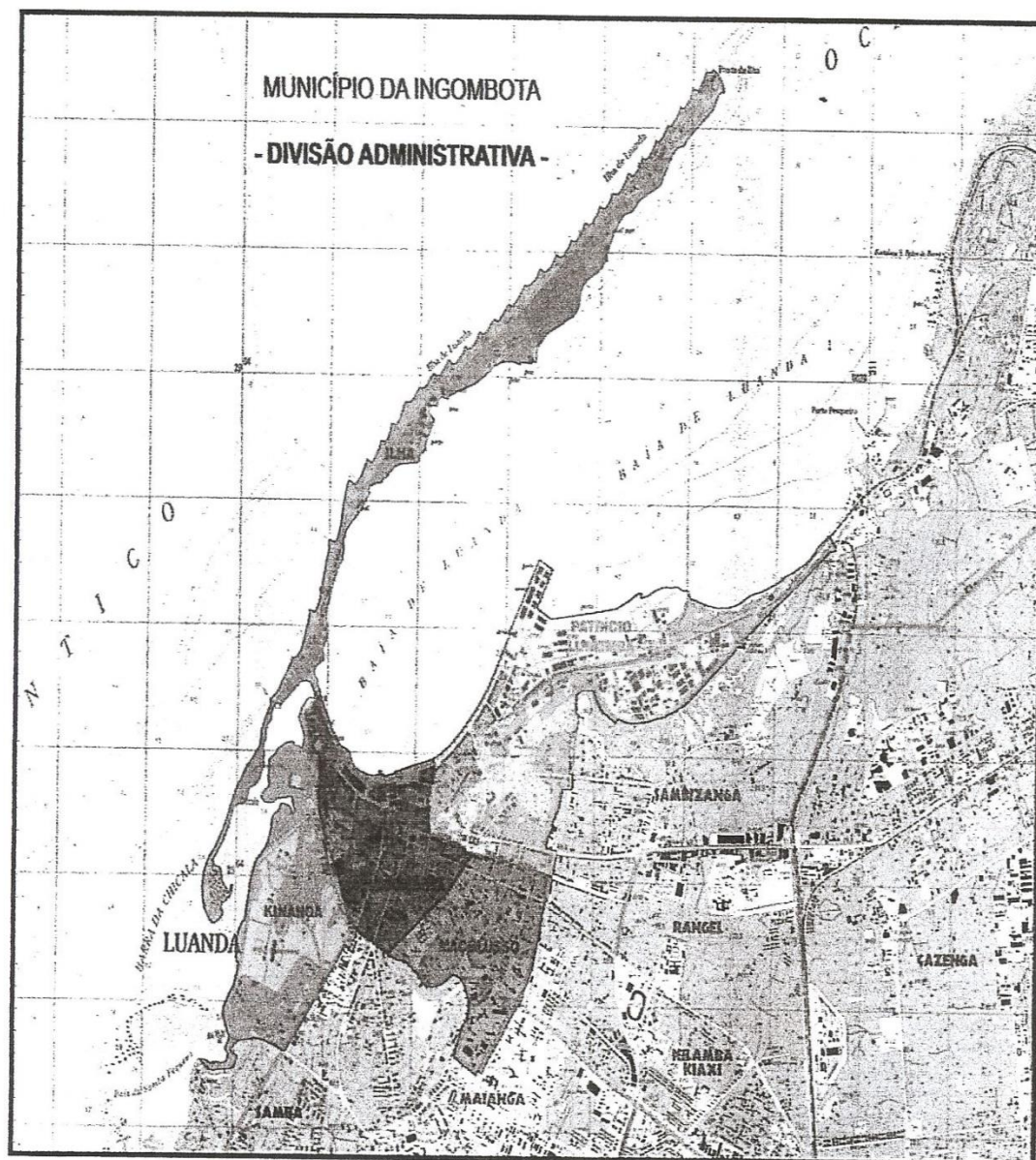
Apêndice. 5. Figura com os limites geográficos de Angola



Apêndice. 6. Figura geográfica do Bairro da Ilha do Cabo, Luanda



Apêndice. 7. Figura cartográfica do Distrito Urbano da Ingombota

**DISTRITO URBANO DA INGOMBOTA**

RUA NOSSA SENHORA DA MUXIMA N° 13/15 – LUANDA-REPÚBLICA DE ANGOLA

Apêndice. 8. Modelo: declaração do revisor as entrevistas transcritas

Declaração de revisão da entrevista transcrita

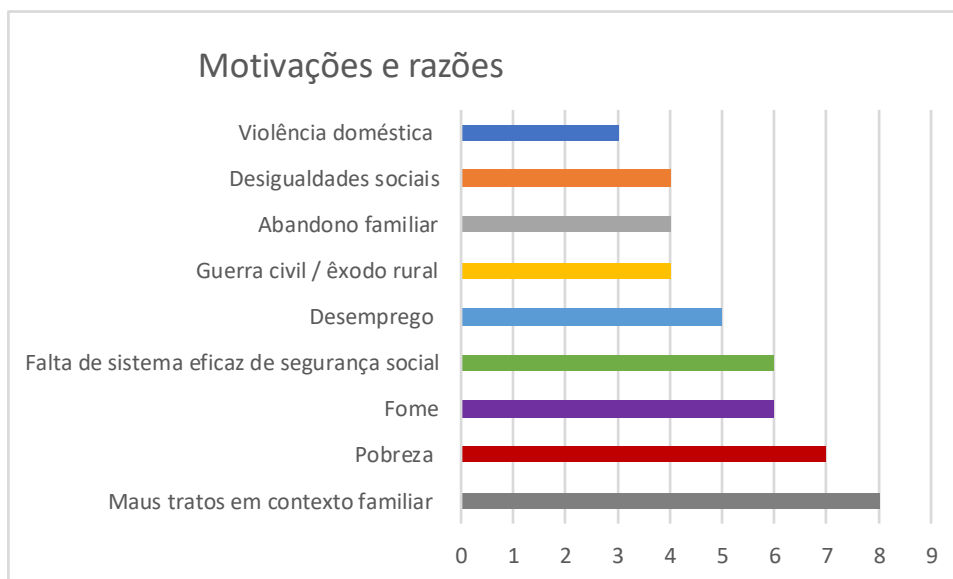
Eu,idade....., profissão....., residente em....., declaro que fui contactado em de ... de 2019, pelo Sr. **Ângelo Garcia Manuel Cambundo**, que se identificou como aluno do XI curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal no ano lectivo 2018/2019, portador de uma declaração passada pelo ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa datada de **17 de Janeiro de 2019**.

Confirmo que as transcrições cujas cópias me foram entregues, estão conforme e de acordo com as informações gravadas em áudio e registadas em bloco de notas, no dia..... de de 2019, tendo-me sido garantida a confidencialidade e o uso exclusivo das informações para o trabalho de investigação científica com vista a sua dissertação de Mestrado em Ciências Policiais.

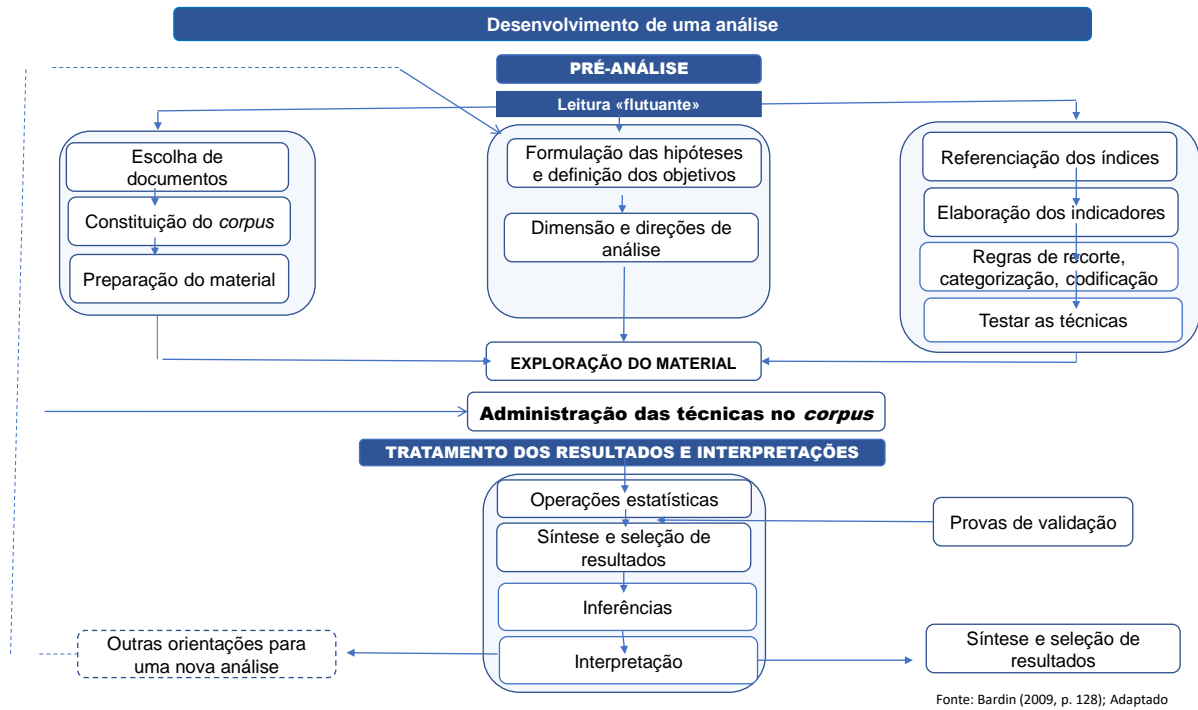
Luanda, de de 2019

.....

Apêndice.9. Quantificação das respostas : razões/causas do fenómeno

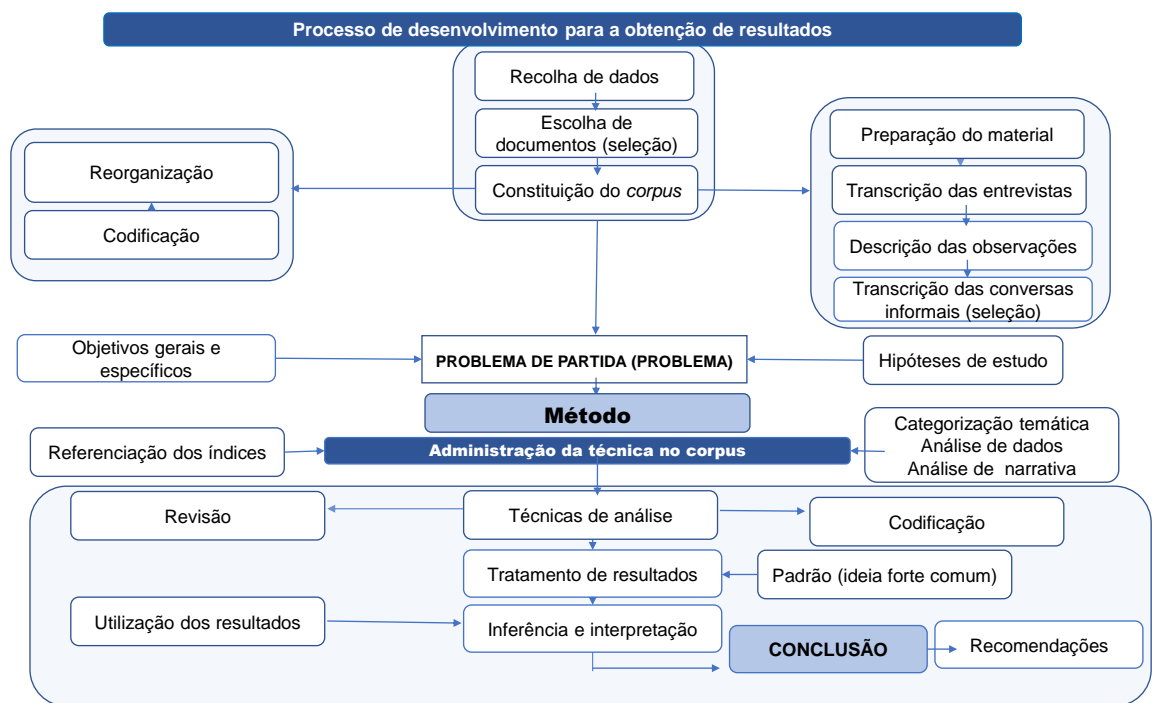


Apêndice.10. Quadro explicativo do desenvolvimento de uma análise



Fonte: Bardin (2009, p. 128); Adaptado

Apendice.11. Quadro explicativo do processo para obtenção de resultados



Adaptado da proposta de Bardin (2009)